



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA URBANISMO E DESIGN

ANDRÉIA COELHO CELA

**A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DOS TERRITÓRIOS DE VIOLÊNCIA NA
CIDADE DE SOBRAL/CE**

FORTALEZA

2023

ANDRÉIA COELHO CELA

**A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DOS TERRITÓRIOS DE VIOLÊNCIA NA
CIDADE DE SOBRAL/CE**

Projeto de pesquisa submetido à Banca de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D), da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre (M.Sc.) em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico.

Orientador: Prof. Dr. José Almir Farias Filho.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C386p Cela, Andréia Coelho.
A produção socioespacial dos territórios de violência na cidade de Sobral/CE / Andréia
Coelho Cela. – 2023.
154 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. José Almir Farias Filho .

1. Violência Urbana - Territórios. 2. Produção do Espaço Urbano. 3. Segregação
Socioespacial . 4. Direito à Cidade. 5. Sobral/CE. I. Título.

CDD 720

ANDRÉIA COELHO CELA

**A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DOS TERRITÓRIOS DE VIOLÊNCIA NA
CIDADE DE SOBRAL/CE**

Projeto de pesquisa submetido à Banca de Qualificação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D), da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre (MSc.) em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico.

Orientador: Prof. Dr. José Almir Farias Filho.

Aprovada em 30/11/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Almir Farias Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (PPGAUD)

Profa. Dra. Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas
Universidade Federal do Ceará (PPGAUD)

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi
Universidade Federal do Ceará (PPGAPP/MAPP)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, prof. Dr. Almir Farias, pela parceria construída ao longo da minha trajetória acadêmica, pela atenção dedicada ao meu trabalho e pela paciência e credibilidade dedicadas a mim nesse processo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design (PPGAUD) da Universidade Federal do Ceará (UFC) pelo apoio institucional para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC pela dedicação e construção coletiva do conhecimento, em especial à professora Dra. Clarissa Freitas pelas contribuições sempre valorosas e inspiradoras.

Ao professor Dr. Alcides Gussi, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP) da UFC, pela leitura atenta do trabalho e pelas contribuições durante a banca de qualificação.

À Prefeitura de Sobral pela cooperação institucional com a pesquisa, por meio da Secretaria dos Direitos Humanos e Assistência Social (SEDHAS) e da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção à Violência (UGP-PV).

Aos jovens da UGP-PV que participaram do grupo focal, doaram seus tempos para as entrevistas e colaboraram enormemente para o conhecimento adquirido a respeito do território de pesquisa.

À Inês Costa por todo o compartilhamento de informações sobre as dinâmicas dos bairros e por me guiar com seu conhecimento pelo território.

A todas as pessoas que participaram das entrevistas pelo tempo e atenção dedicados, pelas contribuições fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Ao Pádua Campos, meu chefe, professor e amigo, pelo apoio fundamental para que eu conseguisse realizar a pesquisa em meio à rotina de trabalho.

À minha família e aos meus amigos pelas palavras encorajadoras e pela compreensão com os meus momentos de ausência.

E, especialmente, ao Pedro por todo amor e suporte ao longo dessa travessia.

RESUMO

A violência vem se tornando um problema essencialmente espacial na atualidade, não apenas pela evidente concentração de crimes violentos em determinadas áreas urbanas, mas pelas consequências que ela gera no modo de ocupar e viver nas cidades. Nesse cenário, busca-se compreender os aspectos relacionados à formação socioespacial do que se pode chamar de “territórios de violência”. Na expectativa de superar os riscos de determinismos geográficos reducionistas, a pesquisa considera como fio condutor de reflexão crítica três categorias de análise: a segregação socioespacial, a territorialização da violência e o direito à cidade. A investigação teórica direciona seu foco à violência propriamente relacionada à dinâmica de vida nas cidades, portanto a noção de produção do espaço urbano se torna fundamental, já que a formação dos territórios mais vulneráveis à violência é substancialmente fundamentada e articulada com os processos desiguais e excludentes de reprodução das relações sociais no espaço. A abordagem metodológica, de caráter exploratória-descritiva, faz uso de diversos procedimentos de coleta de dados e análise das informações, associando a revisão teórico-conceitual, análise documental e entrevistas a uma investigação empírica de dois bairros sujeitos à violência na cidade de Sobral/CE. Os resultados alcançados apontam para os altos índices de vulnerabilidade socioespacial associados ao risco à violência, como a precariedade das moradias, a ausência de equipamentos públicos, a evasão escolar, a fragilidade do sistema de mobilidade urbana e a escassez de espaços públicos de qualidade. Assim, o quadro de segregação socioespacial e de negação do direito à cidade é agravado pela apropriação das organizações criminosas, que encontram nesses territórios o ecossistema oportuno para a adoção de estratégias de recrutamento de pessoas que vivenciam conjunturas de violação de direitos e de negligência institucional.

PALAVRAS-CHAVE:

violência urbana – territórios; produção do espaço urbano; segregação socioespacial; direito à cidade; Sobral/CE.

ABSTRACT

Violence has become an essentially spatial problem nowadays, not only by the evident concentration of violent crimes in certain urban areas, but by the consequences it generates in the way of occupying and living in cities. In this scenario, we seek to understand the aspects related to the socio-spatial formation of what can be called "territory of violence". In the expectation of overcoming the risks of reductionist geographical determinisms, three categories of analysis are considered as the guiding thread of critical reflection: socio-spatial segregation, the territorialization of violence and the right to the city. The theoretical research directs its focus to violence properly related to the dynamics of life in cities, so the notion of production of urban space becomes fundamental, since the formation of the most vulnerable territories to violence is substantially based and articulated with the unequal and exclusionary processes of reproduction of social relations in space. The methodological approach, exploratory-descriptive, makes use of various procedures of data collection and analysis of information, associating the theoretical review analysis and interviews to an empirical investigation of two neighborhoods subject to violence in the city of Sobral/Brazil. The results obtained point to the high rates of socio-spatial vulnerability associated with the risk of violence, such as the precariousness of housing, the absence of public school dropout, the fragility of the urban mobility system and the scarcity of quality public spaces. Thus, the framework of socio-spatial segregation and denial of the right to the city is aggravated by the appropriation of criminal organizations, that find in these territories the appropriate ecosystem for the development of recruitment strategies for people who experience situations of violation of rights and institutional negligence.

KEY WORDS:

urban violence – territories; production of urban space; socio-spatial segregation; right to the city; Sobral/Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Localização do município de Sobral/CE	19
Figura 02	Vista do Rio Acaraú (margem esquerda)	19
Figura 03	Núcleo urbano inicial de Sobral inserido no arco ferroviário	50
Figura 04	Área territorial de análise	58
Figura 05	Zoneamento da sede de Sobral	59
Figura 06	Vista para o bairro Terrenos Novos	60
Figura 07	Mapa de cheios e vazios do bairro Terrenos Novos	63
Figura 08	Vista interna do bairro Terrenos Novos	64
Figura 09	Equipamentos públicos no bairro Terrenos Novos	69
Figura 10	Vista ampla do Residencial Nova Caiçara	70
Figura 11	Centro de convivência no interior de uma quadra no Residencial	71
Figura 12	Um dos acessos ao Residencial Nova Caiçara	73
Figura 13	Mapa de cheios e vazios do bairro Nova Caiçara	74
Figura 14	Grandes espaços entre as quadras no Residencial Nova Caiçara	75
Figura 15	Contraste da morfologia entre os dois bairros I	75
Figura 16	Contraste da morfologia entre os dois bairros II	76
Figura 17	Mapa de porcentagem de usos não-residenciais no Nova Caiçara	77
Figura 18	Equipamentos públicos no bairro Nova Caiçara	78
Figura 19	Origem das famílias reassentadas no Residencial Nova Caiçara	80

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 01	Estrutura metodológica da pesquisa	28
Quadro 02	Estrutura da (UGP-PV) do município de Sobral	38
Quadro 03	Perfil dos participantes do grupo focal (por autodeclaração)	40
Quadro 04	Síntese dos aspectos divergentes relacionados à caracterização socioespacial dos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara	86
Gráfico 01	CVLI ocorridos em Sobral e no Ceará (2017 a 2022)	110
Quadro 05	Número de CVLI em Sobral e nos bairros de estudo	112
Quadro 06	Síntese dos aspectos divergentes relacionados à territorialização da violência nos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara	114
Quadro 07	Síntese dos aspectos divergentes relacionados ao direito à cidade nos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMA	Autarquia do Meio Ambiente
CEI	Centro de Educação Infantil
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CSF	Centro de Saúde da Família
CVLI	Crime Violento Letal Intencional
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito do Ceará
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
MCidades	Ministério das Cidades
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEFOCE	Perícia Forense do Estado do Ceará
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PSF	Programa de Saúde da Família
SEDHAS	Secretaria dos Direitos Humanos e Assistência Social
SEUMA	Secretaria de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente
SEURB	Secretaria de Urbanismo, Patrimônio Histórico e Meio Ambiente
SSPDS	Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social
UGP-PV	Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção à Violência
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa e Relevância da Pesquisa	11
1.2 Objetivos da Pesquisa	22
1.3 Estrutura da Dissertação	23
2 METODOLOGIA DE PESQUISA	26
2.1 Sobre as categorias de análise	26
2.2 O que dizem as entrevistas semiestruturadas	28
2.3 Relatos do grupo focal	35
3 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: JÁ QUE AS CIDADES SÃO DESIGUAIS	41
3.1 A produção do espaço urbano e segregação socioespacial	41
3.2 Estruturação urbana, processos e agentes da segregação socioespacial	48
3.3 Sobral: identificando um estudo de caso	58
3.4 Sínteses e discussões do capítulo	85
4 VIOLÊNCIA URBANA: A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS	91
4.1 A violência e o urbano no Brasil	91
4.2 O espaço como dimensão ativa do problema: território e territorialização	100
4.3 Sobral: territórios de violência e políticas públicas	104
4.4 Sínteses e discussões do capítulo	113
5 DIREITO À CIDADE: UM CONCEITO TANGÍVEL OU À DERIVA?	117
5.1 O direito à cidade no Brasil: referencial teórico e marco legal	117
5.2 Sobral: política pública municipal e direito à cidade	121
5.3 Sobral: políticas públicas de intervenção urbana em territórios de violência	125
5.4 Sínteses e discussões do capítulo	135
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICES	148

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa e Relevância da Pesquisa

O presente trabalho compõe uma trajetória vigente, acadêmica e profissional, de contínua aproximação ao tema da violência urbana associada às vulnerabilidades sociais, com foco naquelas relacionadas à produção do espaço urbano. Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo contribuir para a análise crítica do processo histórico de formação socioespacial que deu base para o processo de territorialização da violência, cuja caracterização considera uma visão geográfica do fenômeno e das práticas das organizações criminosas no espaço urbano.

Em vista disso, o trabalho se propõe a explorar e analisar os fatores sociais, econômicos e urbanísticos do processo de produção da segregação socioespacial e como eles se articulam com a territorialização da violência no espaço urbano hoje, através da observação focalizada em um recorte espacial situado em um dos eixos de expansão urbana da cidade de Sobral-CE. Assim, se faz necessário compreender quais são os agentes produtores do crescimento urbano da cidade, de modo a identificar como a produção da segregação socioespacial se articula com a formação de territórios mais vulneráveis à violência praticada pelas organizações criminosas.

Como forma de observação e reflexão crítica sobre a relação do objeto de estudo com as contradições históricas do padrão de urbanização das cidades brasileiras e com as suas consequências sociais na atualidade, a pesquisa se baseia nas seguintes categorias de análise: **segregação socioespacial, territorialização da violência e direito à cidade.**

A atual dinâmica de reprodução da violência urbana no Brasil pode ser analisada a partir de problemas históricos relacionados à intensa urbanização fomentada pelo processo de industrialização do país, um marco fundamental na formação das atuais estruturas urbanas. Assim, o crescimento acentuado das cidades brasileiras pode ser retratado sob o ponto de vista de períodos específicos da formação da ocupação urbana.

O primeiro período corresponde ao recorte temporal entre o momento de início de intensificação do crescimento demográfico nas áreas urbanas a partir de 1940 até

a década de 1980, quando as taxas de crescimento da população superaram as do crescimento do PIB, causando a recessão econômica que caracterizou os anos 80 e 90 como as "décadas perdidas". A partir de então, as cidades brasileiras vivenciaram complexos processos e a agenda de Reforma Urbana marcou o período da redemocratização do país. No contexto do início dos anos 2000, o direito à cidade é evidenciado e as diretrizes para implementação da política urbana são estabelecidas pelo Estatuto da Cidade (2001). Nesse contexto, o Brasil alcança um maior nível de atenção com a gestão democrática das cidades, no âmbito legal e jurídico, embora isso não tenha garantido as desejadas transformações efetivas das cidades até os dias atuais.

Assim, especialmente a partir da segunda metade do século XX, com o forte estímulo do processo de industrialização, o Brasil vivenciou um intenso fluxo migratório da população para as cidades em paralelo à aceleração do crescimento econômico promovido pela industrialização. Nesse período, apesar da chegada de grandes massas de operários para morar nas cidades em um contexto de aquecimento econômico do país, o mercado não favoreceu a democratização do acesso à terra e à moradia, dando absoluta prioridade às classes médias e altas. Simultaneamente, o Estado negligenciava a demanda socioassistencial dos trabalhadores recém-chegados, gerando um grande contingente de pessoas sem acesso a direitos sociais básicos, como saneamento, legislação trabalhista e previdência social. Portanto, mesmo com o ritmo acelerado da economia durante esse período, o Brasil manteve as bases de sua estrutura social desigual, cujas raízes se originam desde os períodos pré-republicanos (Maricato, 2000).

Nesse sentido, com a negação do acesso às terras e moradias formais do mercado imobiliário e com a ausência de políticas públicas de fortalecimento e proteção social, a população trabalhadora foi submetida a buscar meios informais de assentamento no ambiente urbano. Assim se deu o início da ocupação de multidões em áreas ambientalmente frágeis, as quais sempre foram desinteressantes para o capital imobiliário, como regiões de morros, encostas, alagados e várzeas, fundamentalmente distantes dos centros urbanos.

As oportunidades que de fato havia nas primeiras décadas do século XX para a população migrante (inserção econômica e melhora de vida) pareciam quase extintas. A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou

municípios centrais ou metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada (Maricato, 2003, p.152).

Adiante, entre os anos 80 e 90, quando o modelo de substituição da economia agrário-exportadora para a economia industrial se esgotou, a recessão econômica trouxe um forte impacto social e ambiental para as cidades brasileiras, aprofundando ainda mais a desigualdade social e vulnerabilizando profundamente as camadas populares de baixa renda que já ocupavam as áreas menos favorecidas das cidades. Nesse período, houve um forte aumento do desemprego e conseqüentemente das relações informais de trabalho, o que significou o aumento da negação de direitos e da pobreza nas áreas urbanas ocupadas pela população mais vulnerável (Maricato, 2000). A este período está associado o início do crescimento expressivo da violência urbana no Brasil, permeado por demais fatores sociais, o que será melhor apresentado adiante. É nesse cenário que, nas últimas décadas do século XX, novos padrões de segregação espacial surgem no processo de urbanização das cidades brasileiras.

Com o alicerce estrutural da desigualdade social, as cidades foram construídas, portanto, por meio de processos complexos associados à industrialização baseada em baixos salários, à ausência de controle e regulação do poder público, à escassez de recursos técnicos e financeiros para ocupação adequada do solo urbano e à degradação ambiental. Vale ressaltar que a "tragédia urbana", como se refere Maricato (2000), não foi um produto exclusivo dos períodos acima mencionados, pois ela tem raízes profundas nos séculos de formação da sociedade brasileira, marcados pela privatização da terra (Lei de Terras - 1850), pelo surgimento do trabalho livre (Abolição da escravatura - 1888) e pela negligência histórica do Estado. Desse modo, não houve o suprimento suficiente por parte das políticas públicas para acolher a imensa demanda habitacional urbana que a industrialização promoveu nas cidades brasileiras.

Tendo como base o panorama histórico anunciado, entende-se que as contradições de uma sociedade de classes se manifestam no espaço urbano através da segregação das formas de apropriação da terra, segundo a lógica desigual do desenvolvimento das relações sociais (Vieira e Melazzo, 2003). Desse modo, a cidade

é uma construção ideológica segundo a qual a condição de cidadania se torna um privilégio e não um direito universal, já que a cidade da elite encobre a cidade real. Conseqüentemente, os processos históricos e as relações sociais de uma sociedade fundamentalmente desigual funcionam como as forças estruturantes do espaço urbano das cidades como conhecemos hoje.

Diante desse contexto, sociedade e espaço são noções inseparáveis, como aponta Corrêa (2000). Milton Santos (1979) apresentou o conceito de *formação socioespacial*, a partir da compreensão de que a sociedade só se concretiza no espaço produzido e compreendido por ela mesma. Segundo David Harvey (2005), o modelo de produção capitalista se alia ao Estado, lhe conferindo papel essencial na produção do espaço urbano. Essa afirmação se baseia no entendimento de que o espaço é, ao mesmo tempo, condição e produto da reprodução do sistema capitalista na contemporaneidade. A cidade se apresenta como um campo das lutas de classes representadas pelas contradições e pelos conflitos entre os diferentes modos de habitar e os meios desiguais de acessar os recursos da vida urbana.

Nesse sentido, o tecido urbano vai se formando permeado por fissuras sociais, dando à desigualdade social a condição espacial em que ela se reproduz, concretizando o aspecto fragmentado das cidades. Segundo Villaça (2012, p.44), a segregação espacial "é a mais importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera em nossa sociedade", e pode ser compreendida como a expressão espacial das classes sociais concentradas em territórios definidos, produzidos pelos interesses das classes dominantes, as quais limitam as atividades dos grupos sociais excluídos (Corrêa, 2004).

Essa compartimentação de extratos sociais por territórios é o registro espacial que orienta o desenvolvimento desta pesquisa. Deste modo, é fundamental considerar o conceito de território e de territorialização, uma vez que se entende o espaço como uma dimensão ativa do problema da violência urbana.

Tradicionalmente, a violência costuma ser relacionada à pobreza, à exclusão social, à omissão do Estado, ausência de serviços públicos urbanos e ao próprio processo de urbanização que cria os enclaves de pobreza e as periferias. A complexidade e o crescimento da violência nas cidades têm levado a considerá-la como o resultado da junção de todos esses aspectos, facetas do processo social. É no território que esses diferentes aspectos do processo social se articulam, se interpenetram, se completam e se contradizem. Admite-

se então que a violência também se territorialize (Ferreira e Penna, 2005, p.157).

Tomar a violência urbana como tema de pesquisa implica no enfrentamento de inúmeros e profundos desafios de diferentes ordens, que muitas vezes até parecem paralisar o processo de investigação. A começar pela existência de uma diversidade de trabalhos dedicados à construção de uma definição para a *violência*, o que amplia as possibilidades de emprego do termo em muitos significados, conforme o ponto de vista e a abordagem de onde parte cada análise. Cada disciplina oferece interpretações particulares sobre a mesma realidade e proporciona contribuições importantes para o estudo sobre o fenômeno, ao mesmo tempo em que todas ainda parecem ser insuficientes para a compreensão total da sua essência, que vem ganhando contornos particulares nas cidades brasileiras no pós-globalização.

Ainda assim, diante das dificuldades de delimitação teórico-metodológica sobre o tema e reconhecendo os limites do campo de visão do planejamento urbano para abordar tal fenômeno, a intenção da pesquisa se ancora no reconhecimento da pertinência do entendimento sobre a violência urbana a partir do enfoque nos aspectos da problemática urbana. Dessa maneira, não é objetivo deste trabalho buscar a definição de um fenômeno de natureza tão complexa, mas sim entendê-lo como parte do contexto específico da segregação socioespacial que estrutura o tecido urbano das cidades brasileiras.

Afinal, é evidente que a violência urbana vem se tornando um problema essencialmente espacial na atualidade, não apenas pela localização concentrada de atos violentos em determinadas áreas, mas pelas consequências que ela gera no próprio modo de ocupar e viver no ambiente urbano. Tendo isso em vista, entende-se a importância de a investigação ir além da espacialização do fenômeno no espaço urbano, mas de compreender os aspectos relacionados à sua territorialização, ou seja, a formação socioespacial do "território de violência", que é necessariamente fundamentado e articulado com os processos de produção do espaço urbano e de reprodução das relações sociais. A atual faceta da criminalidade urbana, o crime organizado como conhecemos, opera com base no poder e na dominação territorial, por isso se torna indispensável considerar a noção de território, ao tempo em que o

homicídio é tomado como principal indicador de violência, já que "são os homicídios a parte visível de uma realidade complexa" (Ferreira e Penna, 2005, p.156).

O tema da violência ganhou relevância no debate político brasileiro a partir da década de 1970, provocado pela vigência do regime da ditadura militar, quando o tema ainda era tratado com enfoque relacionado aos "crimes do capital e aos dispositivos de violência do Estado" (Misse, 1997 *apud* Zaluar, 1999, p.4). Com a transição do regime militar para o período da redemocratização, vários campos disciplinares se voltaram para o entendimento da violência com questões teóricas e metodológicas distintas, afinal de contas além de ser abrangente no seu significado, a violência também é múltipla em suas manifestações sociais.

No início, as abordagens teóricas sobre a violência não a tomavam pelo ângulo da criminalidade, pois não havia ainda a comoção pública e o destaque do tema na mídia brasileira, que passou a retratar o aumento expressivo dos crimes urbanos a partir da década de 1980. Esse período é marcado por uma conjunção de fatores relevantes para o entendimento do contexto social em que se iniciou o crescimento da violência urbana no país, como o processo de intensa expansão das periferias urbanas, a redemocratização do Brasil e os movimentos pela Reforma Urbana (que não significaram a garantia efetiva do acesso aos direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, como veremos adiante) e os impactos da globalização nas relações de trabalho e no tecido urbano.

Então, no fim do século XX, começaram a surgir no Brasil as primeiras pesquisas sociológicas sobre a violência no meio urbano, rompendo com a exclusividade que o assunto era abordado pelos juristas e psiquiatras até então. Desse modo, o presente trabalho busca se inserir no campo de pesquisas que visam explorar as transformações urbanas para tentar explicar o aumento e a concentração da criminalidade violenta na atualidade.

Considerando o breve panorama apresentado, a partir do qual o trabalho buscará se desenvolver, entende-se a necessidade de levantar elementos práticos capazes de fornecer sustentação para as ideias desenvolvidas e/ou apontar outras questões para além das que já se enunciam, através da delimitação de um recorte empírico para análise. Assim, para dar suporte às reflexões teóricas propostas sobre o papel da problemática urbana no aumento e na concentração da violência em

territórios específicos, a cidade de Sobral/CE foi selecionada como objeto de investigação da pesquisa, com foco no recorte espacial que compreende a região noroeste de expansão urbana da cidade.

A escolha pela cidade de Sobral se deu de forma praticamente espontânea, tendo em vista que desde 2018 é pavimentada uma trajetória de aproximação e aprofundamento sobre a realidade sobralense, no âmbito profissional, pelas lentes da política pública de prevenção à violência do Governo do Estado do Ceará. Ainda assim, a definição do objeto empírico se justifica não por ser mais importante do que outros recortes espaciais possíveis para analisar a territorialização da violência no processo de produção do espaço urbano, mas porque se considera a cidade um exemplo simbólico.

Atualmente, a violência urbana tem o seu retrato na dominação territorial de organizações criminosas que impõem limites de circulação comunitária e urbana, determinando uma lógica paralela no desenho de fronteiras invisíveis nas cidades e comprometendo inúmeros direitos sociais e urbanos da população mais vulnerável, que geralmente reside nas áreas mais precarizadas. Essa forma de imposição do poder territorial por grupos criminosos não é exclusiva da realidade sobralense. No entanto, em Sobral, o funcionamento da dinâmica de tais organizações criminosas ocorre em um contexto municipal de reconhecidos avanços da gestão urbana nos últimos anos, o que expressa um paradoxo no âmbito social e político da discussão.

Nesse contexto, a mais significativa justificativa a ser considerada é a de que, do ponto de vista do método de investigação e análise, o recorte espacial definido poderá permitir, através de uma dimensão particular, compreender a totalidade do processo urbano que constitui a territorialização da violência. Tal particularidade pode apresentar as relações entre a singularidade do lugar, sua dinâmica própria, e a universalidade do fenômeno da violência, que incorpora e reproduz processos mais amplos e sistêmicos.

Por meio desse recorte espacial busca-se compreender não a violência em si, enquanto fenômeno, mas o seu processo de territorialização a partir da produção do espaço urbano. É evidente que será necessário contornar o risco de cometer determinismos geográficos, entendendo a importância de não criminalizar a pobreza nem mesmo reduzir o significado e/ou o valor de um território em função do aspecto

da violência urbana. Trata-se da construção de um material teórico-descritivo que expresse as relações entre a formação socioespacial de territórios excludentes, a territorialidade da violência urbana e os fundamentos urbanos práticos que favorecem a produção e a reprodução da mesma, compreendendo o "território de violência" como resultado do processo de exclusão socioespacial, que se fundamenta na omissão histórica do Estado e na dominação de organizações criminosas em espaços ocupados por pessoas excluídas do exercício pleno da cidadania.

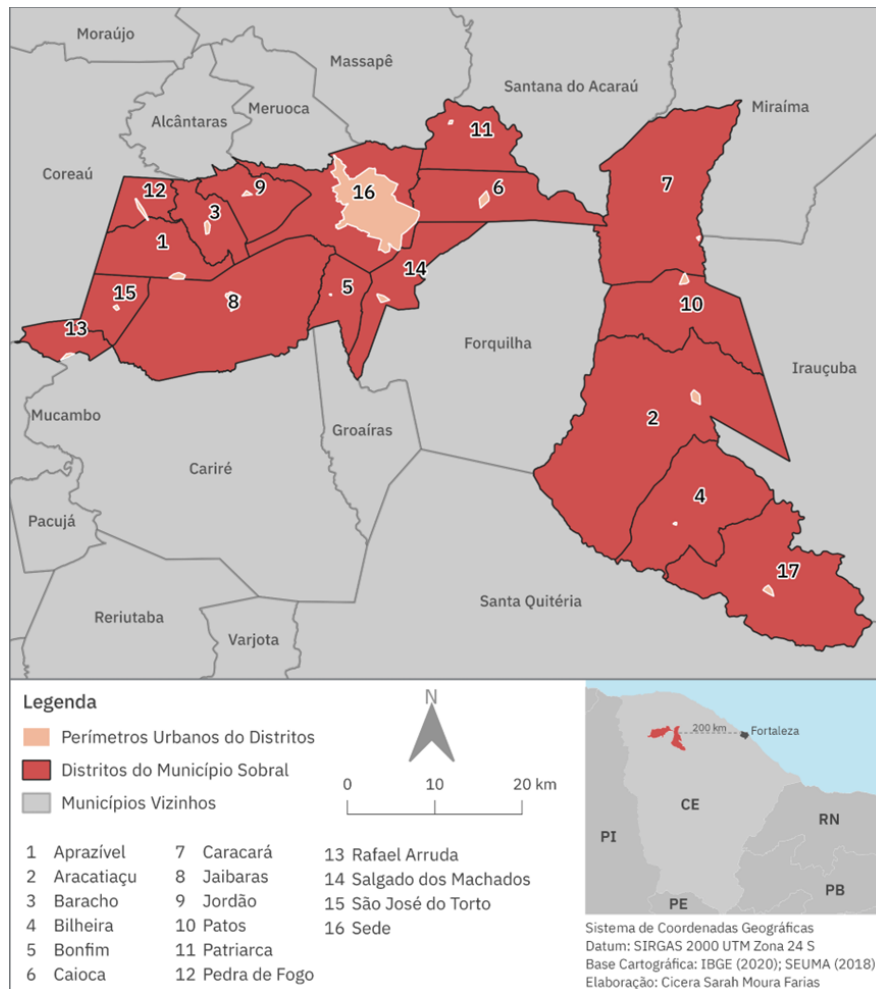
Com base na problematização apresentada, as perguntas que geram o movimento investigativo deste trabalho são: **Como o processo de produção da segregação socioespacial se articula historicamente com o processo de territorialização da violência urbana? Em que medida o histórico de violação do direito à cidade favorece o processo de apropriação territorial das organizações criminosas nos espaços urbanos segregados?**

Recorte espacial de estudo

A cidade de Sobral se situa ao norte do estado do Ceará, na região do semiárido nordestino localizada entre o maciço da Serra da Meruoca e a planície aluvial do Rio Acaraú, sendo este o principal recurso hídrico da região, uma marca da paisagem e da história da cidade. De acordo com o Censo 2022 do IBGE, a população de Sobral corresponde a 203.023 habitantes, sendo o 5º município mais populoso do estado e a segunda maior cidade do interior cearense. Sobral é considerada uma capital regional (IBGE, 2008) e se destaca no campo econômico, educacional, político e cultural (Figura 01).

O desenvolvimento urbano de Sobral historicamente esteve associado ao protagonismo da cidade nas rotas comerciais. A expansão urbana da área do assentamento inicial da cidade se iniciou pela implantação de uma estrada de ferro em 1882, que conferiu a Sobral um status estratégico economicamente, quando foi inaugurada a ligação da cidade com o Porto de Camocim, ao litoral norte. Adiante, em 1950, o arco ferroviário se ampliou com a conexão da cidade à capital cearense, se consolidando como marco na paisagem urbana sobralense, transformando os limites da urbanização e originando o processo de segregação socioespacial (Rocha, 2003).

Figura 01 – Localização do município de Sobral/CE.



Fonte: Base Cartográfica IBGE (2020); SEUMA (2018). Elaboração: Cícera Sarah Moura Farias, 2023.

Figura 02: Vista do Rio Acaraú (margem esquerda); ao fundo, a Serra da Meruoca.



Fonte: Foto de Pedro Cela (2017).

Assim, é possível considerar que o processo de expansão urbana de Sobral, desde o seu início, está diretamente relacionado com o fenômeno da expansão periférica e com a produção de localizações segregadas. A cidade que surge a partir da segunda metade do século XX vai ocupar o território localizado para além do arco formado entre a estrada de ferro e o Rio Acaraú (Figura 02).

Nesse sentido, a cidade de Sobral se estruturou com base na segregação entre a área intra-trilhos e as regiões de fora do arco ferroviário. Segundo Rocha (2003, p.212), morar "depois da linha do trem" ou "do outro lado do rio" era sinônimo de discriminação e de isolamento social. Com a chegada do processo de industrialização em Sobral e a sua urbanização consequente, a separação das classes sociais no espaço urbano se consolidou e demonstrou que a modernização da cidade, que teve seu desenvolvimento acentuado a partir de 1950, não atendeu todas as camadas da sociedade, limitando-se aos espaços ocupados pelas classes mais altas.

De tal maneira, ainda hoje o espaço urbano de Sobral revela as contradições do processo de urbanização da cidade. No que diz respeito à morfologia urbana, Sobral se caracteriza pela sua forma contínua nas áreas centrais do município e fragmentada nas regiões periféricas, existindo ainda áreas muito extensas com aspectos ainda rurais. A área ocupada pelo seu território cresceu em todas as direções, porém teve maior ênfase no rumo da Serra da Meruoca, ao noroeste da cidade. É neste corredor de expansão urbana que se insere a área espacial de investigação do presente trabalho.

Em Sobral, até os últimos anos da década de 1990, havia pouca ou quase nenhuma institucionalização dos setores de planejamento urbano e habitação na gestão municipal. Até então, as iniciativas públicas de intervenção no espaço urbano eram realizadas por meio de financiamentos federais e estaduais, através da implementação de políticas verticais. A administração municipal sobralense ainda não tinha políticas urbanas e habitacionais sistematizadas, planejadas e continuadas. Por isso, a ação do poder público no espaço urbano era dispersa, de certa forma, em razão da concentração de investimentos na manutenção dos espaços das elites. Desse modo, o próprio poder público estimulava a especulação imobiliária na cidade e se tornava agente promotor da segregação socioespacial.

Embora o discurso oficial tenha sido, muitas vezes, voltado para ações de modernização da cidade, a atuação do poder público no crescimento de Sobral foi marcada pela discriminação e negligência da maioria da população, sendo os mais pobres compelidos a ocupar as periferias, nas áreas mais desvalorizadas inseridas em regiões de vazios urbanos. Tendo isso em vista, o trabalho se dedica a analisar o processo de formação socioespacial dos "territórios de violência" que se localizam no principal eixo de crescimento da cidade, no sentido da Serra da Meruoca, em articulação à compreensão sobre a formação da segregação socioespacial que estrutura o tecido urbano e social da referida área.

A ocupação urbana de Sobral nessa direção do crescimento urbano se iniciou em 1957, com a implantação do primeiro conjunto habitacional sobralense Fundação Casa Popular, de iniciativa da gestão municipal com recursos do governo federal, localizado no bairro Junco. Esse primeiro conjunto habitacional teve como característica de implantação urbana a segregação espacial, pois foi localizado em uma área de vazio urbano e pela enorme distância que o separava da malha urbanizada (Aragão, 2015).

Nas décadas seguintes, foram sendo ocupadas outras áreas da mesma região de crescimento urbano, configurando bairros com perfis sociodemográficos e tipologias habitacionais diferentes, apresentando no espaço as contradições da atuação do poder público na formação da cidade. Assim, entre 1982 e 2017, outros bairros surgiram na região, provenientes de loteamentos e residenciais públicos e privados, conferindo ao tecido urbano uma estrutura heterogênea, desigual e segregada. É nesse contexto de crescimento urbano excludente e injusto da cidade que, ao longo dos últimos 40 anos, a área de estudo compõe uma malha urbana fragmentada, dividida em territórios diversos e segregados. Assim, é importante salientar que:

Os diferentes territórios da cidade não se definem apenas como uma base sobre a qual se formam as identidades urbanas, mas operam de forma dinâmica para a constituição dessas identidades, sejam elas a pobreza, a riqueza ou a violência (Ferreira e Penna, 2005, p.157).

Para a abordagem aqui adotada, a noção de "produção do espaço urbano" se faz fundamental, pois retrata que o espaço da cidade não é apenas um elemento transitório da sociedade ou um pano de fundo das relações sociais. As formas

espaciais criadas pelos agentes produtores do espaço, como os bairros, expressam as relações sociais vigentes de acordo com a época em que foram produzidas (Ferreira e Penna, 2005). A ocupação segue padrões de estruturação urbana diferentes na produção do seu espaço, gerando urbanização sem urbanidade e sem justiça social, impondo distâncias sociais entre grupos a pequenas distâncias territoriais. Assim, são criadas barreiras espaciais invisíveis, formando uma cidade de fronteiras, que reproduz o enclausuramento do pobre e torna a população de baixa renda mais vulnerável às ações criminosas.

Compreende-se, portanto, que a violência da atualidade praticada pelo crime organizado se beneficia da vulnerabilidade social dos espaços de exclusão da ordem urbana formal das cidades. Surge, então, o que se entende como territorialidade da violência, uma vez que porções do espaço urbano são apropriadas por grupos criminosos que exercem seu poder sobre elas, enfrentando a autoridade do Estado e oprimindo a população mais vulnerável.

Esses espaços tornados territórios da violência são parte ativa no desenvolvimento do poder constituído pelo crime organizado e pela violência a ele atrelada. E, dessa forma, realimentam os processos sociais responsáveis pela violência urbana (Ferreira e Penna, 2005, p.158).

Em vista disso, a atenção investigativa do trabalho volta-se para a referida região de crescimento da cidade de Sobral, fundamentada por contradições históricas no processo de produção do espaço urbano e pela segregação socioespacial que caracteriza e reproduz os "territórios de violência", ao tempo em que também determina novas formas segregadas de habitar para as classes altas.

1.2 Objetivos de Pesquisa

Objetivo Geral

Analisar a relação entre o contexto de segregação socioespacial articulada à ausência do direito à cidade e à territorialização da violência no município de Sobral/Ce.

Objetivos Específicos

I - Identificar e analisar a ação dos agentes produtores da **segregação socioespacial** no recorte espacial de estudo;

II - Analisar os fatores socioespaciais, econômicos, urbanísticos e criminais associados ao processo de **territorialização da violência** no recorte espacial de estudo;

III - Analisar as contradições político-legais e os conflitos sociais que impedem a consolidação do **direito à cidade** no recorte espacial de estudo.

1.3 Estrutura da Dissertação

A dissertação está estruturada seguindo a lógica de desenvolvimento das categorias de análise. Assim, após a Introdução, o trabalho se estrutura em quatro capítulos principais. Cada capítulo é iniciado pela construção de uma discussão teórico-conceitual referente a cada categoria de análise da pesquisa e o objeto de estudo é analisado de maneira transversal sob o ponto de vista de cada categoria nos respectivos capítulos. Desse modo, o recorte espacial de estudo é apresentado e desenvolvido continuamente no avançar dos capítulos, pois acredita-se que esse formato dinamiza a evolução do trabalho e torna a leitura mais atrativa, uma vez que busca a integração contínua entre teoria e observação empírica.

O capítulo 2 – *Metodologia da pesquisa* – se estrutura em três tópicos que apresentam as categorias de análise utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa e discorrem sobre as duas técnicas utilizadas para a coleta dos dados qualitativos: entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Neste capítulo, o desenho metodológico do trabalho é apresentado, de modo a promover uma visão geral da estrutura conceitual que fundamenta a pesquisa, juntamente às ferramentas que propiciaram a sua evolução.

O capítulo 3 – *Segregação socioespacial: já que as cidades são desiguais* – apresenta a base teórico-conceitual de referência para o trabalho no que diz respeito à estruturação urbana e à produção da segregação socioespacial no contexto do modelo capitalista. Neste capítulo, a origem e o crescimento da cidade de Sobral são explorados com base nos marcos históricos do processo de evolução da cidade.

Assim, os vetores de estruturação urbana de Sobral são analisados, de modo a identificar os principais agentes de produção do espaço urbano que formaram a atual configuração do tecido socioespacial da cidade. Este capítulo é concluído com a apresentação do recorte espacial de estudo, conforme a caracterização urbana de uma área que representa a segregação socioespacial resultante do processo de expansão urbana da cidade.

O capítulo 4 – *Violência urbana: a formação de territórios* – apresenta o contexto de crescimento da violência urbana no Brasil, traçando um paralelo com as problemáticas urbanas relacionadas à vulnerabilidade socioespacial das áreas que se tornaram mais suscetíveis à apropriação do crime organizado, por diversos fatores sociais, econômicos e espaciais. Para tanto, neste capítulo são apresentados e discutidos os conceitos de violência urbana e território que fundamentam a base teórica do trabalho, entendendo que o espaço é uma dimensão ativa do problema da criminalidade urbana violenta. O capítulo apresenta referências teóricas sobre o surgimento das organizações criminosas no Brasil e no Nordeste que estão associadas ao processo de dominação territorial pela violência. Adiante, ancorando a discussão na cidade de Sobral, o objeto de estudo é caracterizado sob o ponto de vista dos indicadores socioeconômicos, urbanos e criminais, o que baseia a análise do perfil de vulnerabilidade do território à apropriação da violência. Além disso, o capítulo também apresenta e discute as principais políticas públicas implementadas na área e de qual forma elas conseguiram desenhar estratégias de enfrentamento e/ou prevenção à violência.

O capítulo 5 – *Direito à cidade: um conceito tangível ou à deriva?* – aborda os marcos teóricos, conceituais, políticos e legais do direito à cidade no Brasil, traçando o panorama das contradições entre o modelo capitalista de produção de cidades e os movimentos sociais das lutas urbanas. Neste capítulo, são discutidas as relações socioespaciais que promovem o status de subcidadania e exclusão de direitos da população que reside nas áreas mais vulneráveis à violência, no contexto da segregação urbana e da territorialização da violência. Busca-se compreender de que maneira a ausência do direito à cidade é agravada pela dominação territorial do crime organizado e o quanto este se beneficia do sistema de exclusão de direitos sociais da população mais pobre. Nesse sentido, ao ancorar a discussão no recorte espacial de estudo em Sobral, o território é analisado sob o ponto de vista do acesso ao direito à

cidade e são apresentadas as políticas públicas sociais que visam a garantia de direitos na área de estudo, analisando como o poder público tem atuado frente ao sistema de exclusão cidadã.

Por fim, o trabalho conta com um capítulo de Considerações Finais.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 Sobre as Categorias de Análise

A investigação pode ser classificada como uma pesquisa científica de caráter exploratório-descritivo com abordagem metodológica quanti-quali a ser desenvolvida a partir de três categorias de análise: *segregação socioespacial*, *territorialização da violência* e *direito à cidade*, que servirão de base teórico-conceitual em todas as etapas da pesquisa. A coleta de dados, a apresentação e a análise das informações foram realizadas por meio de uma associação entre a revisão narrativa dos conceitos e teorias que fundamentam o trabalho, a pesquisa documental e a pesquisa empírica, considerando que as atuais formas de organização social e urbana são configuradas no espaço ao decorrer do tempo.

A investigação teórica e empírica do processo de formação e ocupação urbana das áreas que contempla o objeto de estudo se fez necessária para uma melhor compreensão do papel da problemática urbana na formação de "territórios de violência", que são as áreas mais vulneráveis à apropriação do crime organizado. De acordo com as categorias de análise mencionadas, a pesquisa foi desenvolvida em três grandes etapas que correspondem aos três capítulos estruturantes.

A primeira etapa de trabalho trata do arcabouço teórico e analítico sobre a **segregação socioespacial**, com base na investigação do processo de estruturação urbana da cidade de Sobral e da formação da área que corresponde ao objeto de estudo. Para isso, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental para levantar e consolidar as referências conceituais e as informações históricas da formação territorial de Sobral. Em seguida, através do levantamento de dados secundários e da realização de entrevistas, identificou-se os principais agentes de produção da segregação socioespacial na cidade, com foco na área de estudo. Por fim, através de observações empíricas e análises cartográficas, elaborou-se um diagnóstico da morfologia urbana da área de estudo.

A segunda etapa de trabalho foi dedicada a desenvolver uma análise sobre a **territorialização da violência**, associando os fatores socioespaciais, econômicos e urbanísticos, fundamentando a discussão na apresentação e elaboração dos

conceitos de violência urbana, território e facções criminosas. Para isso, a pesquisa bibliográfica foi utilizada para levantar e discutir as referências conceituais. Em seguida, através de uma análise simplificada de dados quantitativos, o trabalho discute a caracterização da área de estudo como "território de violência", apresentando e problematizando os aspectos sociais relacionados. Vale ressaltar que serão abordados dados gerais da violência letal com informações básicas de sua caracterização, não havendo o intuito, neste trabalho, de se realizar análise estatística robusta de dados de violência. Por fim, através da pesquisa documental, da realização de entrevistas e de observações empíricas, são apresentadas e analisadas as principais políticas públicas que implementam estratégias de enfrentamento e de prevenção à violência na área de estudo.

A terceira etapa da pesquisa traz uma análise sobre o **direito à cidade**, investigando as contradições na efetivação da legislação urbana e na ação do poder público, a atuação de movimentos sociais e os conflitos territoriais decorrentes da dinâmica do crime organizado na área de estudo. Para tanto, a pesquisa bibliográfica foi utilizada para enquadrar as bases conceituais necessárias para avançar na discussão, tendo como pano de fundo o exercício da cidadania.

Em seguida, através da pesquisa documental e da realização de entrevistas, as políticas públicas sociais implementadas em Sobral, especialmente as urbanas, serão analisadas sob o ponto de vista da manutenção do sistema de exclusão cidadã que fomenta a vulnerabilidade à violência. Além disso, por meio de entrevistas, o trabalho investiga a influência do crime organizado na manutenção e no agravamento do status de subcidadania da população que reside na área de estudo.

Assim, as três categorias de análise funcionaram como a linha de costura do desenvolvimento do trabalho, a partir das quais foram relacionados os conceitos e os dados empíricos levantados. Para uma melhor compreensão da estrutura que fundamentou a construção metodológica da pesquisa, o Quadro 01 sistematiza as informações gerais relacionadas a cada categoria de análise e apresenta o conjunto de métodos e técnicas utilizadas em prol do alcance de cada objetivo específico.

Quadro 01 – Estrutura metodológica da pesquisa.

Categoria de análise	Objetivo específico correspondente	Palavras-chave	Métodos e técnicas
Segregação socioespacial	Identificar e analisar a ação dos agentes produtores da segregação socioespacial no recorte espacial de estudo;	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produção do espaço urbano 2. Formação socioespacial 3. Estruturação urbana 4. Segregação socioespacial 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa bibliográfica - Pesquisa documental - Entrevistas e Grupo Focal - Observação empírica - Análise cartográfica
Territorialização da violência	Analisar os fatores socioespaciais, econômicos e urbanísticos associados ao processo de territorialização da violência no recorte espacial de estudo;	<ol style="list-style-type: none"> 1. Violência urbana 2. Território 3. Territorialização 4. Facção criminosa 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa bibliográfica - Pesquisa documental - Análise de dados estatísticos - Entrevistas e Grupo Focal
Direito à cidade	Analisar as contradições político-legais e os conflitos sociais que impedem a consolidação do direito à cidade no recorte espacial de estudo;	<ol style="list-style-type: none"> 1. Direito à cidade 2. Exclusão social 3. Cidadania 	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa bibliográfica - Pesquisa documental - Entrevistas e Grupo Focal

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Esse desenho metodológico promoveu uma maior facilitação no processo de desenvolvimento da pesquisa, uma vez que funcionou como um roteiro para o trabalho. As categorias de análise foram fundamentadas a partir dos objetivos específicos, compreendendo-os como pilares estruturantes da pesquisa.

2.2 Sobre as Entrevistas Semiestruturadas

Na intenção de realizar uma análise qualitativa sobre o tema e o objeto de pesquisa, entendeu-se a necessidade de coletar informações com pessoas que têm ou tiveram alguma vinculação à realidade investigada, por meio do compartilhamento de suas experiências pessoais e/ou profissionais. O mapeamento desses atores com os quais foram realizadas entrevistas se deu pela definição de eixos temáticos de interesse da pesquisadora (história, gestão e território), a partir de um contato prévio

com a realidade estudada. Dessa forma, já existia uma direção, ainda que não de forma totalmente declarada, para o conteúdo que viria a ser obtido nas entrevistas.

Considerando as diferentes visões possíveis sobre o mesmo contexto, o levantamento dos dados qualitativos foi fundamental para possibilitar a associação dos elementos da realidade aos pressupostos teóricos que embasam o direcionamento da pesquisa. Para Alves e Silva (1992), a análise qualitativa se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual do pesquisador.

Em linhas gerais, a entrevista é uma técnica para coleta de dados qualitativos em pesquisas que visam a investigação de um problema social (Guazi, 2021). Pode ser entendida como um instrumento, técnica ou procedimento utilizado em vários campos das Ciências Sociais, como Sociologia, Antropologia, Psicologia, Pedagogia, Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo, entre outros. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.195), a entrevista "é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional". Há diferentes tipos de entrevistas, que podem variar de formato de acordo com os propósitos do pesquisador.

A entrevista semiestruturada é comumente "organizada em torno de um conjunto de questões abertas pré-determinadas, com outras questões emergindo a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado" (Guazi, 2021, p.2). Esse formato semiestruturado confere adaptabilidade e flexibilidade à entrevista, características que se tornaram fundamentais para o percurso metodológico adotado neste trabalho, tendo em vista que a decisão de realizar entrevistas foi tomada em função de se investigar fenômenos tão complexos e multicausais como a segregação socioespacial e a violência.

Assim, a preocupação metodológica da pesquisadora apontou para a necessidade de alcançar uma apreensão abrangente dos fenômenos investigados, o que exigiu uma postura atenta para as subjetividades, aliada à prudência em consolidar um conhecimento crítico da realidade. Por isso, o formato semiestruturado proporcionou a abertura ideal do espaço de diálogo e reflexão sobre os pensamentos, os sentimentos, as percepções, as crenças, as opiniões e as experiências dos

participantes, em seus diferentes contextos de vida e de relacionamento com o objeto de estudo. Foram elaborados dois modelos de roteiros para as entrevistas semiestruturadas, diferenciando as perguntas em função do perfil dos entrevistados, conforme apresentado no Apêndice A.

O emprego da técnica de entrevistas para coleta de dados envolveu um planejamento cuidadoso de um conjunto de etapas e procedimentos. Para tanto, as diretrizes de utilização de entrevistas semiestruturadas em pesquisas científicas estabelecidas por Guazi (2021) orientaram a estruturação metodológica da realização dessa etapa na presente pesquisa. Para a realização de entrevistas semiestruturadas, adotou-se um planejamento em seis etapas conforme descrição a seguir.

- Etapa 1 - Seleção dos participantes

A seleção dos participantes das entrevistas foi orientada pelo interesse da pesquisadora em abordar o problema de pesquisa de maneira abrangente, de forma que a realidade do fenômeno estudado pudesse ser discutida com base em diferentes percepções do contexto sócio-histórico-cultural-político no qual o problema de pesquisa se insere. Portanto, considerou-se relevante priorizar a participação de pessoas com trajetórias diretamente envolvidas com o objeto de estudo em suas particularidades, objetivando a construção de uma análise qualitativa do problema de maneira sistêmica entre os eixos história, gestão e território.

O primeiro participante selecionado para ser entrevistado foi o arquiteto e urbanista sobralense **Edilson Aragão**, autor da dissertação de Mestrado intitulada "*A estruturação urbana de Sobral na segunda metade do século XX*". Esse trabalho foi publicado em 2014 e se tornou uma das principais referências para a compreensão da formação territorial da cidade de Sobral. Além disso, Edilson Aragão tem uma trajetória de atuação política e social na cidade, tendo exercido o cargo de vice-prefeito do município no período 1997-2004 e sendo pesquisador da história de Sobral, além de docente acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), experiências profissionais que lhe proporcionaram um amplo repertório no conhecimento sobre a cidade de Sobral, no que diz respeito ao seu crescimento territorial, suas características históricas, culturais e sociais e as práticas de gestão urbana reproduzidas nas últimas décadas. Vale ressaltar que o arquiteto

integrou o grupo político que construiu um contexto de continuidades na gestão municipal de Sobral, desde a eleição do então prefeito Cid Gomes, em 1997.

A segunda participante selecionada para ser entrevistada foi a arquiteta e urbanista **Gizella Gomes**, em razão de sua participação na gestão municipal de Sobral no período em que o bairro Nova Caiçara foi construído e as unidades habitacionais entregues à população. Ela assumiu a titularidade da Secretaria Municipal de Urbanismo, Patrimônio Histórico e Meio Ambiente de Sobral (SEURB) no período entre 2013 e 2016, na gestão do então Prefeito Veveu Arruda.

A terceira participante selecionada para ser entrevistada foi a arquiteta e urbanista **Marília Ferreira Lima**, em razão de sua vigente atuação como Secretária titular da Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente de Sobral (SEUMA), iniciada no ano de 2017, desde a primeira gestão do Prefeito Ivo Gomes.

A quarta participante selecionada para ser entrevistada foi a arquiteta e urbanista **Úrsula Nóbrega**, em razão de suas atividades profissionais como gerente e coordenadora na Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente de Sobral (SEUMA), no período de 2017 a 2020, e atualmente como Superintendente da Agência Municipal do Meio Ambiente de Sobral (AMA).

A quinta participante selecionada para ser entrevistada foi a pedagoga **Inês Costa**, em razão de sua trajetória de vida pessoal e profissional conectada à atuação no campo da garantia de direitos nos bairros de estudo. Ela é moradora do bairro Nova Caiçara desde o primeiro ano de ocupação do residencial, é uma liderança local com forte influência na dinâmica comunitária, idealizadora do movimento social Periferia Viva, que mobiliza atividades e eventos no bairro e oferece suporte às famílias para acesso a serviços públicos. Além disso, Inês foi coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Regina Justa, o qual atende a população residente dos bairros Nova Caiçara, Terrenos Novos e Vila União, e atuou como gerente do Projeto Virando o Jogo, uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará destinado a adolescentes e jovens evadidos das escolas, com altos níveis de vulnerabilidade social e que não tinham acesso a nenhuma oportunidade profissional.

Dessa forma, buscou-se contemplar os três eixos de análise (história, gestão e território) a partir das experiências pessoais e profissionais dos entrevistados, uma

vez que cada um dos participantes representou um ou mais de um desses eixos pela sua relação com o objeto de estudo.

- Etapa 2 - Elaboração e testagem do roteiro de entrevista

O roteiro funciona como um conjunto de questões pré-definidas que deverão ser realizadas durante as entrevistas. A padronização das perguntas para todos os entrevistados permite o cotejamento entre as respostas obtidas, o que é esperado em estudos que empregam o tipo semiestruturado de entrevistas, promovendo o enriquecimento da análise do tema. Guazi (2021) chama a atenção para a importância da identificação dos objetivos de cada pergunta elaborada, uma vez que devem ser incluídas no roteiro apenas aquelas perguntas por meio das quais serão coletados os dados que poderão possibilitar a resolução do seu problema de pesquisa.

A testagem do roteiro para as entrevistas foi realizada parcialmente, pois a avaliação do guia de perguntas foi feita apenas pelo orientador desta pesquisa e não foi possível realizar entrevistas-teste, em razão do curto tempo disponível para a conclusão do trabalho.

- Etapa 3 - Contato inicial com os participantes

Uma vez pré-selecionados os participantes das entrevistas, foi preciso entrar em contato com essas pessoas para convidá-las a participar e a contribuir com o estudo. A pesquisadora já conhecia praticamente todas as pessoas pré-selecionadas para as entrevistas, dessa forma elas foram contatadas por meio de mensagens de texto enviadas pelo aplicativo de comunicação instantânea online, *WhatsApp*.

As mensagens foram enviadas em dias úteis e em horários comerciais e nelas foram escritas todas as informações necessárias para que a pessoa pudesse tomar a decisão sobre participar da entrevista ou não. No corpo do texto, foi feita uma breve apresentação da pesquisa, com o título previsto para o trabalho e seus objetivos, o vínculo institucional da pesquisadora, os temas das perguntas e a duração prevista para a entrevista. Além disso, também foi esclarecida a razão pela qual a pessoa havia sido selecionada para participar, em função de suas experiências profissionais ou pessoais com o objeto de pesquisa.

- Etapa 4 - Realização das entrevistas

As entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade de dias e horários sinalizados pelos participantes. Inicialmente, foi combinado em qual formato se daria a entrevista (presencial ou virtual), tendo sido sinalizada a preferência da pesquisadora pelos encontros presenciais. Os locais das entrevistas foram escolhidos considerando a maior comodidade para os participantes, em termos de deslocamento e tempo de disponibilidade, ao mesmo tempo em que foram considerados os espaços que pudessem oferecer conforto, privacidade e silêncio suficiente para assegurar a qualidade da gravação.

Antes de começar cada entrevista, a pesquisadora fez uma fala introdutória para agradecer à pessoa pela aceitação em participar do estudo, para descrever brevemente a estrutura da entrevista, ressaltando que o participante poderia se negar a responder qualquer pergunta e que as informações coletadas seriam utilizadas em prol do desenvolvimento do presente trabalho, e para solicitar autorização para realizar a gravação da conversa.

As entrevistas foram conduzidas seguindo o roteiro previamente estabelecido e as perguntas foram feitas uma de cada vez, conforme reforçado por Marconi e Lakatos (2003). Em cada entrevista realizada, foram feitas questões complementares no âmbito do diálogo construído entre a pesquisadora e os entrevistados, de modo a esclarecer alguns aspectos do tema e a coletar informações adicionais que não haviam sido consideradas previamente na lista de perguntas.

Embora a pesquisadora tenha feito anotações durante a entrevista, esse tipo de registro manual não foi capaz de gerar dados suficientemente consistentes e detalhados para construção da análise. Por isso se fez necessário a gravação em áudio para "preservar o conteúdo da entrevista" (Gil, 2008, p. 119, apud Guazi, 2021). Além disso, com a gravação a pesquisadora pôde se concentrar em ouvir e responder os participantes, sem se distrair com a necessidade de escrever notas extensas e detalhadas.

- Etapa 5 - Transcrição das entrevistas

A própria pesquisadora realizou a transcrição das entrevistas por compreender essa etapa como estratégica para a revisão das informações coletadas e para o processo inicial de apreciação do conjunto de dados qualitativos reunidos

após as entrevistas. Conforme Guazi (2021, p.130), "a representação de dados auditivos e visuais na forma escrita é um processo interpretativo, que envolve fazer julgamentos e é, portanto, o primeiro passo na análise dos dados". Assim, o processo de transcrição aumentou o nível de familiaridade da pesquisadora com os dados coletados e serviu como oportunidade para que as análises começassem a ser delineadas, facilitando a sistematização posterior.

Dessa forma, as transcrições foram realizadas praticamente na íntegra, produzindo um volume considerável de dados qualitativos, os quais apresentaram as peculiaridades dos diferentes pontos de vista sobre o mesmo contexto e sobre os mesmos processos ocorridos no recorte espacial da pesquisa. Conforme recomendado por Guazi (2021), os dados preservados na transcrição das entrevistas foram orientados pelos objetivos do estudo, no sentido de responder à pergunta: quais informações devem ser mantidas para que o problema de pesquisa seja respondido?

- Etapa 6 - Análise dos dados

Os dados qualitativos coletados por meio de entrevistas semiestruturadas devem ser comparados entre si (Gil, 2008). É fundamental contrapor as respostas dos participantes e identificar os possíveis padrões e os pontos de aproximação ou distanciamento entre as informações obtidas. Os padrões, as concordâncias e as dissonâncias observadas devem ser discutidas à luz da literatura científica de referência (Guazi, 2021). Assim, todas as análises devem ser fundamentadas pelos dados coletados, contextualizados conforme o perfil de cada entrevistado.

É importante salientar que, eventualmente, pode ocorrer a transmissão de informações enviesadas por parte dos entrevistados, sob a influência de variáveis externas, o que pode acarretar incompatibilidades entre o que o participante relatou e o que de fato aconteceu. É por isso que Gil (2008) e Marconi e Lakatos (2003) apontam para essa limitação da técnica de entrevista, pois ainda que o seu uso possibilite o estudo de uma variedade de fenômenos, o investigador precisa ter clareza que os dados coletados podem ser imprecisos em alguma medida. Em vista disso, Guazi (2021) sinaliza que o pesquisador deve ponderar as análises e evitar afirmações categóricas no exame dos resultados obtidos.

No que diz respeito à sistematização dos dados coletados nas entrevistas desta pesquisa, seguindo as orientações de Alves e Silva (1992), três elementos foram

tomados como "guias mestres": 1 - as questões advindas do problema de pesquisa (o que exatamente se quer saber); 2 - as formulações da abordagem conceitual adotada (como um referencial teórico para as interpretações possíveis dos dados); e 3 - a própria realidade estudada (considerando suas evidências e consistências).

Dessa forma, a análise dos dados foi estruturada por categoria, em função do problema da pesquisa, para buscar uma avaliação geral dos dados. Assim, as informações obtidas com cada entrevistado foram reunidas e examinadas de acordo com as categorias de análise estabelecidas, as quais se relacionam com os respectivos objetivos específicos deste trabalho. O processo de análise dos dados qualitativos das entrevistas foi integrado à análise das informações qualitativas obtidas com a realização do Grupo Focal, como demonstra o Apêndice B.

2.3 Relatos do Grupo Focal

De acordo com Morgan (1997), o grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada de entrevistas grupais, que visa a coleta de informações por meio das interações de grupo. Então, o principal objetivo dessa técnica é reunir informações detalhadas sobre um tema específico sugerido pelo pesquisador, contando com um grupo de participantes pré-selecionados. Através desse procedimento metodológico em grupo, o pesquisador consegue coletar informações que proporcionem a compreensão e a análise das percepções, das crenças e das relações sobre um determinado tema.

A principal diferença entre um grupo focal e uma entrevista individual é exatamente a utilização da interação entre as pessoas para obter os dados qualitativos necessários à pesquisa. Segundo Minayo (2000), a preparação de um grupo focal exige a organização prévia do pesquisador, conforme os objetivos da sua investigação, de modo que seja possível garantir um ambiente favorável ao diálogo entre o grupo, propiciando aos participantes a manifestação das suas percepções e, inclusive, dos seus sentimentos em relação a determinado tema.

No caso do grupo focal realizado para esta pesquisa, foi de altíssima relevância considerar o aspecto da reserva do ambiente para garantir um contexto seguro aos participantes, visando o compartilhamento de informações sensíveis relacionadas ao tema da violência urbana no território de estudo. Esse cuidado se fez

ainda mais relevante tendo em vista que os participantes do grupo focal foram pessoas que moram e trabalham nos bairros de estudo, o que acarreta uma maior exposição dos mesmos frente ao contexto de violência.

Barbour e Kitzinger (1999) recomendam que os participantes de um grupo focal apresentem características em comum, que sejam associadas à temática central da investigação. Desse modo, o grupo deve apresentar algum nível de homogeneidade em relação aos aspectos identitários que podem interferir na percepção do assunto a ser discutido. Em se tratando do tema da violência em territórios de vulnerabilidade social, é importante considerar que as características de idade, raça e endereço dos participantes representaram o perfil e o contexto nos quais a violência urbana foi enquadrada nesta pesquisa. Além disso, Barbour e Kitzinger (1999) também recomendam que o grupo focal seja realizado entre indivíduos que convivam com o assunto a ser debatido e que tenham conhecimento vivencial dos fatores que o circundam. Entende-se que a experiência vivenciada é o grande diferencial para que as informações qualitativas sobre o objeto de estudo sejam coletadas.

As perguntas realizadas pelo pesquisador no grupo focal devem ser mobilizadoras da discussão entre os participantes. Dessa forma, conforme proposto por Trad (2009), o roteiro que orienta a condução do grupo deve conter questões mais gerais, permitindo uma certa flexibilidade na facilitação do grupo para que o pesquisador possa registrar subtópicos do tema que não foram previstos no roteiro, e que podem ser levantados em meio à discussão entre os participantes. Além disso, de modo a potencializar a técnica do grupo focal, a autora sugere que o roteiro seja planejado de modo a permitir a apreensão das dimensões simbólicas e subjetivas do assunto.

Trad (2009) destaca que o objetivo da realização do grupo focal deve ser expresso de forma clara no momento de abertura dele, e que o pesquisador deve sinalizar as questões centrais sobre as quais a discussão irá concentrar-se. A autora aponta que é conveniente sugerir uma breve rodada de apresentação dos participantes e, em seguida, especificar as regras básicas de funcionamento dos grupos, esclarecendo o papel do pesquisador como facilitador da discussão. Segundo a autora, as regras básicas para esse formato de grupo são: 1) falar uma pessoa de cada vez; 2) evitar discussões paralelas para que todos possam participar; 3) dizer

livremente o que pensa; 4) evitar o domínio da discussão por parte de um dos integrantes; 5) manter a atenção e o discurso na temática em questão. Ademais, o pesquisador deve assegurar que todos os participantes expressem consentimento ao uso de gravadores e/ou câmeras.

Assim, com o objetivo de coletar informações qualitativas e alcançar as percepções da população moradora dos bairros de estudo em relação às dinâmicas territoriais da violência, foi realizado um encontro¹ de Grupo Focal com a equipe territorial da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção à Violência (UGP-PV) de Sobral.

No âmbito das articulações do Pacto por um Ceará Pacífico² com a Prefeitura de Sobral, a UGP-PV foi instituída por meio do Decreto municipal nº 1.950, de 19 de outubro de 2017, tendo sido vinculada à estrutura da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e da Assistência Social de Sobral (SEDHAS). A Unidade foi criada a partir da necessidade da gestão municipal em atuar estrategicamente frente às mortes violentas de jovens no município de Sobral, com o objetivo de propor ações e projetos transversais e intersetoriais para a redução e prevenção da violência na cidade.

A UGP-PV baseia sua atuação na intersetorialidade, na territorialidade e na customização de ações. A Unidade é organizada em dois eixos, conforme representa o Quadro 02.

¹ Somente foi possível realizar um encontro do Grupo Focal em razão das dificuldades logísticas de desenvolvimento da pesquisa, uma vez que a pesquisadora reside na cidade de Fortaleza, e pela limitação de tempo disponível para conclusão do trabalho.

² Tendo sua origem no plano de governo do Governador Camilo Santana, intitulado "Os 7 Cearás", o Pacto por um Ceará Pacífico foi instituído como política estadual de natureza intersetorial e interinstitucional em 2015. O Pacto visava a articulação e a integração de forças em defesa da vida e contemplava diretrizes voltadas para as áreas da segurança pública, justiça e cidadania, política sobre drogas e desenvolvimento urbano, visando a redução dos índices de criminalidade no estado do Ceará.

Quadro 02 – Estrutura da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção à Violência (UGP-PV) do município de Sobral.

Eixo I Observatório da Violência	Eixo II Ações Territoriais
Sala Intersectorial de Informações Estratégicas e Laboratório sobre Violência, Cidadania e Cultura de Paz.	Comitês Territoriais
Célula de Planejamento e Gestão do Conhecimento	Célula de Comunicação Colaborativa, Criativa e Cidadã
Célula de Estudo de Mortes Violentas	Célula de Gestão dos Projetos Articuladores de Juventude e Círculos de Diálogos Comunitários
Célula de Acompanhamento das Investigações e Processos de Homicídios	Equipe territorial (Facilitadores Comunitários e Articuladores de Juventude)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O Eixo I - Observatório da Violência é responsável pelo gerenciamento sistemático de dados e informações estratégicas sobre violência e sobre os processos de homicídios, pelas formações permanentes para a equipe e pelos estudos das trajetórias dos adolescentes e jovens vítimas de homicídios; e o Eixo II - Ações Territoriais é responsável pela gestão dos Comitês Territoriais, pelas estratégias de comunicação comunitária e pelas ações de integração, intervenção, articulação, cuidado e acompanhamento da juventude com os mais altos níveis de vulnerabilidade social, através da equipe territorial formada por Facilitadores Comunitários e Articuladores de Juventude.

Atualmente, a UGP-PV tem atuação em dois territórios na cidade de Sobral, de acordo com a estratégia de priorização de territórios do Pacto por um Ceará Pacífico, sendo eles: i) Território I - bairros Vila União, Cidade Dr. José Euclides e Nova Caiçara; e ii) Território II - bairros Dom José, Sumaré, Padre Palhano e parte do Centro.

A equipe territorial da UGP-PV é composta majoritariamente por jovens que, em sua grande parte, são moradores do próprio território onde atuam, representam lideranças comunitárias em diversos campos e trabalham realizando o acompanhamento de outros jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e risco à violência. Na criação do desenho institucional da UGP-PV, o cargo de

Facilitador Comunitário foi inspirado no perfil dos Agentes Comunitários de Saúde³, enquanto agente redutor de danos e facilitador do acesso da população jovem mais vulnerável aos serviços públicos.

O cargo de Articulador de Juventude foi inspirado nos "interruptores de violência" do projeto Cure Violence⁴ e expressa a importância da representatividade como estratégia de acesso e vínculo com os jovens do território, se caracterizando também como meio de inclusão da juventude periférica na gestão da Prefeitura de Sobral. Desse modo, por meio da atuação dos Facilitadores Comunitários e dos Articuladores de Juventude, a política pública municipal consegue identificar, mapear e alcançar, estrategicamente, os adolescentes e jovens (15 a 29 anos) que estão em maior situação de vulnerabilidade e risco à violência nos territórios prioritários.

Uma vez definidos os objetivos do Grupo Focal, a pesquisadora articulou a agenda através do contato realizado com a Coordenadora de Ações Territoriais da UGP-PV, tendo sido combinado o encontro presencial na cidade de Sobral, realizado no dia 13 de julho de 2023 em uma sala reservada na sede da Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia. O Quadro 03 apresenta as informações sobre os participantes, que foram autodeclaradas e aprovadas por eles para serem compartilhadas no trabalho. Os objetivos e o roteiro de perguntas do Grupo Focal estão descritos no Apêndice C.

³ Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) constituem uma categoria profissional que teve origem com a institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS), através do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), cuja implantação se deu inicialmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, em 1991. Em razão da incipiente cobertura médico-sanitária nessas regiões, os Agentes foram gradualmente capacitados para realizar diversas atribuições relacionadas à proteção social de famílias em contexto de vulnerabilidade, como cadastramento da população, diagnóstico comunitário, identificação de áreas de risco e promoção das ações de proteção à saúde da criança e da mulher com prioridade, em face do maior nível de risco desses grupos. A profissão foi reconhecida pela Lei federal nº 10.507/2002.

⁴ Cure Violence é um projeto de prevenção e redução de violência que tem como base uma abordagem de saúde pública, pois busca impedir a propagação da violência nas comunidades utilizando métodos e estratégias associados ao controle de doenças epidêmicas. O projeto foi criado pelo médico epidemiologista Gary Slutkin que iniciou a experiência em Chicago, no âmbito da Universidade de Illinois. O projeto trabalha com a perspectiva de interromper a violência por meio de parcerias estratégicas nas comunidades.

Quadro 03 – Perfil dos participantes do grupo focal (por autodeclaração).

Nome que se identifica	Idade	Gênero	Raça	Bairro onde mora atualmente	Bairro onde atua pela UGP-PV
Beto	33	Masculino	Negro	Campo dos Velhos	Todos do Território I
Cacheada	23	Feminino	Negra	Junco	Terrenos Novos
Sabrina	22	Feminino	Negra	Terrenos Novos	Terrenos Novos
Raiana	33	Feminino	Negra	Terrenos Novos	Terrenos Novos
Bruna	30	Feminino	Negra	Cohab 3	Nova Caiçara
Moisés	29	Masculino	Negro	Vila União	Terrenos Novos
Leo	28	Masculino	Negro	Nova Caiçara	Nova Caiçara

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Ao realizar a articulação da agenda junto à profissional que coordena o eixo de Ações Territoriais da UGP-PV, a pesquisadora solicitou a participação de todos os profissionais da equipe territorial que atuam nos bairros de estudo. Para a realização do Grupo Focal, a pesquisadora seguiu as orientações sugeridas por Trad (2009). Vale ressaltar que foi feito apenas registro em áudio, pois a pesquisadora optou por resguardar as imagens dos participantes e evitar maiores exposições, não tendo sido feito vídeo ou fotos do grupo, considerando os cuidados relacionados ao contexto de violência.

3 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: JÁ QUE AS CIDADES SÃO DESIGUAIS

Apresentação do capítulo

A abordagem dos conceitos de formação, segregação e fragmentação socioespacial será fundamental para o desenvolvimento de uma compreensão sobre como a violência se manifesta nos espaços da cidade, uma vez que ela assume contornos particulares em diferentes recortes urbanos. Para desenvolver uma leitura espacial do fenômeno da violência urbana, tendo como base o entendimento do espaço como dimensão ativa da reprodução dos processos sociais, se faz necessário dedicar o início do trabalho à compreensão das práticas que produzem e diferenciam o espaço urbano. A produção do espaço urbano como condição, meio e produto da desigualdade social se faz pelas diferenciações espaciais nos espaços de moradia, espaços de lazer, espaços de trabalho e consumo e em territórios de apropriação da criminalidade violenta, conforme o desenvolvimento deste trabalho buscará apontar.

Neste capítulo são discutidas as bases teóricas e conceituais da discussão sobre a produção da segregação socioespacial no contexto da urbanização promovida pela produção industrial e pós-industrial, cujas atividades produtivas se concentraram nas cidades, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Ao longo do capítulo, apresenta-se a cidade de Sobral pela perspectiva histórica de como se deu o processo de sua estruturação urbana, sendo discutidos os agentes e os processos que produzem e reproduzem o seu espaço urbano e com quais mecanismos eles atuaram na produção da segregação socioespacial que caracteriza o tecido urbano de algumas áreas da cidade. Ao final, identifica-se o recorte espacial de estudo será identificado e caracterizado conforme os seus aspectos socioeconômicos, históricos e morfológicos, de forma a apresentar e analisar o contexto de segregação socioespacial no qual os territórios de estudo se inserem.

3.1 Produção do Espaço Urbano e Segregação Socioespacial

De acordo com a vasta obra de Henri Lefebvre, o espaço se constitui como o lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, da reprodução da sociedade. Ele argumenta que o espaço desempenha um papel ou uma função

decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema (Lefebvre, 2000). Considerando essa mesma perspectiva lefebvriana apontada por Carlos (2007), a cidade é um produto social e histórico, haja vista que o espaço urbano é a condição para a realização da vida, sendo ele o meio material onde a vida se faz e, portanto, um produto da sociedade. De acordo com essa visão, a autora enfatiza que o espaço é produzido pela sociedade por meio de suas relações econômicas, políticas, culturais e sociais, se tornando um produto humano, resultante do percurso histórico da sociedade e assumindo singularidades decorrentes das combinações entre os processos mais amplos de reprodução social e os elementos particulares de cada local.

Igualmente inspirado por Lefebvre, Milton Santos (1977) já afirmava que não é possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem recorrer à dimensão do espaço. O autor definiu o conceito de "formação sócio-espacial" a partir do entendimento de que a sociedade somente pode existir, tornar-se concreta, através de seu espaço, do espaço que ela mesma produz e, por outro lado, o espaço somente pode ser reconhecido através da sociedade. Desse modo, não há como separar sociedade e espaço. No mesmo sentido, em outras palavras:

[...] a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, conseqüentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo (Carlos, 2011, p. 53).

Adiante, Milton Santos (1999) apresentou outra forma de analisar o espaço em se trabalhar com um outro par de categorias: de um lado, a configuração territorial e, de outro, as relações sociais. O autor esclarece que a configuração territorial não é o espaço, já que a sua realidade é fruto da sua materialidade específica, enquanto o espaço em si mesmo reúne a materialidade e a vida que a anima. Ou seja, a configuração territorial ou geográfica tem sua própria materialidade, mas são as relações sociais que dão a existência real do espaço (Santos, 1999, p. 50-51). Então, se considera como base teórica central a leitura crítica do espaço através da compreensão das relações estabelecidas pela sociedade. Diante desse entendimento conceitual, pode-se considerar que a formação socioespacial está associada a um espaço onde se constata:

[...] a materialização das relações de produção e de reprodução da sociedade, quer dizer, onde ocorre a concretização das relações sociais, revelando práticas que são essencialmente espaciais, visto que os diversos conteúdos e materialidades que compõem a existência e a reprodução de uma dada sociedade inscrevem-se num dado espaço. Nesse sentido, as relações sociais, em toda a sua multiplicidade, possuem existência real como existência espacial concreta, haja vista que a sociedade, ao produzir sua existência, reproduz, ininterruptamente, o espaço. O espaço, por sua vez, não é simplesmente uma extensão da sociedade, ao contrário, é produto, meio e condição dos múltiplos processos sociais e históricos, resultando, portanto, num espaço diverso e desigual, que, em si mesmo, realimenta os processos de variabilidade espacial (Bessa, 2010, p. 50-51).

De acordo com Soja (1993, p.65), Henri Lefebvre formulou uma das mais relevantes contribuições sobre a dimensão espacial no sistema capitalista de produção, inspirado nos textos marxistas sobre a cidade. Em referência ao conceito de produção do espaço formulado por Lefebvre, Ana Fani Carlos (2011) destaca que num determinado momento da história, o processo de produção do espaço submeteu-se ao comando do capital. Desse modo, o espaço passou a ser compreendido como mercadoria, como consequência de sua produção na totalidade da produção social capitalista. A teoria lefebvriana da produção do espaço apresenta a diferenciação socioespacial como resultado das contradições e dos conflitos inerentes à reprodução das relações de produção capitalista. É nesse sentido que Carlos (2011, p. 71) aponta que "a compreensão dos conteúdos da produção do espaço urbano pode aparecer como condição necessária para iluminar os conflitos que residem no seio da sociedade capitalista".

Esse entendimento sinaliza que o modelo contemporâneo de produção do espaço está inserido em um processo mundial, segundo a dinâmica do modo capitalista de produção que utiliza o espaço para potencializar ao máximo a reprodução do capital e, assim, reproduz diferenças socioespaciais de acordo com o contexto de cada local. Dessa forma, considera-se que a desigualdade social está no centro desse debate, funcionando como condição, meio e produto da produção social do espaço urbano no contexto do capitalismo contemporâneo. Corrêa (2002) complementa dizendo que o espaço urbano capitalista, sendo ele mesmo o lócus da reprodução social, revela os conflitos sociais decorrentes desta, e pode ser evidenciado em características socioespaciais como a desigualdade e a segregação.

A partir do momento em que a terra urbana passa a ser a mercadoria mais valorizada pelo capital, ela se torna objeto de disputa por variados interesses entre diferentes grupos sociais, cujos agentes produtores do espaço representam as diversas forças que atuam na formação das cidades. O processo de urbanização está intimamente relacionado à acumulação do capital, e que a contradição que fundamenta a produção do espaço diz respeito à produção ser realizada socialmente, mas sua apropriação ser privada, isto é, o acesso aos lugares de realização da vida, produzidos socialmente, ocorre principalmente pelo intermédio do mercado imobiliário, fazendo prevalecer a lógica do valor de troca sobre o valor de uso. Dessa forma, "o espaço se produz, produzindo os conflitos latentes de uma sociedade fundada na desigualdade" (Carlos, 2011, p.68).

Uma vez que o espaço representa os aspectos da reprodução da sociedade, nas diversas ações e práticas das esferas econômicas, políticas, culturais e sociais, a estrutura social desigual de uma sociedade hierarquizada em classes é espelhada na lógica de distinção e separação dos espaços de uso e convívio entre as pessoas de classes sociais distintas nas cidades. Assim, em uma primeira aproximação conceitual, pode-se compreender a segregação socioespacial como a separação de grupos sociais em localizações geográficas específicas, em função do perfil socioeconômico de seus habitantes.

No entanto, é necessário adotar esse conceito com alguns cuidados teóricos para alcançar a precisão que se enseja, com vistas a relacioná-lo à temática da violência urbana. A segregação é um processo complexo e, segundo Sposito (2013, p.63) ela pode implicar, incluir ou ter interfaces com várias outras dinâmicas, mas não deve ser confundida com elas, como a diferenciação espacial, a produção de desigualdades espaciais, a exclusão social e/ou espacial, a discriminação social, a marginalização e a estigmatização territorial.

Para este trabalho, considera-se a visão de Sposito (2013) precisa para delimitar o conceito de segregação socioespacial que melhor atende a realidade estudada. Segundo a autora, a segregação é, na essência, um processo que ocorre quando "as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana" (Sposito, 2013, p.65).

Além disso, a autora explica que a segregação está sempre relacionada à natureza espacial, por isso ela se distingue da discriminação, da estigmatização e da exclusão, as quais até podem se expressar no espaço urbano em decorrência de situações de segregação, mas se constituem como processos estruturados nas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. Assim, dentre os múltiplos conceitos e noções que tratam das dinâmicas de segmentação socioespacial na sociedade capitalista, Sposito (2013) aponta que a segregação é a ideia que tem o maior grau de determinação no plano espacial concreto. No caso da urbanização das cidades brasileiras, o conceito de segregação socioespacial foi e é amplamente utilizado para compreender as formas de segmentação e discriminação socioespaciais associadas aos processos de favelização por meio de ocupações ilegais em áreas distantes dos centros urbanos, intensificadas nas últimas décadas do século XX, como já foi mencionado.

Os referidos processos ainda vigoram atualmente acentuados pelas lógicas contemporâneas de produção do espaço urbano, tornando mais complexa a estruturação das cidades na atualidade. O que se pode perceber, de maneira geral, é que essa tendência tem propiciado a expansão dos tecidos urbanos, promovendo cidades dispersas e urbanizações difusas, em paralelo ao aumento das desigualdades socioespaciais, tanto pela distribuição desigual dos meios de consumo coletivo, como pela baixa qualidade de mobilidade urbana (Sposito, 2013).

O ciclo processual que caracteriza a segregação é composto por várias dinâmicas socioespaciais complexas, que geram muitas possibilidades de segmentação, afastamento, separação e isolamento socioespacial. No Brasil, diante do contexto capitalista da produção do espaço, a população urbana mais pobre é quem possui as marcas mais profundas dessa realidade na sua trajetória de vida, ainda que atualmente os ambientes residenciais tenham ganhado novas formas de segregação socioespacial associadas às classes média e alta.

O surgimento de novos padrões de segregação socioespacial nas cidades brasileiras está associado às transformações urbanas decorrentes dos processos de integração da economia nacional ao mercado global na transição do século XX para o século XXI (Maricato, 2003). No contexto da globalização, a reestruturação produtiva da economia desencadeou mudanças no mercado de trabalho que geraram impactos no tecido urbano das cidades, como o aumento da desigualdade e da exclusão

territorial, em função do alto grau de concentração de atividades econômicas de produção e consumo de inovações e tecnologias (Bógus e Taschner, 2001 *apud* Mattos, 2008, p.25).

Diante desse cenário, novas expressões foram formuladas para representar as mais recentes formas de segregação no espaço urbano, como o termo "enclaves fortificados" de Caldeira (2000) e "autossegregação" de Corrêa (1989). Ambos dizem respeito à separação socioespacial de grupos sociais em espaços privatizados, onde as classes mais altas da sociedade abandonam os espaços públicos e se fecham em espaços de residência, consumo, lazer e trabalho monitorados por tecnologias de segurança e isolados por muros. Esse fenômeno possui relação direta com as dinâmicas sociais que reproduzem a violência urbana nas cidades, o que será mais bem abordado no próximo capítulo.

Os movimentos de segregação e autossegregação têm agentes diferentes e razões diversas, mas estão intensamente articulados, gerando dinâmicas e representações sociais dos espaços urbanos, bem como práticas espaciais que se aproximam, ao tempo em que são "polos opostos de um mesmo processo", conforme aponta Sposito (2013, p.72).

Segundo Corrêa (2013), a autossegregação visa reforçar diferenciais de existência e de condições de reprodução dos grupos sociais dotados de elevada renda monetária por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano, tornando-as exclusivas em razão dos elevados preços da terra urbana e de suas amplas e confortáveis habitações. Vale ressaltar, conforme explicação de Villaça (2001), que as áreas que concentram a população das classes sociais mais altas são privilegiadas com os melhores acessos às infraestruturas, com os mais altos investimentos públicos e privados, ocorrendo, desse modo, uma dominação desigual das vantagens do espaço urbano. Ademais, Corrêa (2013, p.43) se refere à autossegregação como uma política de classe, uma vez que "o grupo auto-segregado tem condições de criar ou influenciar normas e leis capazes da exclusividade do uso do solo, tornando-o impeditivo aos grupos sociais subalternos".

Assim, a produção contemporânea do espaço urbano é orientada, sustentada e diversificada por dinâmicas econômicas globais compostas por múltiplos processos e práticas espaciais que se sucedem no tempo e que promovem mudanças profundas

na estruturação das cidades atuais. Uma vez que a ação sobre o espaço e a sua apropriação são sempre parcelares, segundo diversas formas de segmentação, como a segregação e a autosegregação, determinadas historicamente, Sposito (2011) defende que não há unidade espacial nas cidades contemporâneas. Apontando para a sua preferência pela adjetivação socioespacial, a autora adota o conceito de Bourdin para explicar sobre a fragmentação das cidades:

[...] a sociedade (e seus territórios, em particular urbanos) seria um todo que se quebra em pequenos pedaços. Esta imagem é tanto mais eficaz porque se pode associar a ela "provas" sociais e espaciais: a criação de espaço de fronteiras ou de rupturas internas às aglomerações, isolamento de grupos, uns em relação aos outros, expresso pela segregação das áreas residenciais fechadas, fortes disparidades no acesso aos serviços urbanos e falta de sentimento de pertencimento (Bourdin, 2005, p. 35 *apud* Sposito, 2011, p.142).

A segregação socioespacial dos espaços de moradia é um dos mais expressivos processos espaciais que geram a fragmentação do espaço urbano, conforme aponta Corrêa (1979), ainda que estes sejam processos distintos. A fragmentação socioespacial é mais recente e abrangente em relação à segregação, visto que resulta "de um arco amplo de dinâmicas, envolvendo diferentes formas de uso e apropriação do espaço" (Sposito, 2013, p.84). O termo é utilizado por Sposito para retratar o conjunto das formas de diferenciação e segmentação socioespacial presentes nos espaços urbanos contemporâneos, incluindo-se entre elas o par segregação-autosegregação, este muito mais atinente ao uso residencial do solo. A autora esclarece que a fragmentação socioespacial é uma noção aplicada à cidade atual, após os processos de sucessivas segmentações espaciais vividas na cidade desde o começo do século XX.

Enquanto a segregação socioespacial enfatiza a lógica da dicotomia centro-periferia, estando mais ligada às diferenciações dos espaços residenciais entre áreas mais e menos valorizadas pelo mercado imobiliário, a fragmentação socioespacial aponta para uma noção mais ampla da reestruturação urbana pela divisão econômica e social do espaço atrelada ao processo de globalização. Souza (2000), considera a "fragmentação do tecido sociopolítico-espacial" (termo específico utilizado pelo autor que tem o mesmo sentido de análise espacial com noções sociais e políticas utilizadas neste trabalho). Ele aponta para os loteamentos e condomínios fechados, bem como

para a noção de fechamento de favelas pelas dinâmicas locais do tráfico de drogas e para o abandono de espaços públicos (Souza, 2006). Desse modo, o autor descreve que a cidade em processo de fragmentação socioespacial é caracterizada pela precariedade das infraestruturas de transporte público, pela reprodução da ausência do Estado, pelo fortalecimento do papel do mercado imobiliário e pelas estratégias informais e alternativas de ocupação urbana adotadas pela população mais pobre.

Portanto, frente ao contexto da globalização, a ideia de segregação socioespacial sozinha se torna insuficiente para explicar ou representar o modelo de estruturação das cidades e das redes urbanas atuais (Sposito, 2013). Isso diz respeito à superação do modelo de diferenciação e segmentação socioespacial relacionado à lógica centro-periferia, que impulsionou o início da expansão dos tecidos urbanos, em meados do século XX. Ainda, segundo a autora, isso não implica em negar a manutenção das relações entre o centro e a periferia nas cidades atuais, pois as novas estruturas urbanas se redefinem sobre as passadas, que foram organizadas segundo àquela lógica.

Para explicar o conceito de fragmentação socioespacial associado à conjuntura contemporânea, Sposito (2013) aborda os processos de descentralização dos núcleos econômicos e sociais e a formação de novas centralidades nas cidades atuais, analisando as novas estruturas urbanas multi(poli)cêntricas, que indicam as formas radicais de diversificação e multiplicação dos espaços de consumo de bens e serviços e de todas as outras esferas da vida urbana, para além da categoria residencial do uso do solo. Considera-se, então, que a fragmentação socioespacial é uma forma mais avançada e complexa de expressão da segregação socioespacial e está diretamente relacionada com a descontinuidade física do tecido urbano, associada a processos sociais e a práticas espaciais decorrentes do aprofundamento das diferenças e das desigualdades sociais.

3.2 Estruturação Urbana, Processos e Agentes da Segregação Socioespacial

Sobral é uma cidade de médio porte localizada no interior norte do estado do Ceará que vem tendo seu espaço urbano expandido pelo viés capitalista, desempenhando um papel de relevância política, econômica e social de ascensão para toda a região norte do estado. A base da configuração territorial da cidade de

Sobral provém do processo de colonização e ocupação do território cearense, cuja história perpassa o desenvolvimento de diversas fases e o exercício de diferentes atores na povoação do interior do Ceará. Assim, os conteúdos, os valores e as formas que os tempos acumularam no espaço sobralense ao longo da história deram as condições pelas quais a cidade se desenvolve e se expande até hoje.

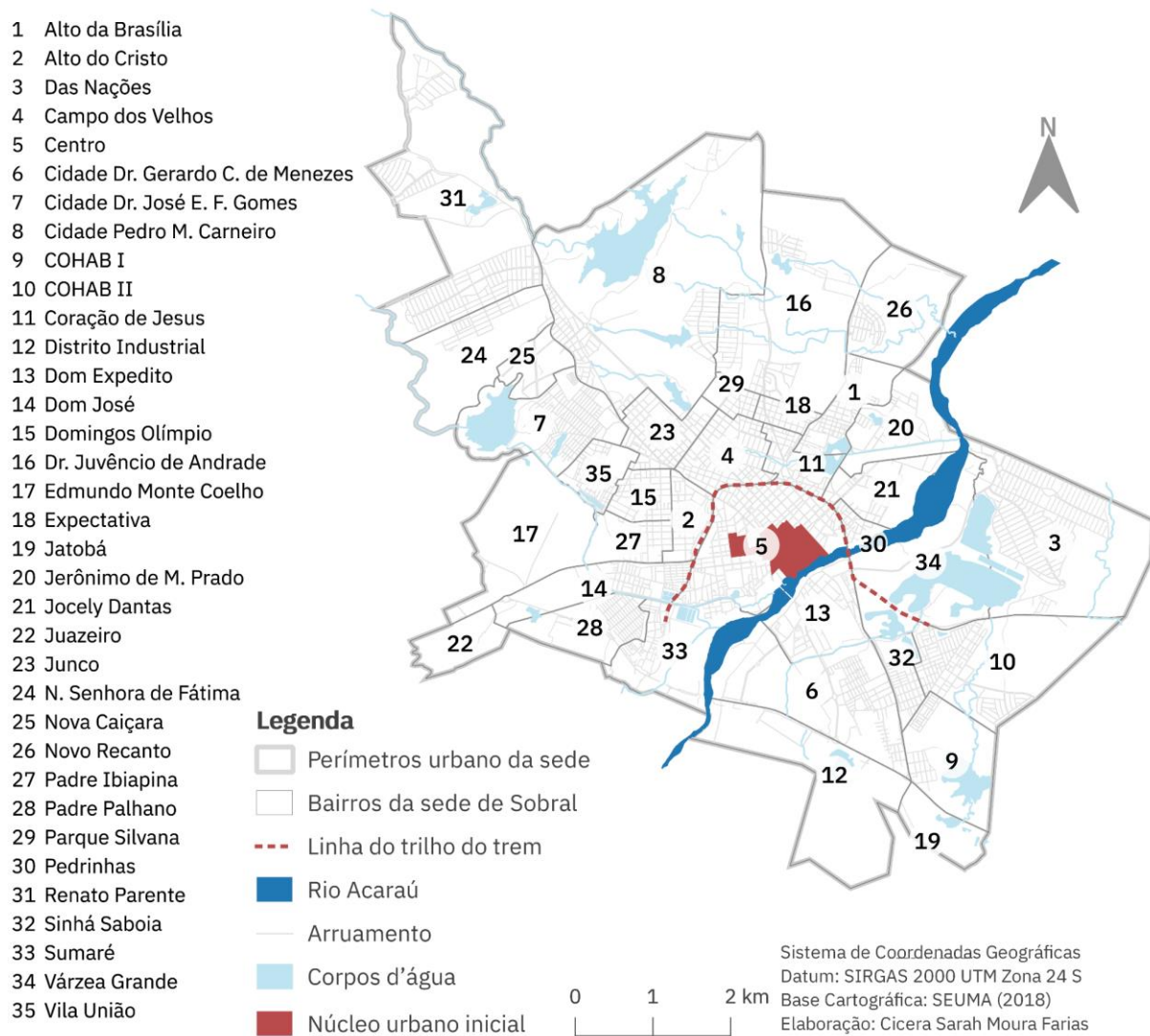
No contexto do desenvolvimento da urbanização cearense, tendo sido a atividade pecuária o principal fator de incentivo à ocupação do território sertanejo do estado, Sobral foi sendo povoada e ocupada nas margens do Rio Acaraú com a criação de fazendas de gado no final do século XVIII. Pela sua localização em uma região de valor estratégico para as rotas agropecuárias entre o Ceará e o Maranhão, desde a sua criação como Vila Distinta e Real de Sobral em 1773, ela se apresenta como uma cidade de relevante valor regional no sertão cearense, marcada também historicamente pelas atividades religiosas de alto prestígio social (Aragão, 2015).

O desenvolvimento da cidade foi inicialmente estimulado pela construção da igreja em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 1783, o que favoreceu a intensificação do povoamento no entorno da praça da matriz onde a igreja foi edificada. A partir desse primeiro núcleo de ocupação, com o aumento da população, a então vila foi se expandindo, passando por muitas mudanças no seu território. Nesse movimento de ampliação da ocupação inicial de Sobral, o aumento da população proporcionou o desenvolvimento das atividades comerciais e de serviço, paralelamente à pecuária. Em 1841, a vila foi elevada à categoria de cidade (Alves, 2011).

Adiante, a cidade se inseriu em um contexto de vantagens econômicas para o Ceará no mercado internacional de produção e venda de algodão, ingressando no cenário exportador brasileiro, o que lhe oportunizou o recebimento de investimentos em infraestrutura viária para a ampliação das rotas comerciais com outras cidades e estados. De tal maneira, em 1882, foi construída a Estrada de Ferro para realizar a ligação de Sobral ao Porto de Camocim a fim de garantir o escoamento da produção, o que proporcionou a remodelação do espaço geográfico sobralense e lhe permitiu estabelecer conexão com outras partes do território cearense e nordestino posteriormente, tendo a ferrovia se tornado uma marca na paisagem local e na história do crescimento da cidade.

Ao final do século XIX, o núcleo urbano de Sobral se consolidava pelas ocupações sempre próximas aos locais onde já havia igrejas, no centro histórico da cidade, dentro da área do arco ferroviário formado entre o Rio Acaraú e a Estrada de Ferro, conforme apresenta a Figura 03.

Figura 03 – Núcleo urbano inicial de Sobral inserido no arco ferroviário.



Fonte: Elaborado por Cícera Sarah Moura Farias, 2023.

Adiante, em 1950, a ferrovia foi ampliada para ligar o território sobralense à capital do Ceará. Esse período foi marcado por novas transformações no espaço de Sobral, que cresceu num ritmo acelerado proporcionado pela intensificação da

industrialização da economia e pela chegada da população que migrou para a cidade em busca de empregos nas fábricas.

Nesse período, com a mudança da estrutura econômica promovida pelo processo de industrialização, a cidade de Sobral passou a ser, efetivamente a partir da década de 1960, o lugar de produção, devido ao deslocamento do setor primário para a indústria. A partir de então, a diversificação da produção econômica provocou a mudança no padrão de ocupação da cidade, com a chegada das indústrias de cerâmica, de construção civil e com a ascensão do mercado imobiliário, quando a terra urbana passou a ter valor de mercado no contexto sobralense (Aragão, 2015). Assim, a necessidade de contratação de mão de obra para suprir as demandas da industrialização acarretou a explosão demográfica na cidade, acontecendo tardiamente em Sobral o mesmo processo ocorrido com a revolução industrial na Europa e em todo o Brasil.

Vale ressaltar que, ao adentrar no século XX, Sobral já se apresentava numa posição diferenciada frente à realidade da maioria das cidades cearenses em função das vantagens econômicas e sociais adquiridas nos séculos anteriores. A partir de então, o seu raio de influência em outros municípios foi alargado e as atividades comerciais prevaleceram diante da estruturação da sociedade sobralense com base no consumo de produtos e serviços de fora da cidade (Aragão, 2015).

Sobral felicitou-se em aproveitar as condições edificadas em seu processo histórico de formação. Estas foram marcadas e conhecidas não só na peleja da desbravura da paisagem seca, mas principalmente pela conjectura de ações e comandos de investimentos capitais e ações políticas nela aportados, desenhando novas condições de ser e estar no sertão (Lima, 2014, p.92).

Por um lado, Sobral desfrutou de boas condições materiais por conta dos movimentos de investimentos no seu território, se diferenciando da maior parte dos espaços do interior sertanejo do Ceará e do Nordeste. A cidade contou com uma estrutura material favorável ao seu contínuo revigoramento produtivo, bem como à produção do seu espaço urbano. No entanto, esse status de valor econômico e social não alcançou a toda população sobralense de maneira equilibrada, sendo o espaço urbano o pano de fundo com importância ativa nesse processo de diferenciação social na cidade.

Corrêa (1989) destaca como principais agentes produtores do espaço urbano: o Estado, principalmente por meio do poder municipal; os empresários (industriais, comerciais e de serviços); os proprietários fundiários; os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos. O autor descreve que a produção do espaço urbano é consequência da "ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade" (Corrêa, 2011, p.43).

Segundo Aragão (2015, p.86), as ações dos agentes públicos sobralenses na produção do espaço urbano da cidade podem ser divididas em duas fases distintas. A primeira etapa vai do início da década de 1960 até o início dos anos 80, quando ainda se podia perceber o movimento da gestão municipal em promover a construção de alguns conjuntos habitacionais, de iniciativa do próprio município ou em parceria com outras instâncias de governo, para atender a demanda habitacional provocada pela migração de trabalhadores, como as primeiras casas populares no bairro Sinhá Sabóia e o residencial Cohab I, construído em 1969.

Na segunda etapa, diante do processo de esvaziamento de recursos federais para a provisão de moradia em decorrência do fechamento do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1986, os conjuntos habitacionais foram substituídos pelos assentamentos precários, formados a partir da produção de loteamentos pelo poder público municipal, que não contavam com condições adequadas de habitabilidade.

Paralelamente a esse processo de produção de conjuntos habitacionais e loteamentos públicos, o capital privado já participava ativamente da estruturação urbana de Sobral com a produção de grandes loteamentos residenciais, desde a década de 1960. Essas iniciativas privadas de parcelamento do solo urbano não obedeciam a nenhuma regulamentação nesse período, devido à inexistência de normas urbanísticas na época, nem no âmbito municipal ou de qualquer outra instância (Aragão, 2015). Isso acarretava a produção de lotes sem infraestrutura pelo mercado imobiliário, pois ainda não existiam as regras que seriam estabelecidas com a Lei federal 6766, aprovada somente em 1979.

Desde então, o capital privado se beneficiava das ações do poder público, uma vez que, ao lançar lotes desprovidos de infraestruturas no mercado, o capital

privado transferia para o poder público a responsabilidade de custear a instalação delas. Ao mesmo tempo, os loteamentos produzidos pela própria gestão municipal não dispunham de condições adequadas para atender as demandas habitacionais da população mais pobre com dignidade.

Sobral vivenciou um processo comum às cidades brasileiras no contexto da urbanização acelerada pela produção industrial: a ação do poder público em favorecimento do capital privado da terra urbana. Assim, a formação do espaço urbano sobralense se deu historicamente a partir da priorização dos investimentos públicos em áreas de interesses privados, em função das vantagens oferecidas para a população das classes mais altas da sociedade.

Por outro lado, a história da estruturação do espaço urbano de Sobral apresenta um aspecto peculiar: a combinação da política de disputa de poder com a política habitacional. Na prática, isso diz respeito à doação de lotes públicos por meio de trocas clientelistas, ou seja, a troca do voto pela terra desprovida de infraestrutura, sem contar com nenhuma assistência técnica para a construção das moradias. Nesse sentido, a expansão do espaço urbano da cidade, no século XX, foi em grande parte impulsionada pelas práticas político-eleitorais que caracterizaram por muitos anos o modelo da administração pública implementado em Sobral.

Podemos considerar o período entre a intensificação da ocupação urbana com início em meados do século XX, havendo uma propagação dos loteamentos públicos e privados já na virada no novo século. Este marco temporal histórico fomenta o início efetivo da formação de segregação socioespacial em Sobral, considerando a distinção dos níveis de investimentos públicos e privados em diferentes áreas e o contexto de exclusão cidadã da população mais pobre.

Dessa maneira, o espaço urbano de Sobral foi produzido em meio ao contexto histórico de estabelecimento de relações articuladas entre o poder público local e o capital privado do mercado. Com a intensificação da criação de loteamentos públicos e privados, por muito tempo sem a devida regulamentação, a expansão do espaço urbano de Sobral aconteceu em alta velocidade, produzindo um tecido espacial caracterizado pela heterogeneidade da sua morfologia urbana, com distintas tipologias habitacionais, com grandes áreas de vazios urbanos em uma malha viária descontinuada.

A Lei federal 6.766/1979 dispunha sobre o parcelamento do solo urbano, tratando da regulamentação dos loteamentos, e que se tornou o único instrumento de regularização da expansão urbana de Sobral no referido período. No entanto, essa normativa que disciplinava a criação de lotes urbanos somente foi aplicada aos loteamentos privados na época, segundo a lógica da diferenciação social, o que provocou disparidades significativas na qualidade entre os espaços. De um lado, o poder público incentivou a criação de assentamentos precários, por meio da doação eleitoral de lotes para as populações mais pobres sem garantir qualquer assistência à construção de suas casas e sem estabelecer quaisquer normas regulatórias para a ocupação do solo nessas áreas, e de outro lado, ele aportou recursos volumosos para a qualificação das infraestruturas nas áreas de loteamentos produzidos pelo mercado.

Compreende-se que o poder público municipal estimulava a especulação imobiliária das terras privadas bem localizadas e, ao mesmo tempo, incitava a ocupação desordenada das áreas periféricas carentes de infraestruturas básicas, muitas vezes localizadas em regiões ambientalmente frágeis. Assim, a conduta adotada pelo poder público em Sobral diante do processo de expansão urbana da cidade, em geral, gerou consequências sociais e urbanísticas refletidas nas relações socioespaciais atuais e no próprio tecido espacial fragmentado que vemos hoje.

Com a eleição do então prefeito Cid Gomes (1997-2004), deu-se início a um novo ciclo político na cidade de Sobral. Nesse período, a nova gestão atuou fortemente no incentivo pela criação de vantagens econômicas para o município de Sobral e pela ascensão do valor social da cidade para o estado do Ceará, através de investimentos robustos na modernização e no embelezamento do seu espaço urbano.

É possível perceber que a nova administração procurou envidar esforços para transformar o município em um lugar de referência em serviços regionais de qualidade, principalmente os de educação e saúde, buscando estruturar uma rede forte de equipamentos urbanos. Além disso, a gestão de Cid Gomes assumiu uma postura inovadora ao produzir um instrumento completamente diferente das práticas adotadas até então em Sobral, o Orçamento Participativo, pelo qual a população poderia definir em audiências públicas as prioridades a serem implementadas pela Prefeitura Municipal. Além disso, vale ressaltar que a gestão aprovou o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral, em 2000.

Apesar das visíveis transformações geradas na estrutura urbana sobralense na transição entre o século XX e o século XXI, através da qualificação dos espaços públicos centrais, das grandes obras estruturantes e dos investimentos nas redes de saneamento básico para muitos bairros, o contexto geral de segregação socioespacial e exclusão da população mais pobre continuou em evidência. Nesse contexto, muitas vezes o discurso oficial do poder público municipal era voltado para o destaque das ações de inovação, mas é importante ressaltar que essas ações continuaram concentradas nos espaços de domínio econômico do capital privado, localizados especialmente no núcleo urbano inicial da cidade.

Enquanto uma parte da cidade, inserida dentro do arco ferroviário, se renovava em um processo de constante modernização, as áreas localizadas para além desse perímetro central, principalmente as que eram ocupadas pelos segmentos populares, continuavam vivenciando um contexto de precariedade das moradias, de ausência ou insuficiência de infraestrutura e de espaços públicos de qualidade e de limitações de acesso à cidade e mobilidade urbana. Assim, o poder público torna-se, como explicado por Santos (2013, p.123), "criador privilegiado da escassez", ao estimular a especulação imobiliária e ser agente produtor da segregação socioespacial. Nesse sentido, os processos de renovação urbanística inseridos no contexto da globalização, no início do século XXI, implicaram no aprofundamento da "geografia das desigualdades" da cidade de Sobral (Souza, 2006).

O território bem equipado com infraestruturas atrai os investimentos e a concentração de riquezas, conseqüentemente a moradia neste território fica mais cara, o acesso fica mais limitado e exige ainda mais qualificação e manutenção. Nesse ciclo, os territórios desprovidos de investimentos ficaram cada vez mais à margem do processo de desenvolvimento e modernização de Sobral, uma vez que o espaço é uma dimensão ativa na reprodução do capital. Como pontua Santos (2006), "a cidade em si como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza."

Assim, a expansão do tecido urbano de Sobral foi originada pelo rompimento dos limites do arco ferroviário do núcleo urbano inicial, sendo marcada pela contínua ocupação urbana das áreas localizadas na direção dos municípios vizinhos como Meruoca, Massapê, Tianguá e Fortaleza, sendo esses os principais vetores de crescimento da cidade até os dias atuais.

Atualmente, de maneira geral, a forma urbana sobralense é caracterizada por um tecido contínuo e regular nas áreas centrais e pela descontinuidade do traçado urbano em direção às periferias. Essa configuração reforça o aspecto da fragmentação socioespacial, apresentando no espaço descontinuidades viárias e vastas áreas de vazio urbano que funcionam como barreiras sociais entre os segmentos da sociedade.

Um marco urbano importante na atual administração municipal foi a limitação do perímetro urbano da cidade, instituída em 2017. Essa decisão da gestão objetivou a retardação e o controle do processo de expansão do espaço urbano de Sobral, tendo em vista a necessidade do adensamento dos territórios já urbanizados e da moderação dos gastos públicos com a instalação de infraestruturas fora do limite urbano. Pode-se dizer que essa medida da atual administração municipal diminuiu a influência do capital imobiliário na cidade, pois reduziu o espaço disponível para a produção do mercado. A consequência imediata disso foi a interrupção da produção massiva de loteamentos e condomínios horizontais de baixa densidade para as classes média e alta, os quais muitas vezes causaram e reforçaram a segregação socioespacial na cidade.

O perímetro urbano vigente começou a vigorar no final do ano de 2017, estando composto, atualmente, por 35 bairros. Entretanto, a distribuição espacial da população ocorre de maneira diferenciada nesses, oscilando entre as áreas mais adensadas e as com vazios urbanos. No processo de constituição de cada bairro houve a influência de aspectos políticos e socioeconômicos que culminaram em uma fragmentação socioespacial influenciada, principalmente, por questões socioeconômicas (Sobral, 2020, p. 73).

Os vazios existentes na malha urbana de Sobral podem ser classificados como espaços de áreas livres e não construídas que costumam demandar elevados custos de urbanização. Essas áreas estão associadas a fatores estruturais e econômicos da produção do espaço urbano de Sobral, como a aquisição e retenção de glebas de terras e lotes urbanos por agentes privados ou pelo próprio poder público. As áreas classificadas como vazios urbanos constituem 33,85% de todo o território urbano sobralense e encontram-se espacializadas, em sua maioria, nas franjas periféricas da cidade (Sobral, 2020, p.75).

Apesar da atual gestão municipal estar dedicando altos níveis de investimento na melhoria das infraestruturas urbanas da cidade como um todo, com a requalificação de muitos espaços públicos, com a atualização da iluminação pública por LED, com a elaboração de planos de arborização e de mobilidade urbana, ainda assim os territórios periféricos de Sobral, em sua maioria, se configuram pela desintegração com a malha urbana e pelo esgarçamento do tecido social. Isso quer dizer que as trocas e interações sociais são vivenciadas segundo à lógica de diferenciação social, pois enquanto nas regiões centrais há um alto nível de uso e ocupação dos espaços públicos, alguns bairros de baixa renda vivenciam um contexto de exclusão e estigmatização social. Isso faz com que a cidade se torne estranha à própria população, uma vez que o medo do desconhecido passa a configurar o modo de habitar e viver no espaço urbano.

Diante disso, o sociólogo Zygmunt Bauman (2009) destaca que "estar seguro na cidade implica enxergar o outro como semelhante." É nesse contexto da subjetividade das relações sociais no espaço que a insegurança é atribuída ao outro, gerando uma cidade de fronteiras, na qual os cidadãos estão quase sempre se sentindo de fora, amedrontados. Esse modelo de cidade fragmentada retroalimenta os processos de distanciamento, segregação socioespacial e estigmatização territorial. É o que podemos perceber na cidade de Sobral e, especificamente, em relação ao recorte espacial de estudo que será apresentado adiante.

As incorporações por meio de parcelamento de glebas rurais para a produção de loteamentos urbanos, até duas ou três décadas atrás, nas cidades brasileiras, voltava-se, quase que exclusivamente, à periferização dos mais pobres. Agora se justapõem, nas novas áreas urbanas que são incorporadas, de forma contínua ou descontínua ao espaço urbano, os ricos e os pobres, tornando a desigualdade combinada com essa relativa proximidade geográfica, um dos elementos essenciais da fragmentação socioespacial, quando se quer realçar sua dimensão espacial e não apenas compreendê-la como contraponto aos processos de globalização (Sposito, 2011, p.123).

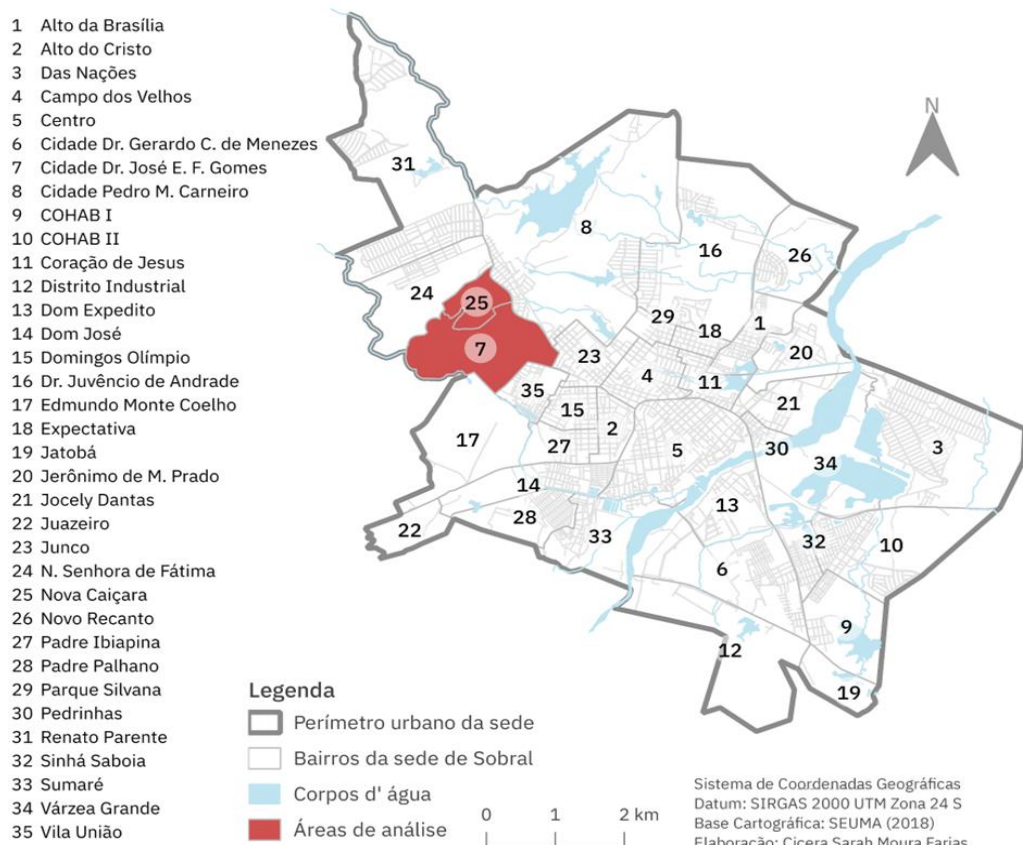
Podemos considerar que a segregação socioespacial qualificou a formação do espaço urbano de Sobral, uma vez que a população de baixa renda historicamente foi compelida a ocupar as áreas mais desestruturadas e mais vulneráveis ambientalmente, sobretudo nas regiões mais distantes do centro urbano. Associado a diversas dinâmicas socioespaciais, esse processo constituiu um tecido urbano

fragmentado que representa e reproduz uma sociedade contraditória, dividida entre o sentimento de "sobralidade triunfante" e a negação social de alguns territórios urbanos menos favorecidos. É diante desse cenário de contradições históricas na formação da sociedade e do espaço urbano sobralenses que ancoramos o olhar investigativo para um recorte espacial específico na cidade.

3.3 Sobral: Identificando um Estudo de Caso

O recorte espacial de estudo está inserido na região noroeste de Sobral, localizado no eixo de expansão urbana no sentido da Serra da Meruoca, sendo este um dos principais vetores de crescimento da cidade. O objeto de pesquisa corresponde ao território formado pelos bairros Cidade Dr. José Euclides Ferreira Gomes (mais conhecido como Terrenos Novos) e Nova Caiçara, conforme apresenta a Figura 04.

Figura 04 – Área territorial de análise.



Fonte: Elaborado por Cícera Sarah Moura Farias, 2023.

Os referidos bairros podem ser considerados diferentes representações espaciais de um processo continuado de formação de segregação socioespacial na cidade de Sobral, reproduzida ao longo do tempo, sob diferentes contextos sociais, históricos, econômicos e políticos da produção do espaço urbano. Inseridos em um tecido urbano fragmentado, os dois bairros vizinhos apresentam elementos e dinâmicas distintos e contrastantes, ao tempo em que retratam um contexto comum de vulnerabilidade social, como apontam os mapas temáticos do Apêndice D, com dados do Censo de 2010 do IBGE, quando o território do que viria a ser o Nova Caiçara ainda integrava o bairro Terrenos Novos.

O adensamento da área de estudo se deu em diferentes períodos da história do crescimento de Sobral, tendo sido produto de múltiplos processos e de variados agentes produtores do espaço urbano. As fronteiras sociais e territoriais que se estabeleceram ao longo da história de ocupação da área estão associadas a uma sobreposição de processos sociais e espaciais, de diferentes escalas e com a participação ativa de diversos atores.

Figura 05 – Zoneamento da sede de Sobral.



Fonte: Elaborado por Cícera Sarah Moura Farias, 2023.

Os dois bairros de estudo foram majoritariamente classificados como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) pelo zoneamento urbano da sede de Sobral,

realizado em 2018 e revisado em 2023. Além disso, a área integra algumas regiões classificadas como Área de Preservação Permanente (APP) e Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA), no entorno dos corpos hídricos presentes, como ilustra a Figura 05. O reconhecimento institucional por essa área como ZEIS é um elemento muito importante para promover as melhorias necessárias, considerando os aspectos da ocupação majoritariamente informal de baixa renda em uma área com precarização da infraestrutura.

- **Bairro Terrenos Novos**

Terrenos Novos é a identificação social do bairro oficialmente nomeado como Cidade Dr. José Euclides Ferreira Gomes. Essa denominação popular retrata simbolicamente a história do bairro, que foi originado de um loteamento público criado pela Lei Municipal nº 13 de 1982, na gestão do então prefeito José Euclides Ferreira Gomes Júnior. Na época, o bairro se tornou muito procurado pela população de baixa renda que, enxergando no local uma solução para seus problemas de moradia, se referia aos lotes criados como os "terrenos novos" da cidade (Figura 06).

Figura 06 – Vista para o bairro Terrenos Novos.



Foto: Pedro Cela, 2019.

O bairro foi formado em um terreno de vinte hectares, dividido inicialmente em 1320 lotes de 96 metros quadrados cada, com as frentes originalmente medindo 6 metros. Os lotes foram traçados em uma malha ortogonal pouco adaptada à topografia da área, o que tornou a construção das casas uma tarefa difícil para a população que ocupou o bairro. Além disso, o terreno fica distante, em média, 3,5 km do centro da cidade, sendo localizado na margem da estrada que liga Sobral à serra da Meruoca. A área onde foi realizado o loteamento era originalmente uma fazenda pública de produção pecuária, tendo sido o açude Mucambinho construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) do governo federal, na época do enfrentamento às secas ocorridas no Ceará no final do século XIX.

Em 1982, para atender a carência de habitação popular na cidade, os lotes foram distribuídos pela administração municipal sem dispor das mínimas condições de habitabilidade, com carência total de saneamento básico, de pavimentação viária, de iluminação pública e de equipamentos comunitários. A oferta dos lotes se deu através dos "cabos eleitorais", agentes políticos ligados ao partido do governo vigente na época, que tinham a intenção de garantir o voto das pessoas desprovidas de condições econômicas.

O Terrenos Novos nasceu de uma ocupação de certa forma dirigida por uma ala política que distribuiu a terra, os lotes, da forma mais espontânea possível, sem nenhum planejamento, o único critério era a multiplicação de votos. Então quanto mais lotes você disponibilizasse, melhor (Edilson Aragão, 2023, entrevista semiestruturada).

A maioria dos beneficiários eram pessoas provenientes das áreas rurais, muitas vindas dos distritos vizinhos, como Jordão, Jaibaras, São José do Torto e Rafael Arruda, bem como de cidades vizinhas, como Forquilha, Cariré, Massapê, Meruoca e Tianguá, atraídas por oportunidades de emprego na cidade de Sobral. O poder público municipal fez a doação dos lotes, mas a construção das habitações ficou por conta de ser custeada e providenciada pela própria população. Como a maioria das pessoas não tinha condições econômicas para isso, muitas negociações extraoficiais foram feitas a partir do parcelamento informal dos lotes, cujas sobras eram vendidas ou trocadas por materiais de construção (Aragão, 2015). Essa dinâmica frequente de divisões dos lotes propiciou a descaracterização do desenho original do loteamento, dando lugar a uma malha irregular e heterogênea nos padrões

construtivos, uma vez que não havia controle público nem regulamentação da ocupação do solo para esse espaço produzido para a população de baixa renda.

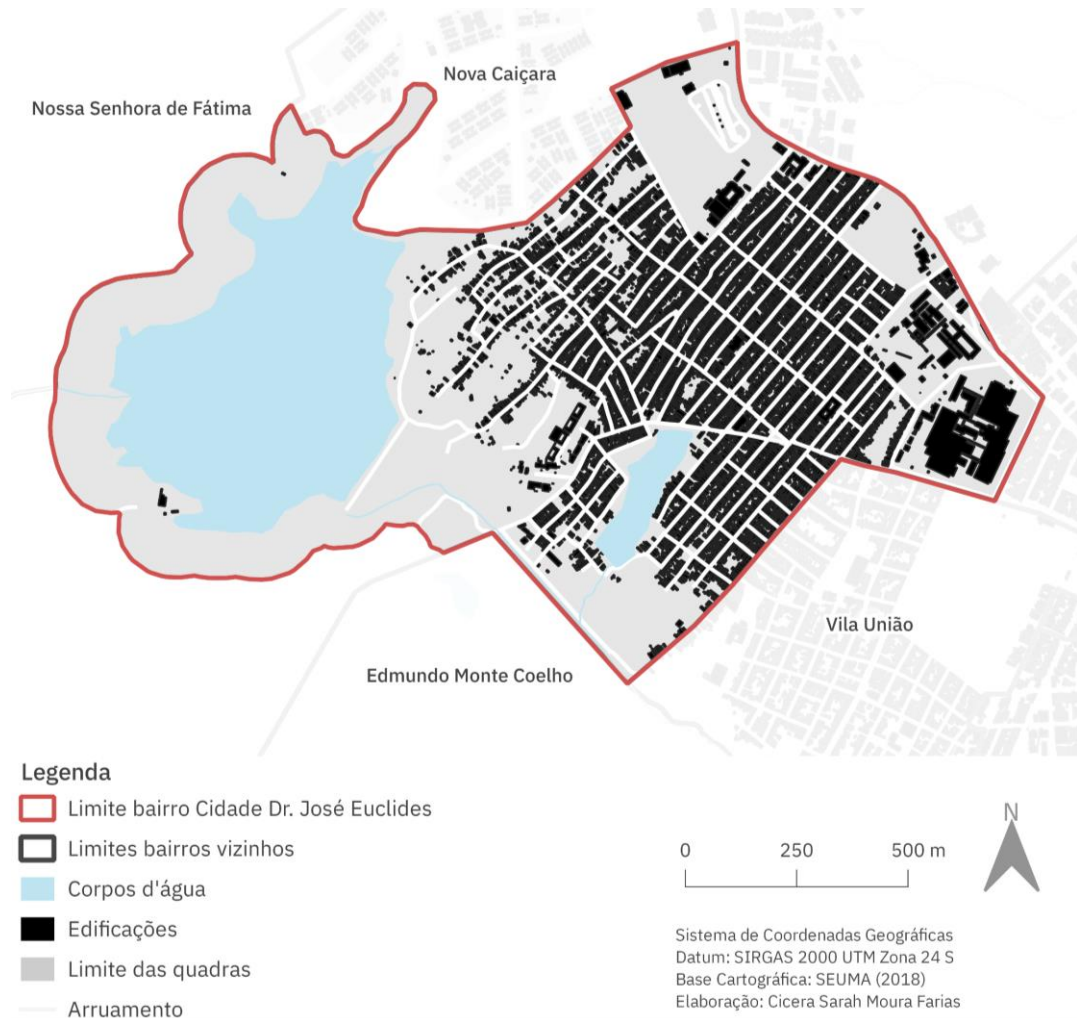
O processo de formação do bairro se deu pelo protagonismo da comunidade em realizar a autoconstrução de suas casas, em decorrência da ausência e do descaso do poder público, que não prestou qualquer assistência técnica para as edificações nem se empenhou em regular a ocupação dos lotes. Desde então, o bairro é constituído por uma diversidade de tipologias habitacionais, construídas através da realização de mutirões comunitários, onde foram utilizados diferentes materiais, que se encontram atualmente nos mais diversos estados de conservação, após sucessivas ocupações irregulares realizadas durante os últimos anos.

A população que chegou para habitar o bairro Terrenos Novos desde o início da sua criação vivenciou uma série de desafios no acesso ao direito à cidade. Apenas após 6 anos da sua fundação é que foram providenciadas as instalações das redes hídricas e elétricas. O bairro foi criado em 1982, mas apenas em 1994 foi executado, parcialmente, o projeto de esgotamento sanitário e pavimentação viária pelo então Governador do Ceará Ciro Gomes, quando o bairro já contava com uma população de 6020 habitantes (IBGE, 1991). De acordo com o Censo do IBGE de 2010⁵, o Terrenos Novos se tornou o bairro mais populoso de Sobral com uma população de 16.917 habitantes.

Conforme ilustra a Figura 07, o bairro constitui uma malha urbana com alta densidade construtiva na maior parte do território, em sua área central e nos entornos das fronteiras com os bairros adjacentes. Porém, à medida em que se direciona ao açude Mucambinho e ao limite do perímetro urbano da cidade, no sentido oeste, percebe-se áreas vazias com densidade bastante diluída e com aspectos rurais.

⁵ Até a realização da presente pesquisa, o IBGE não havia divulgado as informações de população por bairro do Censo de 2022.

Figura 07 – Mapa de cheios e vazios do bairro Terrenos Novos



Fonte: Elaborado por Cícera Sarah Moura Farias, 2023.

O Terrenos Novos possui dois corpos hídricos: o açude Mucambinho e a lagoa José Euclides, ao redor dos quais muitas famílias viveram em situação de risco, por meio de ocupações ilegais, até a construção do Residencial Nova Caiçara e até a realização da obra de recuperação ambiental do entorno da lagoa, com a construção do Parque José Euclides no local. Então, o traçado do bairro é, em sua maior parte, tradicionalmente regular, com vias estreitas, separadas entre si por quadras em sua maioria regulares e bem adensadas, com uma presença relevante de diversidade de usos e poucas áreas vazias. O tecido urbano do Terrenos Novos promove uma vivência comunitária diversificada e movimentada, com boa intensidade de ocupação

do espaço público, ainda que não haja espaços de lazer suficientes para a numerosa população moradora do bairro.

Considerando que o Terrenos Novos já tem 40 anos de existência, a presença de equipamentos públicos ainda é insuficiente para garantir o pleno exercício do direito à cidade, como demonstra a Figura 08. A maioria dos equipamentos é vinculada ao setor da educação: Centro de Educação Infantil (CEI) Dolores Lustosa; Escola Mocinha Rodrigues e Escola Maria Yêdda Frota - ambas de ensino fundamental; Colégio da Polícia Militar do Ceará Jarbas Passarinho - de ensinos fundamental e médio; e Centro de Ciências Humanas da Universidade do Vale do Acaraú.

Figura 08 – Vista interna do bairro Terrenos Novos.



Foto: Pedro Cela, 2019.

O bairro possui três equipamentos de saúde: Centro de Saúde da Família (CSF) Francinilda de Sousa Mendes, Programa de Saúde da Família (PSF) e Hospital Regional Norte (HRN). Os equipamentos institucionais presentes no bairro são a sede do Detran e o Centro Socioeducativo Dr. Zequinha Parente. Além disso, o bairro conta com um importante equipamento para a mobilidade urbana, a Estação de VLT José Euclides, implantada em 2014 e localizada na Avenida John Sanford, que delimita o bairro (Figura 09). No que diz respeito a equipamentos públicos de lazer, o bairro possui uma quadra esportiva fechada da Escola Mocinha Rodrigues, o Parque José

Euclides recém-inaugurado, uma praça Mais Infância⁶, localizada no limite entre o Terrenos Novos e o bairro Vila União, e alguns lotes requalificados no âmbito do Pacto por um Ceará Pacífico, os chamados Espaços Criativos, que serão melhor descritos adiante.

Figura 09 – Equipamentos públicos no bairro Terrenos Novos.



Fonte: Elaborado por Cícera Sarah Moura Farias, 2023.

O alto nível de densidade construtiva na maior parte do bairro é o argumento utilizado pela gestão municipal como um impeditivo para a construção de novos equipamentos públicos no local, embora a sua ocupação tenha sido intensificada pela ação indutora do próprio poder público. Então, o que podemos perceber é uma grande contradição na atuação do Estado como produtor do espaço urbano, uma vez que se fez a distribuição massificada de lotes em um espaço desprovido de qualquer

⁶ Equipamento público vinculado à execução do Programa Mais Infância, uma política multissetorial criada em 2015 pelo Governo do Estado do Ceará, que visa a promoção e o desenvolvimento de ações voltadas para o desenvolvimento infantil.

infraestrutura e não se promoveu qualquer regulação ou controle da ocupação desses lotes durante anos, tendo implantado alguns equipamentos somente após muito tempo do início do bairro. Ou seja, não houve a intenção da gestão, na época, em realizar um planejamento adequado da ocupação do terreno, que contasse com espaço para os serviços públicos fundamentais ao exercício da vida.

Apesar da presença de equipamentos públicos ainda ser insuficiente, o bairro possui uma dinâmica bastante aquecida em função da variedade de usos existentes. É evidente que a maior parte desse território se configura como uso residencial, mas há uma forte presença de usos mistos, associando as habitações com pontos comerciais, de serviço e religiosos. Essa mistura de usos é favorecida pela morfologia construtiva que predomina no bairro, sendo a maioria das edificações casas ou sobrados sem recuos, cujas fachadas se conectam diretamente com as ruas. Esse contexto de diversidade de usos no bairro favorece a maior intensidade de circulação de pessoas, o que promove à vivência local bons níveis de vitalidade urbana.

Além disso, a dinâmica do bairro é favorecida pelas intensas relações sociais estabelecidas entre os moradores. Acredita-se que a própria história de ocupação do bairro promoveu um movimento de integração e cooperação entre as pessoas que chegavam para morar no local, tendo em vista que a construção das casas foi feita, em grande parte, através da realização de mutirões comunitários.

Esse processo de autoconstrução das habitações em atividades cooperativas enriqueceu a vida cotidiana no bairro, intensificando o sentimento de pertencimento das pessoas com o lugar, que foi se estruturando ao longo do tempo com base no fortalecimento da sua organização social. Através do engajamento coletivo, os primeiros moradores trabalharam para conquistar as melhorias de infraestrutura para o bairro, com a atuação de lideranças comunitárias que foram se formando ao longo do processo de luta por direitos sociais e urbanos. Nesse movimento social ativo, em 1987 foi criada a Associação Benedito Tonho dos moradores do Terrenos Novos, cuja atuação permanece forte até hoje.

Os representantes da Associação Benedito Tonho participam ativamente dos processos de transformação urbana ocorridos no bairro, como no caso do reassentamento das famílias que viviam em risco nas áreas de preservação ambiental da Lagoa José Euclides, que será melhor descrito adiante.

O perfil de organização social ativa do bairro se refletiu na criação de diferentes coletivos comunitários ao longo da sua história, como o Movimento Social Fome, que "surgiu pela fome de políticas públicas direcionadas às comunidades periféricas de Sobral, uma vez que ter fome não é só comer um prato de comida" (Mapa Cultural do Ceará, Governo do Estado do Ceará). O movimento é composto majoritariamente por adolescentes e jovens que atuam em diversas linguagens artísticas, realizando atividades culturais para a comunidade como saraus de poesia, oficinas de arte urbana, batalhas de rimas e rap, oficinas de fotografia e vídeo, além de administrar a biblioteca comunitária Adalberto Mendes.

Além do movimento social Fome, outra organização foi criada por alguns moradores que se reuniram com a intenção de fortalecer as memórias do bairro, a Organização Terrenos Novos de Memória e História. O grupo criou uma página na rede social Facebook para compartilhar registros simbólicos do bairro, com o intuito de fortalecer o sentimento de identidade e pertencimento dos moradores. Nessa página, os administradores fazem homenagens a personalidades marcantes do bairro, compartilham fotos antigas para apresentar as transformações do espaço, registram memórias afetivas de vivências coletivas, promovem a valorização dos elementos ambientais do bairro e fomentam o envolvimento da comunidade na preservação da sua história.

Eu vejo o território muito potente, muito grande. Eu nasci no Terrenos Novos, fui criada lá, moro lá, mas não conheço todas as ruas, não consigo ter a dimensão do TN ainda, mesmo atuando na UGP e andando e conhecendo gente. Vejo como um território muito ativo em comparação a outros territórios, em movimentos sociais mesmo, de engajamento da galera, da juventude. Quando eu comecei a me inserir nesses espaços da política pública foi justamente por conta dos movimentos sociais do território que eu residia (Sabrina, 2023, Grupo Focal).

Com esses exemplos, se busca retratar a dinamicidade que caracteriza o Terrenos Novos, cuja população se apropriou do território afetivamente ao longo do processo de luta por melhores condições de vida no local. Apesar do bairro estar inserido em um contexto de profundas vulnerabilidades socioespaciais, pode-se perceber que as pessoas buscaram seus meios de habitar e viver no local.

De onde eu parto pro mundo, hoje não moro mais, mas sou nascida e criada no TN, toda a minha família é do bairro. É onde a minha história

começa, é onde a história de quem eu acompanho começa, o TN é o berço de grandes artistas e diferentes multiplicidades de inteligências. É o lugar onde eu piso e sinto tudo, menos medo (Cacheada, 2023, Grupo Focal).

- ***Bairro Nova Caiçara***

O Residencial Nova Caiçara é o maior empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) realizado no interior do estado do Ceará. Antes de apresentar a história de formação do bairro Nova Caiçara e sua atual dinâmica, se faz necessário resgatar um pouco do contexto histórico do déficit habitacional existente em Sobral, o qual provocou a implantação do referido residencial, bem como descrever brevemente a política nacional de habitação de interesse social na qual ele se insere.

Como já foi visto, a expansão territorial de Sobral aconteceu de forma descontínua e dispersa, gerando grandes vazios urbanos entre áreas de ocupação. As políticas municipais de produção habitacional do século XX fomentaram a concentração da população de baixa renda nas regiões mais distantes do centro urbanizado, como o caso do loteamento que deu origem ao bairro Terrenos Novos. Ao mesmo tempo, as pessoas desprovidas de condições econômicas que não eram contempladas por essa produção habitacional, passaram a ocupar os terrenos próximos ao centro que não eram apropriados pelo mercado imobiliário, ou seja, as áreas de risco localizadas nas proximidades de rios e lagoas.

Diante desse contexto, o PLHIS (2009) apontou três tendências urbanas na periferia de Sobral: i) expansão territorial da ocupação urbana, ampliando os limites da cidade; ii) crescente densificação, pela massificação de barracos, ocupação de áreas de risco, casas populares e conjuntos habitacionais para a população de baixa renda; e iii) baixa qualidade das unidades, do contexto urbano e crescente deterioração das habitações.

Dessa forma, o quadro habitacional em Sobral apresentava um cenário semelhante a grande parte das cidades brasileiras, com um contexto de aprofundamento das desigualdades sociais e de crescimento desordenado de suas periferias. O resultado disso foi a formação do tecido fragmentado de uma cidade dividida entre uma parte legal e outra ilegal. O déficit habitacional de Sobral era de

7.511 domicílios em 2010. Esse número era composto em 12,89% por domicílios em estado precário, em 41,42% por domicílios com coabitação familiar, em 25,15% por domicílios com ônus excessivo de aluguel e em 10,54% por domicílios alugados com adensamento excessivo (Fundação João Pinheiro, 2010). Esse quadro de escassez e vulnerabilidade habitacional faz parte dos efeitos do rápido crescimento da cidade e da alta valorização do preço da terra urbana.

Diante desse cenário comum de desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras, no segundo mandato do Presidente Lula, o governo federal, através do Ministério das Cidades em parceria com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, instituiu como política habitacional o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009. O Programa foi criado com o objetivo de aquecer a economia do país frente à crise econômica intensificada no início dos anos 2000, por meio do incentivo ao setor da construção civil para a produção de habitação. Dessa forma, o PMCMV buscou fortalecer a economia suprimindo a demanda do déficit habitacional do país, focalizando a oferta de habitação de interesse social para as camadas populares de baixa renda que não eram contempladas com a produção habitacional do mercado imobiliário. Por meio da viabilização de financiamentos, o Programa fomentou a construção de empreendimentos habitacionais realizados por construtoras privadas. Os subsídios e modos de financiamento dependiam da faixa de renda da população. Inicialmente as unidades eram destinadas a três tipos de faixa de renda⁷.

Entre os anos de 2010 e 2016, foram realizados cinco contratos do PMCMV na cidade de Sobral, todos voltados para famílias com renda de até 3 salários-mínimos. Esse conjunto de empreendimentos totalizava 3.860 unidades habitacionais para a cidade, correspondendo a praticamente metade (51,39%) do déficit habitacional levantado naquele período. Isso demonstra o esforço político empreendido para a implantação robusta do Programa na cidade de Sobral, especialmente na época da gestão do então prefeito Veveu Arruda (2011-2016).

Nesse período, a Prefeitura de Sobral adquiriu os dois primeiros contratos na primeira fase do PMCMV e eles resultaram na construção de 496 unidades nos

⁷ Faixa 1, para famílias que possuíam até 3 salários-mínimos; faixa 2, para famílias que possuíam entre 3 e 6 salários-mínimos; e faixa 3, para famílias que possuíam entre 6 e 10 salários-mínimos. Posteriormente os limites ficaram em 1.800,00 reais para a faixa 1; entre 1.801,00 e 2.350,00 para a faixa 1,5; entre 2.351 e 3.600,00 para a faixa 2 e entre 3.601,00 e 6.500, para a faixa 3.

conjuntos Jatobá I e Jatobá II, entregues em 2012, ambos localizados no bairro Cohab II. Os três últimos contratos foram reunidos em um só grande empreendimento, resultando no Residencial Nova Caiçara.

O conjunto foi construído na terceira fase do PMCMV, finalizado em 2016, totalizando 3.364 unidades habitacionais e representando quase 90% das unidades produzidas pelo Programa na cidade de Sobral. A construção do Nova Caiçara representa um segundo momento da produção do PMCMV quando os conjuntos deixam de ter uma pequena escala, como os conjuntos Jatobá, e se tornam grandes empreendimentos que, ao assentarem uma grande quantidade de pessoas no território onde se inserem, acabam formando novos bairros (Figura 10).

Figura 10 – Vista ampla do Residencial Nova Caiçara.



Foto: Pedro Cela, 2019.

As entregas das unidades habitacionais do Nova Caiçara foram realizadas em etapas, iniciando em 2014 e finalizando em 2016. Antes de ser instituído como bairro pela Lei Municipal nº 1.607, de fevereiro de 2017, o Residencial constava como parte do bairro Terrenos Novos, ainda que tenha sido implantado de forma isolada do tecido urbano pré-existente. A definição da área para a implantação do conjunto foi feita por parte da Prefeitura Municipal, que adquiriu o terreno da União em 2011. Antes de receber a implantação do residencial, o terreno compreendia um grande vazio, com características rurais, sendo adjacente à malha urbana da ocupação do Terrenos Novos.

A Prefeitura Municipal apresentou como argumento para justificar a escolha da área a sua localização no eixo mais intenso de expansão urbana da cidade e a vasta dimensão do terreno, que favorecia a construção de um grande conjunto com muitas unidades, o que viabilizava financeiramente o projeto para a construtora, além de quase suprir totalmente o déficit habitacional existente naquele momento. A empresa responsável pela execução do empreendimento foi a Mineira Direcional. Além dos prédios habitacionais, o projeto também propunha a construção de alguns equipamentos sociais (figura 11), os quais foram sendo produzidos ao longo do tempo, inclusive atualmente ainda existem equipamentos sendo construídos e outros continuam aguardando.

Figura 11 – Centro de convivência no interior de uma quadra no Residencial.



Foto: Pedro Cela, 2019.

Em 2014, quando as primeiras unidades habitacionais do Nova Caiçara foram entregues, já existia nas proximidades a Escola Estadual de Educação Profissional Lysia Pimentel Gomes, a sede da Perícia Forense (PEFOCE) da Região Norte e a obra da sede do Departamento Estadual de Trânsito do Ceará (DETRAN) estava sendo finalizada. A Estação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) já havia sido instalada e o metrô começaria a funcionar naquele ano.

Era uma área que teoricamente já tinha uma estruturação urbana, porque você tinha um metrô na porta, você tinha uma escola de tempo

integral já construída, você tinha o IML, já tinha o projeto do DETRAN, e você estava no vetor de expansão da cidade. Então, teoricamente, ele não estaria numa área excluída do meio urbano, ele tinha esses vetores que justificavam (Gizella Gomes, 2023, entrevista semiestruturada).

No entanto, o que se pode perceber é que o projeto não conseguiu inserir o novo residencial de forma adequadamente integrada ao tecido urbano pré-existente. Segundo os relatos coletados, primeiramente foram aprovados dois projetos junto ao governo federal para serem construídos na área, os quais não concebiam um desenho urbano conectado. Apenas com a aprovação de um terceiro projeto, a Prefeitura conseguiu o recurso adicional necessário para viabilizar uma obra que integrasse todas as unidades habitacionais em um bairro uniforme, em alguma medida.

Em 2013, quando eu cheguei lá (ao assumir a Secretaria Municipal de Urbanismo, Patrimônio Histórico e Meio Ambiente de Sobral - SEURB), tinham dois projetos aprovados. Esses dois projetos urbanamente não conversavam, não tinha uma via que ligasse um ao outro. Eram dois projetos, e aí o Veveu me chamou nos primeiros dias de trabalho. Ele disse que estava conseguindo viabilizar um terceiro projeto habitacional, e aí foi quando eu entrei. Quando eu olhei o projeto, eu conversei com o Campelo na época, fizemos uma proposta que é aquela via larga, enorme, que tem lá, que é uma via que corta o Caiçara e que é a via de ligação dos três projetos. Então esse terceiro projeto entrou para viabilizar que aquele território não fossem 3 diferentes (Gizella Gomes, 2023, entrevista semiestruturada).

Originalmente o projeto não previa praticamente nenhuma relação com o espaço urbano, o que só se tornou possível, em alguma medida, com o desenho da grande via que foi proposta para integrar os projetos e formar um território uniforme. Dessa forma, o recurso adquirido com a aprovação do terceiro projeto permitiu a realização da ligação dos dois primeiros. Ainda que os arquitetos, que estavam atuando na gestão na época, tenham conseguido propor melhorias para a qualidade urbana do projeto, uma parte importante da proposta não foi concretizada. A avenida que tinha sido desenhada para conectar o Nova Caiçara com os bairros Renato Parente e Terrenos Novos não foi executada. Isso comprometeu a qualidade dos acessos ao residencial que, associado à topografia irregular da área, tornaram o bairro morfologicamente isolado da cidade. Desse modo, pode-se considerar que a própria morfologia urbana caracteriza o contexto de segregação socioespacial vivenciado pelo bairro.

Os acessos ao bairro são ruins, você passa e não vê o Nova Caiçara, parece que o Caiçara está dentro de um buraco. Assim, até a topografia do bairro, você passa e não consegue enxergar o bairro (Úrsula Nóbrega, 2023, entrevista semiestruturada).

Análise da forma urbana

Os acessos ao Nova Caiçara não oferecem urbanidade, são configurados por estreitas passagens entre muros (figura 12) e por uma larga entrada no cruzamento de duas grandes avenidas. O conjunto habitacional apresenta características espaciais do urbanismo modernista, pois estabelece uma racionalidade fragmentadora, fazendo prevalecer a monofuncionalidade das edificações e a homogeneização dos espaços. Além disso, a morfologia do bairro tende a desconsiderar a escala humana e privilegiar o acesso e a circulação dos veículos automotores. Como ilustra a Figura 13, o traçado das vias, a ampla dimensão das quadras e o espaçamento entre elas e o formato de implantação dos blocos geram áreas extensas de vazios. Esses vastos espaços vagos que separam as quadras e os blocos desfavorecem a circulação de pedestres, dificultam a utilização do espaço público e prejudicam a dinâmica social no bairro.

Figura 12 – Um dos acessos ao Residencial Nova Caiçara.



Foto: Andréia Coelho, 2019.

Figura 13 – Mapa de cheios e vazios do bairro Nova Caiçara.



Fonte: Elaborado por Cícera Sarah Moura Farias, 2023.

Dessa forma, como podemos ver na Figura 14, a morfologia do residencial dificulta a construção da sensação de pertencimento, uma vez que o desenho urbano do bairro prejudica a realização dos encontros, a diversificação dos usos do espaço e a vivência comunitária. Conforme apontado pela autora Jane Jacobs, é fundamental adequar a dimensão dos espaços públicos à quantidade de habitantes, pois se forem muito grandes, os espaços não conseguem ser plenamente apropriados e podem passar a sensação de estarem desertos e, com isso, inibirem a aproximação de possíveis usuários.

Figura 14 – Grandes espaços entre as quadras no Residencial Nova Caiçara.



Foto: Pedro Cela, 2019.

Figura 15 – Contraste morfológico entre os dois bairros.



Foto: Andréia Coelho, 2019.

A malha urbana de amplas dimensões e com alta presença de vazios caracteriza a paisagem do Nova Caiçara e contrasta com o tecido urbano adjacente, o que representa um aspecto expressivo da segregação socioespacial, como mostram as Figuras 16 e 17. Dessa forma, a extensão do terreno, a grande dimensão das quadras, a dispersão da implantação dos blocos, a enorme largura das vias e a presença de amplos espaços vazios promovem uma ambiência comunitária pouco integrada, o que aprofunda o contexto de esgarçamento do tecido social.

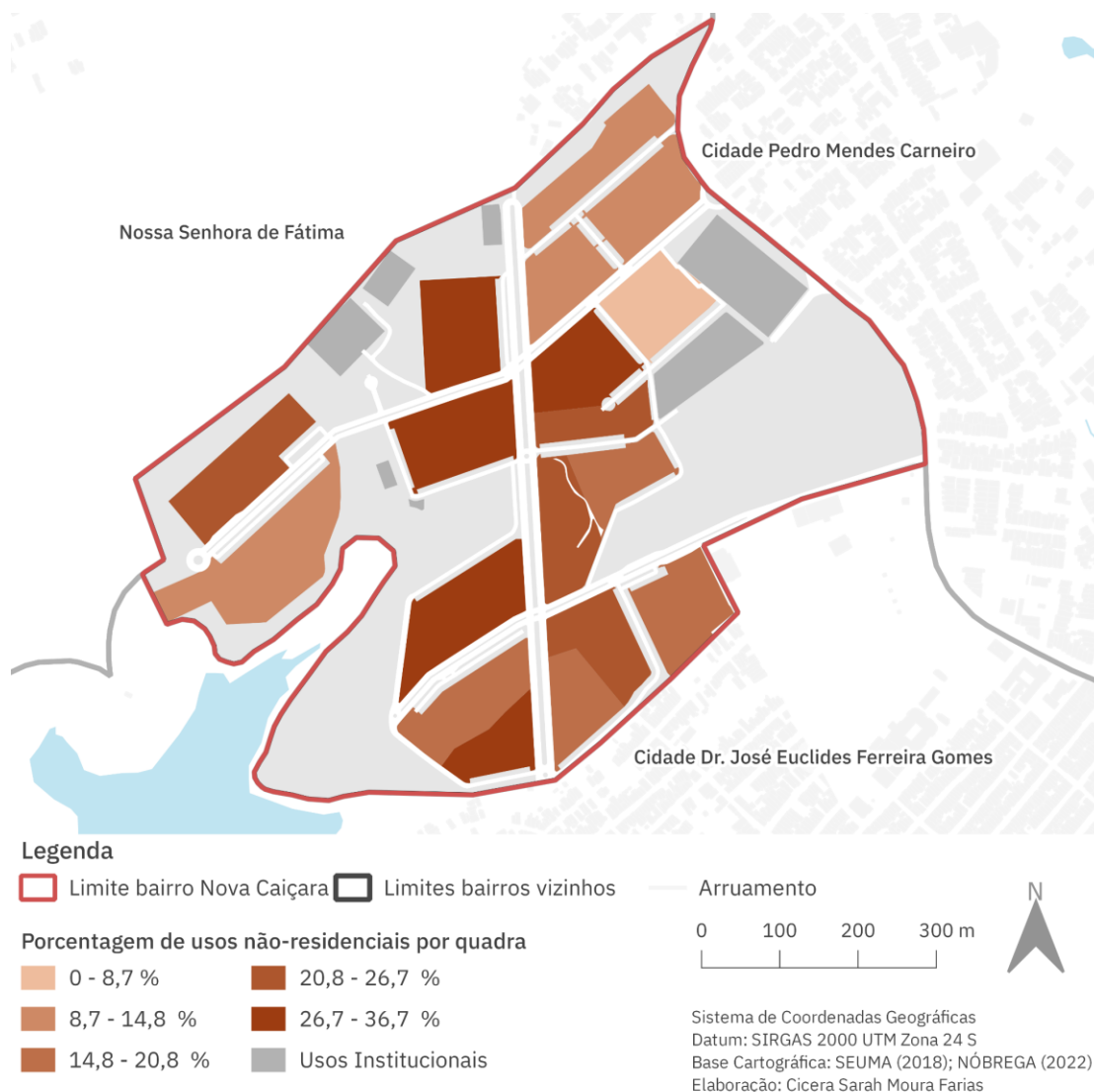
Figura 16 – Contraste da morfologia entre os dois bairros.



Foto: Andréia Coelho, 2019.

Apesar da própria arquitetura e da estrutura urbana do Nova Caiçara não propiciarem um sistema de usos mistos no bairro, muitas unidades passaram a ter algum tipo de uso comercial ou de serviço, porém isso se deu na informalidade. O que se percebe é que os mais altos percentuais de usos não-residenciais se concentram nas quadras localizadas nas imediações da rua principal, a Avenida dos Ipês, conforme apresenta a Figura 16. Isso pode ser explicado pela maior circulação de pessoas nessa via, o que garante maiores vantagens comerciais para os pequenos estabelecimentos.

Figura 17 – Mapa de porcentagem de usos não-residenciais no Nova Caiçara.



Fonte: Elaborado por Cícera Sarah Moura Farias, 2023.

Mesmo diante da ação espontânea da população em utilizar os seus apartamentos para outras finalidades além da moradia, em função das suas necessidades de trabalho e renda, a dinâmica comunitária do bairro é pouco movimentada. A significativa e histórica insuficiência de equipamentos públicos contribui para proporcionar ao bairro um aspecto de vacuidade e de ausência de vitalidade urbana, juntamente aos aspectos morfológicos já apresentados.

Como demonstra a Figura 18, o bairro Nova Caiçara conta com cinco equipamentos de educação: três Centros de Educação Infantil (CEI Maria Helena Cela Magalhães Pinto, CEI Professor Miguel Jocélio Alves da Silva e CEI Professora Maria

Laís Souza de Paula Pessoa), uma escola de ensino fundamental em tempo integral (Escola Municipal Edgar Linhares) e uma escola de ensino médio profissionalizante (Escola Estadual Lysia Pimentel Gomes).

Figura 18 – Equipamentos públicos no bairro Nova Caiçara.



Fonte: Elaborado por Cícera Sarah Moura Farias, 2023.

Considerando que a escola estadual Lysia Pimentel Gomes é voltada para a formação profissional de adolescentes e jovens que ingressam por meio de um processo seletivo criterioso, com base em altos níveis educacionais, essa escola não atende a demanda real de ensino médio para a maioria do público do Nova Caiçara. Há de se considerar que a ausência de escola comum de ensino médio no bairro é um grave problema, pois ocasiona a evasão e o abandono escolar de grandes

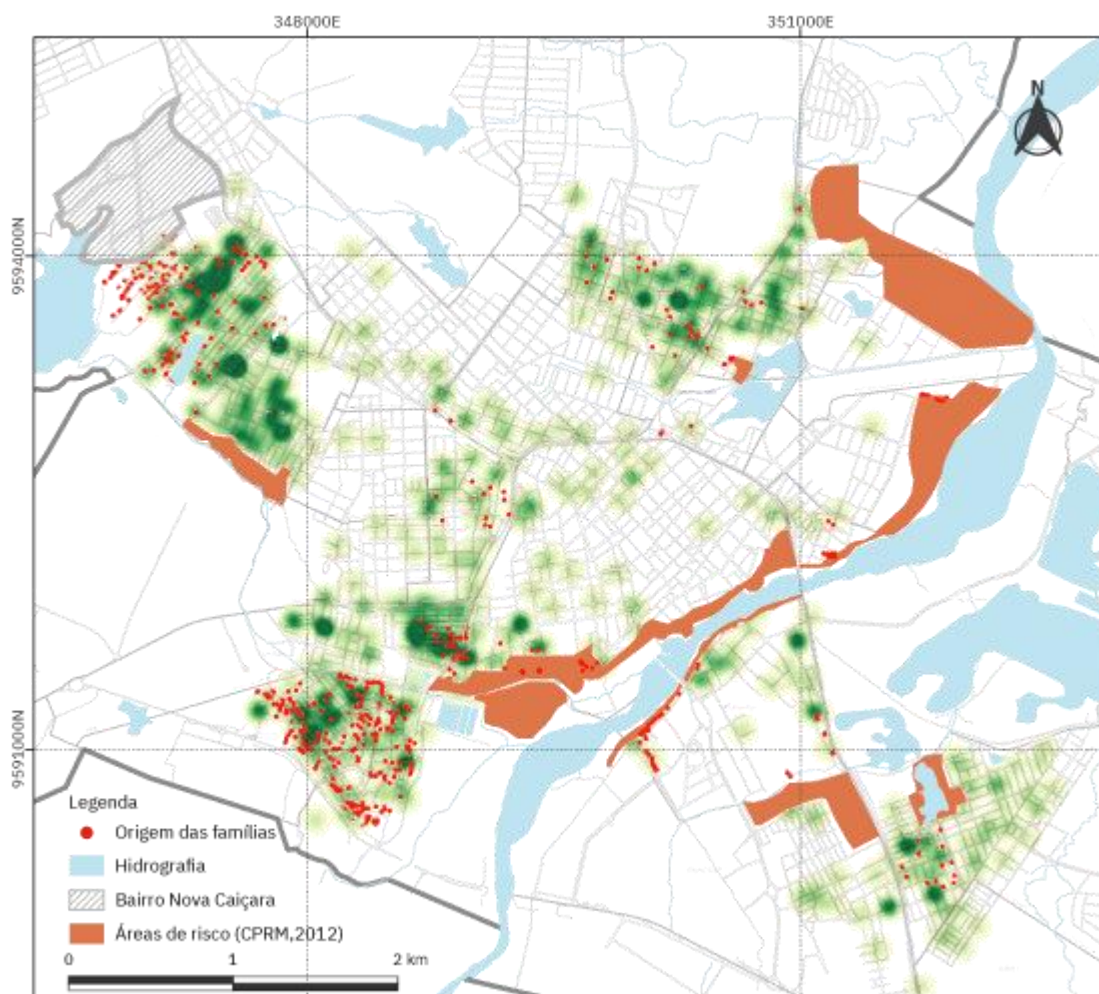
quantidades de adolescentes e jovens, uma vez que o deslocamento deles para outros bairros se torna um impedimento para continuarem estudando. Além disso, o Nova Caiçara conta com apenas um equipamento de saúde, o Centro de Saúde da Família (CSF) João Abdelmoumen Melo, que foi inaugurado em 2019, ou seja, cinco anos após as primeiras famílias chegarem para ocupar o Nova Caiçara.

Nesse mesmo ano de 2019, foi inaugurada a Praça Mais Infância no bairro, uma ação do programa estadual Mais Infância Ceará, visando a criação de um espaço adequado para o lazer e a convivência, de forma a propiciar o desenvolvimento infantil. Além disso, o bairro conta com uma praça central que foi incluída no projeto original do conjunto habitacional e que, atualmente, se encontra em estado de degradação física. E, finalmente, ao lado do conjunto se encontra o núcleo da PEFOCE que era o antigo Instituto Médico Legal (IML).

Em relação ao projeto arquitetônico das unidades, todos os apartamentos têm 42,9 metros quadrados de área e contam com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Os blocos possuem entre três e quatro andares e são compostos por 24, 36 ou 48 unidades cada. No total, o Residencial é formado por 115 blocos de apartamentos. Além disso, em algumas quadras foram construídos Centros de Convivência juntamente a quadras esportivas, que são espaços comuns pensados para promover o uso coletivo dos moradores. Porém, como a Prefeitura Municipal não deu continuidade a ações de promoção da cidadania e de fomento à ocupação desses espaços com atividades de lazer para a juventude, e com a baixa manutenção das estruturas físicas, a maioria desses espaços se encontram, atualmente, em estados de abandono e acabam favorecendo práticas criminosas.

De acordo com o levantamento da demanda habitacional da cidade, realizado no âmbito da construção do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de 2009, e considerando os preceitos do PMCMV, a gestão municipal estabeleceu como critério de priorização para a oferta das unidades habitacionais do Nova Caiçara as famílias que ocupavam as áreas de risco naquele período, segundo o mapeamento apresentado na Figura 19.

Figura 19 – Origem das famílias reassentadas no Residencial Nova Caiçara.



Fonte: Elaborado por Cícera Sarah Moura Farias, 2023.

Segundo o relato da ex-Secretária Municipal de Sobral, Gizella Gomes, a seleção das famílias foi feita de forma categórica, cujo processo foi realizado por meio do preenchimento e acompanhamento de instrumental de cadastramento de cada família, o que a gestora apontou como uma vantagem dos municípios de menor porte. A metodologia utilizada pela gestão municipal na época era baseada na pontuação das famílias segundo os critérios de priorização, então não houve sorteio para selecionar as pessoas, apenas para a escolha das unidades habitacionais.

Não foram realizados eventos para entrega dos apartamentos em conjunto. Após o sorteio das unidades habitacionais, a equipe técnica do setor da Habitação agendou as mudanças por blocos de apartamentos. Os assistentes sociais

entregavam as chaves dos apartamentos para cada família e acompanhavam a ocupação deles. *"Então, uma garantia que a gente tem é que todo mundo que foi inscrito no Programa recebeu seu apartamento e a chave"* (Gizella Gomes, 2023, entrevista semiestruturada). A gestora sinalizou que a Prefeitura Municipal buscou minimizar os riscos de haver trocas informais das unidades, sem o controle regulador da ocupação do conjunto, mas se deparou com limitações institucionais, especialmente no que diz respeito às responsabilidades e atribuições do Banco, pois ele não facilitava a formalização do registro das movimentações de trocas dos apartamentos.

A seleção das pessoas foi pelas pessoas - que do ponto de vista social, a gente pode ter duas interpretações: é positivo porque você realmente está dando casa para quem mais precisa, mas é negativo porque você colocou dentro de um mesmo território pessoas que vieram de vários territórios diferentes. E aconteceu o que aconteceu lá (Gizella Gomes, 2023, entrevista semiestruturada).

Apesar da Prefeitura Municipal, por meio da SEURB em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, ter buscado acompanhar o pós-ocupação do Nova Caiçara com algumas atividades de mobilização social, numa tentativa de assessorar a população no processo de apropriação do espaço, as estratégias planejadas não tiveram consistência devido a um conjunto de fatores. O principal deles foi a própria mudança de governo, com a eleição do Prefeito Ivo Gomes, que assumiu a gestão municipal em 2017, alterando a estrutura administrativa da Prefeitura e mudando o setor da Habitação para outra secretaria, o que acarretou na descontinuidade das ações e na mudança da abordagem da política habitacional no município de Sobral.

O território do Nova Caiçara foi constituído de forma segregada da cidade, uma vez que o conjunto foi construído e a gestão deixou para produzir os equipamentos urbanos e fazer as conexões viárias depois da ocupação já ter sido iniciada. Essa lacuna de tempo no processo de estruturação dos serviços sociais e de integração do residencial ao tecido urbano propiciou uma série de dinâmicas sociais no território que, associadas a um contexto socioeconômico mais amplo, culminaram na territorialização de organizações criminosas no local.

O bairro Nova Caiçara não foi implementado conectado com a cidade, implementaram e foram criando as infraestruturas depois. Mas quando foram fazer isso, já estavam lá instaladas as territorialidades indesejadas, o tráfico de drogas. E assim o Terrenos Novos e o Caiçara nunca conseguiram se conectar (Úrsula Nóbrega, 2023, entrevista semiestruturada).

Quando as pessoas chegaram para morar no Nova Caiçara, não havia nenhum equipamento no bairro além da escola profissionalizante Lysia Pimentel Gomes, do núcleo da Pefoce e da sede do Detran. É evidente que esses equipamentos não supriam as necessidades básicas da população, ainda que um deles fosse uma escola, pois o processo seletivo da mesma visa o alcance de um perfil de estudantes de alto nível educacional, como já foi visto, o que acaba excluindo a maioria dos adolescentes e jovens moradores do Nova Caiçara.

A estratégia adotada pela Prefeitura Municipal para atender as demandas de saúde, educação e assistência social foi dividir os moradores por quadras e distribuir a população para ser atendida nos equipamentos públicos dos outros bairros vizinhos. Então, por exemplo, os Centros de Saúde da Família dos bairros Cohab III, Junco, Terrenos Novos e Vila União ficaram de referência para atender diferentes grupos de moradores do Nova Caiçara.

Segundo os relatos coletados, essa divisão dos serviços de referência organizada pela gestão municipal contribuiu para a formação de conflitos territoriais e para a estigmatização social do bairro Nova Caiçara. Sabemos que, geralmente, os serviços públicos de atendimento às populações de baixa renda em territórios de vulnerabilidade social já são estruturalmente insuficientes e fragilizados. Mesmo com o aumento significativo da demanda de atendimento com a chegada da população do Nova Caiçara, o poder público não garantiu o suprimento necessário de equipe técnica e de materiais nesses equipamentos. Isso acarretou uma sobrecarga volumosa que não foi adequadamente planejada para ser absorvida pelos serviços públicos existentes, já que a capacidade de atendimento instalada nesses equipamentos já era deficiente.

Assim, diante do contexto de superlotação dos equipamentos e considerando o alto nível de vulnerabilidade da população dos bairros Terrenos Novos e Vila União, as pessoas desses outros bairros passaram a se revoltar com os moradores do Nova

Caiçara, apontando que eles estavam "roubando" as vagas de atendimento nos equipamentos e se indignando com o aprofundamento da precarização dos serviços. Esse processo fomentou uma dinâmica de conflitualidades entre esses bairros.

Então, geralmente as políticas públicas já são fragilizadas, normal, sem ter levado um grande número de pessoas pro extremo da cidade, que isso já é a primeira violência, né. E aí você coloca essas pessoas pra serem atendidas no Centro de Saúde que já tem bastante demanda por ser uma população já bastante vulnerável. E imagina, é aquela síndrome de receber o estrangeiro: "Ah, esse pessoal vem lá num sei de onde pra pegar minha vaga aqui do meu posto de saúde". E não aumentaram as equipes de atendimento de saúde. Então a gente observou, enquanto gestão, que acontecia esse conflito entre os moradores mesmo, de não gostar que o pessoal que tava chegando fosse atendido, fragilizando mais ainda o serviço que já era frágil. Isso também fez com que o conflito entre os bairros se acirrasse (Beto, 2023, Grupo Focal).

Além disso, o processo de estigmatização social do Nova Caiçara se consolidou quando a população de lá passou a utilizar os equipamentos públicos dos bairros Junco e Cohab III. Por serem dois bairros ocupados por uma população da classe média, a presença dos moradores do Nova Caiçara, em seus marcadores sociais de raça e classe, causou estranhamento e preconceito. Com base nos relatos coletados, foi a partir desse momento que o conjunto ficou conhecido como "Carandiru", tendo sido uma forma violenta e estigmatizadora de se referir ao Nova Caiçara, utilizada inclusive por veículos de comunicação da mídia local.

E quando a população do Caiçara acessava a Cohab III, por ser um bairro que tem uma classe média, elas viam aquelas pessoas do conjunto habitacional e diziam "vem pro posto de saúde bagunçar, povo que não tem educação." Então também sofriam violência né, ambiental. E do mesmo jeito no Junco. Essa divisão dos serviços foi extremamente violenta. A gente conseguiu acompanhar isso, desde os profissionais até a população. Até essa divisão contribuiu pros conflitos, tanto pro conflito como para os olhares pejorativos pro conjunto habitacional (Beto, 2023, Grupo Focal).

Muitos foram os desafios vivenciados pelas pessoas que passaram a habitar no residencial Nova Caiçara. Como a formação do bairro se deu com a junção de pessoas originadas de diferentes territórios da cidade, em um contexto no qual a maior parte da população não tinha o costume de morar em apartamentos, isso tanto

acarretou conflitos internos entre vizinhos como inibiu o fortalecimento da organização social no bairro.

Muitas dessas pessoas que foram morar no Nova Caiçara tinham a cultura de criar animais em suas casas e nos quintais, como cavalo, porco, vaca, galinha e cabra, pois viviam em áreas com características ainda rurais, nas periferias da cidade, e dessas práticas tiravam seu sustento. O projeto do residencial não previu espaços para criação de animais e produção agrícola, mesmo visando a concentração de pessoas que praticavam esse modo de vida em prol da própria subsistência. Então, o estilo de vida da moradia em apartamentos causou muitos estranhamentos, dificuldades de adaptação e, conseqüentemente, discussões e conflitos que culminavam em denúncias para a Polícia Militar, o que só agravava a situação vivenciada no bairro.

No Caiçara rolou esses conflitos de chamar "os canas" por conta de criação de pequenos produtores que tem até hoje lá no Caiçara. Rolou o lance da galera vir pegar esses animais, porque não era pra esses animais estar no meio da rua. E se fosse só o carro da apreensão dos animais não ia rolar, aí as viaturas iam junto. E aí pegou cavalo, altas coisas dos pivetes, da galera que veio dos distritos, que já era vulnerável no distrito mas estava ali minimamente produzindo as paradas pra sobreviver. E aí vem pra um espaço que você não pode produzir, que você não pode ocupar outros espaços além do apartamento, então ficou cada vez mais difícil. E aí esses pivetes acabaram entrando no crime organizado por não ter acesso a nenhuma renda. Foi o braço da facção que chegou em 2017, oferecendo 50 gramas para os pivetes venderem e pegarem uma grana (Leo, 2023, Grupo Focal).

Então, a situação de segregação socioespacial do Nova Caiçara é um retrato de diferentes processos sobrepostos que propiciaram o esgarçamento do tecido social, como a fragilidade da presença do poder público e a apropriação de organizações criminosas no bairro, que será abordado com maior profundidade no próximo capítulo.

Apesar dos notados desafios vivenciados no cotidiano dos moradores do Nova Caiçara, desde a sua implantação, é importante ressaltar que o bairro vem passando por um processo de construção e fortalecimento interno da sua organização social. Diferentemente do Terrenos Novos, esses movimentos de engajamento

comunitário no bairro são mais recentes e buscam promover o sentimento de pertencimento, especialmente para as crianças, os adolescentes e os jovens.

O Coletivo Periferia Viva surgiu em 2020 pela atuação de pessoas frente às dificuldades vivenciadas no bairro no período da pandemia de Covid-19, quando o desemprego, a fome e a violência alcançaram níveis gravíssimos no bairro, o que mobilizou algumas pessoas a fortalecer a comunidade através de campanhas de conscientização social e atividades de lazer. O Coletivo atua com a realização de eventos comunitários, como rodas de conversa com a juventude e brincadeiras e oficinas de esportes para as crianças, com a realização de campanhas de doação de brinquedos e alimentos junto à sociedade civil e com a articulação junto aos órgãos públicos. Em 2021, um grupo de mulheres criou o Chá das Cumadi, que é um movimento que busca promover diálogos comunitários sobre os desafios vivenciados pelas mulheres periféricas, com foco nas pautas sobre maternidade solo e sobre gravidez na adolescência.

Atualmente, no ano de 2023, esses dois movimentos sociais se uniram a dois grupos de esporte e um grupo religioso do bairro e criaram o Comitê Comunitário. Essa agenda social foi pensada para servir como meio de integração entre os diferentes grupos que atuavam no bairro de maneira dispersa, de modo a fortalecer o engajamento da comunidade e a discutir pautas em comum a todos. O Comitê Comunitário começou a funcionar em função da organização das atividades a serem realizadas para celebração dos 9 anos do Nova Caiçara, que aconteceu em agosto deste ano.

3.4 Sínteses e Discussões do Capítulo

Até então, procuramos retratar a caracterização da área de estudo, abordando a história de formação e traçando o diagnóstico socioeconômico, urbanístico e morfológico de cada território de acordo com suas particularidades. Entretanto, se faz necessário elencar com maior nitidez os aspectos semelhantes e divergentes entre os dois bairros apresentados, tendo como panorama de análise a conjuntura de segregação socioespacial na qual ambos se encontram.

Apesar de serem ocupados por populações com níveis socioeconômicos semelhantes, estarem localizados na mesma área urbana, vivenciarem os mesmos

desafios sociais relacionados ao cenário de ausência do poder público e possuem infraestruturas urbanas com níveis similares de precariedade, os bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara apresentam algumas diferenças significativas entre si, conforme sistematiza o Quadro 04.

Quadro 04 – Síntese dos aspectos divergentes relacionados à caracterização socioespacial dos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara.

Aspectos divergentes	Terrenos Novos	Nova Caiçara
Origem e processo de formação do bairro	Loteamento público com ocupação irregular expandida pelo movimento espontâneo da população ao longo dos anos.	Construção de residencial por meio da política habitacional do governo federal, em parceria com o governo estadual.
Tempo de existência do bairro	41 anos	9 anos
Configuração do tecido social	População socialmente organizada, com atuação ativa de associação de moradores que teve origem nos movimentos iniciais de lutas por melhorias no bairro e de realização de mutirões comunitários para a autoconstrução das casas. Alta presença de movimentos sociais da juventude.	Dispersão social da população que pode estar relacionada ao processo de assentamento de pessoas de diferentes territórios da cidade no residencial. Somente a partir de 2020, começaram a surgir movimentos sociais no bairro, porém ainda não têm a mesma força de atuação.
Morfologia urbana	Alta densidade construtiva, ruas estreitas e poucos vazios. A malha viária tem bom nível de permeabilidade com o tecido urbano da cidade, fazendo com que haja uma certa fluidez na transição entre os bairros vizinhos e uma maior inserção morfológica do Terrenos Novos à cidade.	Baixa densidade construtiva, vias e quadras muito largas e alta presença de vazios. A malha viária é desconectada do tecido da cidade e a estrutura urbana é contrastante com o entorno, fazendo com que o bairro se destaque da malha urbana da cidade. A transição entre o dentro e o fora do bairro é impactante.
Tipologia das habitações	As edificações são, em sua maioria, casas e sobrados. A população teve um papel autônomo na produção habitacional, sem regulação pública da ocupação do espaço. Portanto, as edificações não possuem recuos, o que gera uma	O conjunto apresenta uma tipologia arquitetônica modernista e é composto por blocos de apartamentos padronizados. O sistema construtivo dos prédios não permite alterações nas plantas baixas das unidades, pois eles foram produzidos a partir de

	grande interlocução entre o espaço privado das casas e o espaço público das ruas.	formas de aço e concreto. Esse modelo impossibilita adaptações e limita o uso.
Sistema de usos e vivência de bairro	<p>O bairro possui uma diversidade de combinações de usos, ainda que a maior parte seja residencial. Há um diverso número de estabelecimentos comerciais, de serviço e religiosos. Além disso, a quantidade de equipamentos públicos também é maior.</p> <p>Então, pela combinação entre os fatores da estrutura densa de ocupação do bairro, do tipo das edificações que mantêm conexão mais próxima com o espaço público, do traçado viário mais concentrado, do maior tempo de existência, que favorece uma consolidação das relações sociais de pertencimento e apropriação, e do sistema diversificado de usos, o bairro possui uma vivência comunitária mais dinâmica e mais aquecida.</p>	<p>A tipologia arquitetônica e a estrutura física do bairro limitam a diversificação dos usos. A impossibilidade de se fazer alterações nas plantas dos apartamentos limita a utilização do espaço, até para fins residenciais. Algumas unidades dos pavimentos térreos passaram a ter algum tipo de comércio ou serviço, mas isso se deu na informalidade, pois o projeto original não previa uma configuração que possibilitasse a variedade de usos.</p> <p>Combinados ao contexto no qual a maioria das pessoas viviam antes de irem para o bairro, esses fatores dificultaram a adaptação de muitas famílias a morar nos apartamentos.</p> <p>Então, pela somatória dos elementos descritos, a vivência de bairro é limitada, com baixa dinamicidade e pouca interação comunitária com o espaço público.</p>
Estigmatização territorial e exclusão social	<p>Percebe-se que o bairro possui uma maior aceitação da sociedade sobralense como um todo. Apesar de ser um bairro de baixa renda, ele está mais bem inserido na cidade espacialmente, é mais antigo, se conecta com maior fluidez entre os bairros vizinhos e há presença de lojas e serviços, o que lhe garante um menor grau de estigmatização, ainda que suas características apontem para um quadro de segregação socioespacial.</p>	<p>A população moradora do bairro vivencia situações cotidianas de estigmatização e exclusão, como: a dificuldade de receber fretes de compras de produtos, pois muitas lojas se recusam a realizar entregas no bairro; a dificuldade de ser atendida por mototaxistas e motoristas de Uber, entre outras. Além disso, há casos em que os serviços públicos da gestão municipal têm resistência a atender as demandas do bairro em função dessa estigmatização, como ocorreu com a dificuldade de criação de uma linha de ônibus que passasse dentro do residencial.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como vimos, o contexto socioeconômico das populações dos dois bairros é semelhante, considerando o alto nível de pobreza das famílias, o reduzido nível de escolaridade e a baixa porcentagem de pessoas alfabetizadas e a profunda dificuldade de acesso a oportunidades de emprego e renda. Esses fatores estão, em grande parte, associados a um cenário nacional mais amplo, relacionado a uma conjuntura mundial do sistema capitalista de produção. Consideramos que a instância municipal de governo tenha suas responsabilidades frente a essas adversidades sociais, porém reconhecemos que ela não tem capacidade de construir soluções isoladamente.

Dessa forma, é necessário levar em consideração o contexto nacional de uma sociedade estruturalmente desigual vivendo uma crise econômica ao tempo em que vive um alto crescimento do número de jovens no país. Essa combinação de fatores agrava o cenário de escassez de oportunidades de emprego e renda e isso promove, de maneira sistêmica, a explosão de violência nas cidades. Acredita-se que um dos principais desafios das políticas públicas, em suas diversas instâncias de gestão, frente à situação de vulnerabilidade socioeconômica dos territórios socioespacialmente segregados, é a destinação de maior aporte de recursos para a qualificação profissional de jovens, para o fortalecimento das capacidades de trabalho da população em geral e para o fomento à renda, com a garantia de benefícios sociais que garantam a proteção social de famílias de baixa renda.

Outra semelhança entre os bairros de estudo é a questão da localização distante do centro urbano da cidade de Sobral. A produção dos dois bairros nessa área representa espacialmente os distintos processos de segregação socioespacial que contornaram a estruturação urbana de Sobral em diferentes períodos. Primeiramente, a criação de um loteamento público destinado à classe operária, numa área distante dos principais investimentos urbanos, culminou na formação de um assentamento precário, ainda no século XX. Três décadas depois, veio a construção de um conjunto residencial de grande porte, voltado para o atendimento do déficit habitacional da cidade, localizado num terreno de baixo interesse do mercado imobiliário. Assim, os dois casos apontam para a contradição histórica do poder público, pois o atendimento de demandas sociais é realizado de acordo com a lógica do mercado privado.

Esse elemento da distância ao centro dificultou o acesso e o uso da cidade pela população de ambos os bairros. Porém, de certo modo, as dificuldades de deslocamento urbano para os moradores do Terrenos Novos foram mais intensas ao longo da história. O bairro foi formado em 1982 e apenas em 2014, passados 32 anos, é que a Prefeitura Municipal fez a implantação da estação do VLT na área e apenas em 2019 o transporte público de Sobral começou a funcionar. O Nova Caiçara, tendo sido inaugurado em 2014, ainda vivenciou a dificuldade de locomoção na cidade, pois quando as primeiras famílias chegaram para morar no residencial, o VLT ainda não funcionava.

Pode-se perceber o descompasso da temporalidade do poder público em garantir as condições necessárias para a ocupação adequada de uma grande quantidade de pessoas em uma área socioespacialmente vulnerável. Isso nos leva a concluir, mais uma vez, que não há produção de cidade só com o benefício da terra ou da casa. Diante disso, a mobilidade urbana é um elemento primordial para promover o direito à cidade, na perspectiva da inclusão social.

Ficava sempre me perguntando "como eu vou trabalhar?" porque o Caiçara era distante. Eu não dirijo, não tenho moto. Mesmo assim eu me desafiei a ir morar lá, porque era uma garantia de ter um lugar que fosse meu (Inês, 2023, entrevista semiestruturada).

Além disso, um outro aspecto similar entre os dois bairros é a histórica ausência do Estado no que diz respeito à garantia de serviços públicos. Ainda que o Nova Caiçara tenha sido construído dispondo de infraestruturas urbanas como esgotamento sanitário e iluminação pública, o que não aconteceu com o Terrenos Novos, em ambos os casos as pessoas passaram a habitar um território sem qualquer equipamento público que desse suporte ao exercício da vida. Ademais, os dois bairros apresentam infraestruturas com nível similar de precariedade, principalmente aquelas que produzem a vivência de bairro. Isso quer dizer os espaços públicos, a pavimentação e nivelamento de calçadas e vias, os mobiliários urbanos, as áreas de vazios e as edificações dos equipamentos públicos.

Desse modo, compreende-se que o contexto de segregação socioespacial fundamentou o retardamento e a fragilidade da implementação de políticas públicas sociais nos dois bairros, o que tem historicamente agravado a situação de vulnerabilidade das famílias. Diante disso, a vida social nesses territórios sofre uma

série de dinâmicas conflituosas, relacionadas à violação dos direitos básicos dessas populações e ao esgarçamento contínuo do tecido social nas cidades. É diante desse panorama que a violência urbana ganha amplitudes cada vez mais significativas na atualidade, o que será abordado no próximo capítulo.

4 VIOLÊNCIA URBANA: A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS

Apresentação do capítulo

Neste capítulo, o conceito de violência que fundamenta o desenvolvimento do trabalho é apresentado, conforme os aspectos relacionados às problemáticas urbanas. O panorama do estudo se baseia no entendimento de violência como atributo do modelo das organizações criminosas, mais conhecidas como facções criminosas, cujo contexto social de surgimento e de instauração do estado do Ceará é analisado.

A consolidação das facções criminosas está diretamente relacionada com a materialidade do território enquanto dimensão de poder. Assim, o capítulo desenvolve o conceito de território, enquanto aspecto espacial ativo para o funcionamento de tais organizações. Dessa forma, o processo de territorialização da violência é discutido com base no modo de dominação desses grupos, que se apoia nas condições de vulnerabilidade social dos territórios de segregação socioespacial.

O capítulo demonstra que as redes territoriais das organizações criminosas atuais compõem um fenômeno social da violência, não apenas um fenômeno criminal, o que acarreta um maior nível de complexidade dessa realidade. Assim, o presente capítulo aborda a história do surgimento e da dominação das facções na cidade de Sobral e no território de estudo. Alguns dados quantitativos são apresentados para caracterizar o cenário criminal de Sobral e dos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara, que juntos representam a concentração geográfica e social da violência letal na cidade.

Além disso, o capítulo aponta para os principais desdobramentos sociais e urbanos da territorialização da violência no recorte espacial de estudo, sendo a violação do direito à cidade um fator que retroalimenta essa realidade.

4.1 A Violência e o Urbano no Brasil

Para uma definição ampla de violência, a Organização Mundial de Saúde (OMS) conceituou o fenômeno como:

o uso intencional de força física ou poder, de forma ameaçadora ou real, contra si próprio ou outra pessoa, ou ainda contra um grupo ou

comunidade, que resulte ou potencialmente possa resultar em ferimento, morte, danos psicológicos, mal desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p.5).

A temática da violência envolve inúmeras facetas e abrange uma multiplicidade de fatores. Tradicionalmente, o termo se refere às ações criminosas como roubos, furtos e homicídios. Atualmente, se somam ao debate social os atos violentos de natureza institucional, sexual, racial e de gênero, também se agregando as noções de violência simbólica e violência estrutural. Nesse sentido, há algum tempo vem sendo possível superar os limites da alçada policial da discussão, sendo colocado para a sociedade o desafio de refletir e de desvendar os códigos históricos e sociais das práticas violentas, de modo a interromper a reprodução deles.

Desse modo, se faz necessário ter como premissa a existência de diferentes aspectos e abordagens sobre a violência na atualidade, que podem ser tratados sob diversos enfoques teóricos de modo complementar e sistêmico. Este trabalho visa focar a argumentação sob o ponto de vista geográfico e urbano da violência, no contexto da produção desigual das cidades e da mais recente faceta da criminalidade urbana, cuja forma de afirmação do poder se dá através da dominação violenta de territórios. Portanto, para fins conceituais e metodológicos, toma-se o homicídio como principal indicador de referência quando se fala em violência urbana nesta pesquisa.

De acordo com o pensamento de Tavares dos Santos (1999), um dos autores que mais tem produzido sobre a questão teórica da violência, a construção de uma explicação sociológica sobre a violência na contemporaneidade exige que a discussão esteja situada no contexto dos efeitos do processo de globalização da sociedade e da economia, cujas transformações produzidas na estrutura e no espaço social vêm desencadeando novas formas de conflitos sociais. O autor levanta o conceito de *violência difusa* para destacar que a violência é configurada por diferentes formas de "atos de excesso", qualitativamente distintas, no exercício das relações sociais de poder.

A ideia de força, ou de coerção, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia, a um grupo etário ou cultural. Força, coerção e dano, em relação ao outro, enquanto um ato de excesso presente nas relações de poder - tanto nas estratégias de dominação do poder soberano quanto nas redes de micropoder entre

os grupos sociais - caracteriza a violência social contemporânea (Santos, 1999, p.18).

Acredita-se que a expansão das práticas de violência no século XXI está relacionada com o aprofundamento dos processos estruturais que geram exclusão social. Desse modo, a transformação da estrutura social e econômica no Brasil desde o final dos anos 80, baseada nas contradições do processo de redemocratização do país, ancorada na concentração da propriedade privada da terra, na concentração de riqueza, na precarização das relações de trabalho e no aprofundamento da desigualdade social, promoveu a base estruturante para o espraiamento da violência nas cidades.

De tal maneira, o que interessa a esta pesquisa não é traçar uma definição que consiga alcançar o significado de um fenômeno tão complexo e múltiplo, mas compreender a violência urbana praticada pelo crime organizado em territórios específicos como parte de um contexto próprio da sociedade pós-moderna e tentar identificar sua relação com o quadro desigual e segregado das cidades brasileiras. Por isso a pesquisa trabalha com a delimitação do termo "violência urbana", o que aponta para a criminalidade de natureza violenta que ocorre nos espaços das cidades.

Segundo Zaluar (1999), especialmente a partir dos anos 1990 no Brasil, a violência e a criminalidade apareceram como problemas sociais, ganharam destaque nos meios de comunicação e se tornaram importantes temas de pesquisa no campo das Ciências Sociais, especialmente na busca pela compreensão da organização da sociedade brasileira e das formas de sociabilidade características dos contextos violentos vividos no país nas últimas décadas do século XX.

A autora publicou um balanço teórico da produção acadêmica dos cientistas sociais brasileiros sobre a violência e criteriosamente categorizou os principais assuntos ou temáticas discutidos ao longo das últimas décadas a respeito da violência, a partir de pontos de vista distintos. Segundo ela, os trabalhos acadêmicos que analisaram a violência até então podem ser divididos de acordo com as seguintes diferentes abordagens:

- I. Violência e instituições policiais, penais, judiciais e das políticas de segurança pública;

- II. Definições conceituais de violência, na busca pela atribuição de significados para uma prática social complexa e múltipla;
- III. Análise da violência a partir da relação com a estrutura econômica, social e urbana desigual, expressando o papel das inúmeras formas de exclusão e segregação da população;
- IV. Estudos sociológicos e antropológicos sobre a relação entre representações sociais, violência e criminalidade, analisando o medo, os preconceitos e o papel da mídia na manipulação das representações sociais associadas à violência;
- V. Trabalhos quantitativos que buscam indicar e construir indicadores sociais relacionados à violência, como tipificação de crimes e estratificação de dados sobre vítimas;
- VI. Estudos e interpretações polêmicas que buscam explicar o crescimento dos índices de violência e criminalidade em uma relação causal com a pobreza urbana;
- VII. Estudos sobre as formas de organização interna dos grupos criminosos.

Essas abordagens podem não esgotar toda a multiplicidade de trabalhos que abordam o tema da violência no Brasil, mas toma-se como referência este panorama da produção acadêmica brasileira para demonstrar que a violência, de fato, tem sido objeto de muitos campos de conhecimento por ser polifônica no seu significado e variada nas suas manifestações sociais.

No entanto, como já foi dito, a este trabalho interessa com maior especificidade as bases teóricas que relacionam a violência com a cidade, ou melhor, com a questão urbana como problemática socioespacial. São enfoques teóricos que levantam o papel das transformações urbanas para explicar o aumento e a concentração da criminalidade violenta na atualidade, tendo como panorama a desigualdade social e a segregação socioespacial. Dessa forma, a investigação teórica foi orientada pela busca em compreender a relação do processo histórico de urbanização e de produção espacial das áreas segregadas com a territorialização da violência urbana atualmente.

Portanto, o sentido de violência que fundamenta o desenvolvimento deste trabalho está relacionado com a dinâmica de atuação de organizações criminosas, popularmente conhecidas como facções. O surgimento, a consolidação e a expansão

desses grupos constituem dinâmicas presentes na realidade da sociedade brasileira atual. Trata-se de um fenômeno que tem raízes nos presídios cariocas e paulistas, com o advento dos grupos Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) ainda na década de 1970 que, atualmente, ganhou formas peculiares em cada estado brasileiro (Paiva e Melo, 2021, p.49).

As facções funcionam como comunidades que geram sentimento de pertencimento e que criam seus próprios repertórios de condutas para a prática de crimes. Existem diferentes grupos e eles não funcionam de forma homogênea, suas configurações internas variam de acordo com diversos fatores sociais. No geral, o contexto contemporâneo de violência nas cidades brasileiras está associado ao intenso processo de disputa entre esses grupos, cujos conflitos muitas vezes promovem desfechos gravemente violentos.

A facção é um coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam. São coletivos móveis de pessoas que fazem o crime como um meio de integrar a sociedade, pois não visam à sua destruição, e sim à participação em um sistema de bens materiais e simbólicos agenciados de múltiplas maneiras (Paiva, 2019, p.170).

Para entender como o fenômeno das facções se tornou possível no contexto do estado do Ceará, e mais especificamente na cidade de Sobral, é preciso considerar as condições sociais historicamente relevantes a respeito da existência de práticas criminosas anteriores às facções. No contexto local, na década de 1990, as periferias cearenses eram movimentadas por “gangues”, que constituíam grupos de jovens “que criavam seus repertórios para demonstrar, publicamente, que se garantem, compartilhando códigos constitutivos de uma linguagem própria e maneiras peculiares de estabelecer suas relações dentro e fora do seu território” (Paiva, 2019, p.171). As gangues disputavam entre si nas ruas, em festas e em bares com troca de socos, pedradas e costumavam utilizar, no máximo, instrumentos como pedaços de pau e ferro.

Com o fortalecimento e a expansão do tráfico de drogas no Brasil, muitas pessoas que ocupavam lugares de liderança nas gangues cearenses foram se

tornando traficantes. Esse processo de constituição das redes de tráfico de drogas acarretou muitas mortes, pois houve muitos conflitos internos nas gangues com as disputas pelo poder de comando no tráfico de drogas. Sabe-se que as antigas rivalidades territoriais das gangues influenciaram a constituição de territórios de disputa entre os novos chefes do mercado ilegal das drogas.

Desde então, as organizações criminosas oriundas da região Sudeste mantêm relação com os grupos de traficantes locais dos estados do Nordeste, influenciando na formação dos primeiros mercados ilegais de drogas na região. Porém, a partir de 2014, a realidade começou a se transformar na maneira em que esses grupos se organizavam e como eles atuavam fora de seus territórios de origem, sempre por meio de interlocuções entre dentro e fora dos presídios (Paiva e Melo, 2021).

O que aconteceu é que pessoas que estavam presas e eram ligadas às facções CV e PCC, principalmente, passaram a agenciar grupos locais dos estados nordestinos para integrar os coletivos criminais mais robustos, provocando reterritorializações locais e transformando a escala de participação nas dinâmicas do crime. O professor Luíz Fábio Paiva (2021) explica que não existe “um dia” em que as facções chegaram ao Nordeste e ao Ceará, tendo havido, portanto, uma troca intensa e contínua de experiências relacionadas às práticas e organizações criminosas. Segundo o pesquisador, esse processo deu origem a novas redes de alianças e rivalidades, promovendo a incorporação de grupos locais a coletivos maiores constituídos por pessoas com trajetórias firmadas na prática de crimes.

A consolidação das facções no Ceará significou mudanças consideráveis no formato local de territorialização do crime. No período das gangues e quadrilhas de traficantes de drogas, as dinâmicas criminais eram fragmentadas em escalas de bairro ou comunidade (Paiva, 2019), compreende-se que tinha um caráter territorial mais estático, com cada grupo dominando um determinado espaço, sem mexer ou invadir o espaço do outro grupo. No contexto das facções, a dinâmica territorial do crime é mais volátil e se constitui por meio de redes de territórios, que podem ser geograficamente distantes entre si. As facções buscam crescimento e fortalecimento através da conquista de novos territórios, por meio de invasões, ocupações, mortes e expulsões de moradores de suas casas.

Um aspecto que diferencia a configuração das facções no Ceará é a maior participação de jovens em papéis de destaque no interior dos grupos. Eles têm ações ativas no comércio de drogas e na prática de assassinatos e, mesmo adolescentes entre 14 e 17 anos e jovens entre 18 e 24 anos, muitas vezes são apontados como pessoas muito experientes no crime em razão da quantidade de “missões cumpridas” em nome da facção (Paiva, 2019). O forte envolvimento de adolescentes e jovens nos grupos faccionados aponta para o sucesso das estratégias das facções em realizar uma mobilização massiva e um recrutamento habilidoso de novos membros, ao tempo em que também demonstra o fracasso do poder público em garantir a proteção social das comunidades mais vulneráveis e o controle social do crime.

Um elemento muito evidente e significativo para o engajamento de jovens da periferia nas facções é o contexto de violência policial contra a população negra e periférica. As lideranças das organizações criminosas sabem dessa realidade e utilizam isso como um forte argumento para convencer os jovens a se tornarem integrantes dos grupos, com uma ideia política de que juntos podem ser mais fortes contra o sistema que os oprime. Dessa forma, entende-se que o crime passa a ser um projeto de vida, tomando o lugar das oportunidades que não foram promovidas pelas políticas públicas. Ou seja, acredita-se que o sucesso das facções criminosas está diretamente relacionado com o fracasso histórico do Estado em alcançar a juventude das periferias, em sua maioria pobres e negros, com políticas e serviços capazes de possibilitar melhores condições de vida.

Quanto mais a juventude tiver pouco espaço de lazer, tiver o mínimo de incentivo de praticar alguma arte, algum esporte, alguma coisa, o crime organizado vai chegar na galera, porque a galera sempre vai estar lá, e eles estão lá também (Moisés, Grupo Focal, 2023).

No ano de 2016, as facções se firmaram nos territórios periféricos de municípios do Ceará, inclusive Sobral, e produziram uma ideia de que as comunidades estavam seguras e livres de assaltos, pois esse tipo de crime ficou proibido de ser realizado nas periferias. É comum a presença de pichações com a expressão “se roubar na favela morre”, o que proporcionou à facção uma imagem social de proteção para as comunidades.

Além disso, as novas formas de organização do crime estabelecidas pelas facções desfizeram antigos limites territoriais das gangues, o que tornou possível a

circulação de moradores entre comunidades que antes eram tidas como inimigas. A priori, isso deu uma ideia de que as “guerras” tinham acabado e que a vida de quem morava nas favelas se tornava mais tranquila com a presença e o controle das facções. Esse processo ficou conhecido como “pacificação” e chegou a ser celebrado com fogos de artifício em diversas comunidades cearenses e com a realização de uma passeata histórica em Sobral no dia 28 de junho de 2016, quando cerca de 200 pessoas fizeram a “passeata da paz” pela cidade. Essa manifestação repercutiu em jornais e programas de televisão locais e até nacionais. No entanto, a pacificação foi um fenômeno ambíguo pois promoveu, de um lado, a diminuição sistêmica e significativa do número de homicídios por um período e, de outro, a continuidade dos assassinatos com o aparecimento de práticas de tortura como forma de controle de quem faz parte das redes criminais nas periferias.

Nesse período inicial, o governo estadual negou a existência das facções no Ceará, declarando que a redução dos homicídios em 2016 tinha sido resultado do trabalho das forças de segurança. Então, enquanto o número de mortes violentas reduzia, o Governo do Estado do Ceará atuava sem demonstrar ou falar em qualquer ação específica para o enfrentamento de uma situação que já era conhecida por grande parte da população nas periferias.

No ano seguinte, com a intensificação da disputa entre CV e PCC no âmbito nacional, as tréguas entre os diferentes grupos terminaram e se iniciou o maior conflito armado vivido no Ceará até então, resultando em 5.134 crimes violentos letais e intencionais (CVLI⁸) em 2017, segundo os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Na verdade, quando as facções chegaram em Sobral, elas chegaram como esperança, porque as gangues deixaram de existir e todo mundo podia circular em todo canto. Depois, em 2017, foi que os conflitos começaram a existir de fato. Mas isso é uma visão bem geral. As famílias estavam muito felizes, teve a passeata da paz, os bairros que eram conflituosos - era TUF e Cearamor, era Cid e Marcos Prado, tudo era conflito - e aí o pessoal fez uma passeata em 2016, liderada pelas

⁸ A categoria dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP), como objetivo de agregar os crimes de maior relevância social ou de violência mais extrema, já que têm como resultado, necessariamente, a morte. Nessa categoria estão reunidos os crimes de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguido de morte. O CVLI é, portanto, considerado o indicador mais apropriado para medir a violência e para indicar as tendências gerais da criminalidade em um determinado território. Além disso, entende-se que a taxa de subnotificação desse tipo de crime é pequena, já que a perda de vida humana demanda registro na Perícia Forense (Carvalho Júnior *et al.*, 2020).

facções. Elas não vieram pra cidade pra liderar, elas enviaram comunicações, "acabou briga, ninguém vai tretar mais" - e aconteceu mesmo. Eu vi chegarem duas viaturas no meio da multidão, a galera só fez dar a volta nas viaturas e seguiu. E aí era mãe com menino no braço, senhora, gente no cavalo, os cachorros, quem via achava que a paz estava sendo selada mesmo. Teve um rito de passagem para celebrar a paz, entre a galera do Vila União e do Terrenos Novos. Tinha morrido muita gente nessa situação de gangue. Pode até ser absurdo dizer isso, mas talvez a facção trouxe até o controle, porque ela que decide quem morre, não pode só chegar e matar (Beto, Grupo Focal, 2023).

A consolidação das facções no Ceará trouxe novas condutas morais e políticas de modo a efetivar a ordem, impondo um elevado grau de controle das práticas locais. Esse formato gera repercussões na vida não apenas de quem é envolvido ou faccionado, mas de quem simplesmente reside no bairro dominado por uma determinada facção criminosa. Nesse sentido, a população moradora de territórios periféricos vivencia um contexto cotidiano de alto risco, pois o simples vínculo familiar ou de amizade, ou mesmo só o fato de falar com pessoas residentes de um bairro vinculado a outra facção, pode despertar suspeitas e ser motivo para o cumprimento de punições que, em geral, variam entre a expulsão do território até a morte em rituais de julgamento e tortura.

A prática de expulsões de moradores promove, além do controle social, a capitalização do crime, pois as casas de onde as famílias são expulsas se tornam moedas de troca nos processos e negócios internos da facção. Isso acarreta, muitas vezes, na chegada de pessoas de fora do estado, vinculadas à organização criminosa, que se deslocam entre cidades em todo o Brasil para cumprir missões ou ocupar cargos estratégicos para a facção. Esse funcionamento em rede é um grande diferencial do modelo das facções, em comparação à antiga configuração das gangues, e torna mais desafiador o trabalho da Segurança Pública. Diante disso, a dinâmica de violência no Ceará reflete efeitos de movimentações dos grupos criminosos no âmbito nacional, que provocam consequências em escala local, ou seja, acordos, disputas e conflitos atravessam as fronteiras locais e reverberam em todo o território nacional.

Com base nas estatísticas criminais da maioria das cidades, é evidente que a dinâmica de violência letal relacionada à atuação das facções não ocorre de maneira homogênea nos territórios urbanos. O modelo de recrutamento de pessoas aplicado

por essas organizações criminosas se apoia nos altos níveis de vulnerabilidade social em que se encontram os territórios precários de baixa renda. A escassa presença do Estado nesses locais para promoção de serviços, ações, projetos e políticas afirmativas como garantia de direitos sociais é um elemento muito significativo que contribui para a dominação das facções.

Diante desse contexto, o poder público costuma se fazer presente por meio do “braço armado”, com as forças de policiamento ostensivo, o que muitas vezes gera mais conflitos e aumenta a violência. Podemos apontar um paradoxo na atuação das forças policiais em territórios de vulnerabilidade à violência, que se trata da questão da impunidade sistêmica. Apesar da forte presença das polícias nesses territórios, a maior parte dos moradores não têm acesso à Justiça e é muito comum que os processos de homicídios ocorridos nesses bairros permaneçam inconclusivos.

4.2 O Espaço como Dimensão Ativa do Problema: Território e Territorialização em Rede

Entende-se que a espacialidade é uma dimensão dos processos sociais a qual geralmente todos os campos de conhecimento fazem uso para buscar apreender os fenômenos em recortes geográficos específicos. É um tanto comum na produção acadêmica sobre violência os estudos que se dedicam a espacializar os dados e localizar as ocorrências criminosas no espaço urbano, apontando para relações socioespaciais com as condições de infraestrutura dos locais onde os crimes acontecem.

Registros de mortes violentas revelam maior incidência nos bairros que compõem a periferia urbana onde são precárias as condições sociais de existência coletiva e onde a qualidade de vida é acentuadamente degradada. Há fortes evidências de que o risco de ser vítima de homicídio é significativamente superior entre aqueles que habitam áreas, regiões ou bairros com déficits sociais e de infraestrutura urbana, como aliás sugerem os mapas de risco elaborados para diferentes capitais brasileiras (Adorno, 2002, p.122).

Esse trabalho de espacialização dos dados de violência muitas vezes permite às instituições e aos órgãos competentes a tomada de providências no âmbito da Segurança Pública, mas não é suficiente para, de fato, prevenir a reprodução da

violência, pois isoladamente não consegue aprofundar a análise sobre as causas estruturais da concentração espacial da violência nas cidades. É por isso que se considera fundamental direcionar a investigação para a territorialização da violência, ou seja, para entender o processo de produção dos territórios que vivenciam com maior intensidade a violência na sua forma atual, do crime organizado. Para isso, se torna indispensável o entendimento sobre território, considerando este um elemento substancial para a expansão e a reprodução do domínio de organizações criminosas no contexto atual.

Parte-se da premissa que as relações sociais se realizam sempre em uma base espacial, a partir da proposta teórica de Milton Santos (1999), segundo a qual a materialidade do espaço, o sistema de objetos, é indissociável do seu sistema de ações, sendo elas o sentido social que lhe confere um conteúdo humano. No mesmo sentido, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2000) esclarece que o conceito de território está integrado ao conceito de espaço, uma vez que o território é essencialmente antecedido pelo espaço, o que demonstra, portanto, que ambos são conceitos indissociáveis. Assim, entende-se que o território é resultado das ações praticadas pelos grupos sociais no espaço, então ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ou o grupo social "territorializa" o espaço.

É por isso que, segundo Milton Santos (1985), o território passa a ser organizado no desenrolar da história, com a apropriação humana de um conjunto espacial natural pré-existente, formando as configurações econômicas, políticas e sociais. O autor explica que o território é o lugar onde a história do homem plenamente se concretiza a partir das manifestações de sua existência, ou seja, é onde desembocam todas as ações, paixões, forças, fraquezas e poderes dos homens.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 1999, p. 8).

Desse modo, a ocupação histórica de um espaço constitui a formação de um território por gerar raízes e identidade, tornando a compreensão do grupo social ali

residente conectada à noção do seu território de referência, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas está inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto, em seu sistema natural, sua paisagem e seu patrimônio arquitetônico (Souza, 1995).

Assim, o território se apoia no espaço, mas ele mesmo não é o espaço em si, é uma produção a partir da existência do espaço. Enquanto houver a presença do homem, do poder e das relações sociais, o território estará presente em todo o espaço social. Dito de outro modo, o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Podemos compreender, portanto, que a construção da categoria do território espelha as relações marcadas pelo poder. Por isso é imprescindível pensar ambos conjuntamente, numa ligação mútua onde o poder não pode ser visto separado de território e vice-versa (Souza, 2001).

Segundo o que estabelecem Ribas, Sposito e Saquet (2004, p.18), há três bases pelas quais também se pode analisar a categoria do território: i) jurídico-política, pela qual "o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal"; ii) cultural, a qual "prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e da identidade social do espaço"; e iii) econômica, a qual destaca a "desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho".

Ao relacionar a violência com o espaço, é possível então, associar a lógica de concentração espacial de homicídios com a categoria teórica do território. Ou seja, a territorialização da violência no espaço urbano pode ser compreendida na medida em que muitos crimes violentos contra a vida ocorrem pela dinâmica de disputas territoriais de poder, segundo a ordem política do crime organizado. Nesse sentido, as organizações criminosas operam e disputam entre si com base na dominação de territórios, cujos processos de apropriação podem ser associados aos problemas de ordem material (como a segregação socioespacial e o isolamento urbano, a precariedade das infraestruturas, a ausência de iluminação pública, a mobilidade urbana insuficiente), de ordem social (como o desemprego, a evasão escolar, a vulnerabilidade econômica) e de ordem cultural (como a estigmatização de territórios que promove o aprofundamento da segregação socioespacial).

Considera-se importante destacar que o novo modelo de funcionamento do crime consolidado pelas facções deve ser enquadrado no contexto do aumento das relações econômicas no plano nacional e internacional, o que, segundo Sposito (2011), gerou um movimento de ampliação e de maior articulação entre escalas espaciais. Em outras palavras, no contexto da globalização, com a promoção do sistema capitalista de produção, a vida econômica passou a acontecer em escalas progressivamente mais abrangentes, por meio de novos sistemas técnicos e de práticas políticas e sociais relacionadas aos interesses de uma hegemonia econômica. Esse processo de alargamento de fluxos e de mundialização da economia, segundo Sposito (2011), gerou reestruturações sistêmicas nas redes urbanas de cidades:

A ampliação dos espaços sob domínio do modo capitalista de produção, articulados em escala internacional, que nunca chega a ser completamente mundial, no sentido de incluir todos os espaços e todas as pessoas, enseja e exige a comparação entre realidades socioespaciais que, historicamente, distinguem-se e são, em suas essências, diferentes entre si, uma vez que resultam de processos diversos (Sposito, 2011, p.128).

Nesse contexto, a autora destaca que não há mais unidade espacial nas cidades, uma vez que as atuais dinâmicas de estruturação urbana apresentam tecidos urbanos crescentemente descontínuos. Ela explica que, ainda que os novos meios técnicos de transporte e comunicação propiciem as continuidades espaciais necessárias, as discontinuidades territoriais são definidas pelas formas.

Considerou-se relevante retratar o modelo de organização e de funcionamento das facções à luz dessa compreensão de Sposito (2011) sobre os atuais arranjos urbanos, pois as maneiras de praticar crimes estabelecidas por esses grupos realizam-se através de uma configuração em redes territoriais de poder. Ao reconhecer a cidade como unidade espacial, a autora aponta que ela deve ser avaliada como um espaço aberto, do ponto de vista das formas e dos fluxos, objetiva e subjetivamente, concreta e abstratamente. Sendo assim, o nível local e todos os níveis intermediários de constituição das redes urbanas são, crescentemente, determinados pelos interesses da escala global.

Isso significa que o fenômeno da violência ganha um maior nível de complexidade, pois a integração de práticas criminosas acontece por meio de uma rede muito mais ampla, que atua além da escala de bairro. As facções operam por meio de um modelo de governança das redes criminais, que é estabelecido pelo gerenciamento de diferentes níveis espaciais de funcionamento das atividades criminosas. Dessa forma, os compromissos, as responsabilidades e as competências dos membros das facções encontram-se organizados em escalas que ultrapassam as fronteiras locais, constituindo uma estrutura hierárquica entre autoridades e operadores do crime.

É por esse funcionamento em rede que quem integra uma facção em um bairro de um município como Sobral, por exemplo, representa esta mesma facção em qualquer lugar do país. Essa configuração estruturada em rede e em escalas de responsabilidades dificulta a atuação do poder público para enfrentamento do fenômeno, uma vez que ainda que se realize prisões estratégicas de lideranças, não se consegue reverter o modelo criado. É nesse sentido que Paiva (2019) se refere às facções não apenas como um fenômeno criminal, mas um fenômeno social.

Na prática, ao tempo em que as facções se fortalecem pela dominação de territórios segregados com altos índices de vulnerabilidade social, a lógica do poder constituída por elas ultrapassa os limites territoriais. Entende-se que a escala de influência e controle do crime organizado se alarga, uma vez que as facções integram diferentes territórios difundidos em todo o país.

4.3 Sobral: Territórios, Violência e Políticas Públicas

Como já foi contextualizado, no período entre os anos de 2014 e 2016, houve um movimento contínuo de chegada e consolidação das principais facções criminosas do país na região Nordeste e no estado do Ceará. Nesse mesmo período, em Sobral, o Residencial Nova Caiçara foi implantado na área que ainda constava oficialmente como bairro Terrenos Novos e estava sendo sistematicamente ocupado pelas pessoas que haviam adquirido as unidades habitacionais pelo PMCMV.

Então, no contexto local de Sobral, até a construção e efetiva ocupação do Nova Caiçara, as dinâmicas criminais que aconteciam no território de estudo

correspondiam às práticas de gangues e das redes de tráfico de drogas. O bairro Terreno Novos era rival do seu bairro vizinho, Vila União, o que já configurava um cenário de conflitos sociais na área.

Através dos relatos das pessoas que moram e trabalham no território de pesquisa, é possível perceber que o contexto atual de risco à violência faz parte de um processo histórico de complexas sequências de situações de conflitos, de disputas territoriais e de vulnerabilidade social na área.

O Caiçara chega antes das facções na cidade, então o Caiçara está se inserindo, está nesse processo de inserção na cidade, de divisão das políticas públicas e aí dois anos depois chegam as facções, no final de 2016. O Caiçara e o TN, que praticamente eram o mesmo bairro, passaram a ser dois, a facção faz essa divisão. A cidade e a política também tiveram que se adaptar a isso. Desde o atendimento do Centro de Saúde da Família, desde o atendimento da Assistência, da forma do atendimento descentralizado para o Caiçara, do próprio transporte não poder passar dentro do TN. Aconteceu do Transol, por exemplo, ser parado dentro do TN e o povo mandar quem era do Caiçara descer. E aí o TN e Vila passaram por dois processos, há um tempo atrás existiam só as gangues. Então entre o TN e Vila União tinha uma divisão territorial de ruas por causa das gangues. Eu lembro mais ou menos 7 ou 8 gangues que existiam na época. E eles iam se dividindo, dessa rua era uma, passava três ruas era outra gangue. Então muitos cruzamentos eram “faixa de gaza” pra você passar, era você subir uma rua e tá tendo conflito... na maioria das vezes nem existia revólver, era pedra e rojão. Isso foi muito vivenciado no TN e na Vila, esses conflitos (Raiana, Grupo Focal, 2023).

A partir da “passeata da paz”, o principal marco histórico da consolidação das facções em Sobral, a organização do crime na cidade ganhou novos arranjos sociais e territoriais, uma vez que a divisão do espaço pelas relações de poder exercidas pelas facções foi um processo contínuo de territorialização, que se deu através do recrutamento estratégico de pessoas e de negociações entre os antigos grupos criminosos.

Na verdade, quando as facções chegaram, já chegou dividido CV e PCC, porque o cara das áreas já tinha sido escolhido como pessoa de frente pra Sobral. Só que ainda não tinha uma divisão do espaço em que ele ia ficar como referência, mas ele ia ficar como referência aqui (Nova Caiçara) para o PCC (Leo, Grupo Focal, 2023).

Como foi dito por um dos participantes do Grupo Focal, em se tratando de facção “não há neutralidade”. Isso quer dizer que, com a inserção de grupos de tráfico e de antigos grupos que constituíam gangues nas redes criminosas das facções, não havia a opção de se abster de escolher um ou outro lado.

(...) no dia da paz teve pessoas que se negaram a ir, nem todo mundo foi. E essa negação gerou divisão, e aí ficou um bairro dividido em dois, porque teve gente que se negou. Pela peculiaridade do Caiçara na época, que tinha galeras de vários lugares da cidade, mas a maioria vinha da região do Sumaré. Então o que se decidiu no Sumaré, se decidiu pelo Caiçara (Raiana, Grupo Focal, 2023).

Podemos perceber que a territorialização das facções na cidade de Sobral foi um processo influenciado e determinado por relações sociais entre diferentes bairros da cidade, pré-existentes à chegada dessas organizações criminosas. No caso da relação entre o Nova Caiçara e o Terrenos Novos, ao longo dos primeiros anos de inserção do Residencial na cidade, já tinham sido vivenciadas situações de conflitos relacionadas à utilização de equipamentos urbanos no Terrenos Novos pelos moradores do conjunto habitacional.

Então, quando as facções chegaram, as populações do Nova Caiçara e do Terrenos Novos já viviam tensionamentos entre si, frente ao contexto de vulnerabilidade social de ambas as comunidades e diante da insuficiência de políticas públicas consistentes para garantir a integralidade de direitos e proteção social. Percebe-se que o contexto de disputa e rivalidade entre esses bairros foi se construindo com base em diversos elementos sociais, econômicos e culturais no decorrer do tempo, sendo consolidado com o domínio das diferentes facções que assumiram o controle das práticas locais nos dois bairros.

Identifica-se um contraponto interessante entre relatos coletados nas entrevistas sobre os fatores que favoreceram o apoderamento de uma das facções no Residencial Nova Caiçara. De um lado, o ponto de vista de uma representante da gestão municipal, que fundamenta a facilidade da organização criminosa se apropriar do bairro pela ausência de organização social da população do Nova Caiçara.

Sendo a principal diferença entre os dois bairros essa do nível de organização social, eu acho que a questão da dominação de uma facção entrar no Caiçara se tornava mais fácil por essa falta de estruturação dos próprios moradores, eles estavam se conhecendo ainda (Gizella Gomes, entrevista semiestruturada, 2023).

Por outra perspectiva, o relato de uma moradora do bairro Nova Caiçara, que chegou para habitar no residencial ainda em 2014, tendo vivenciado o processo de construção das relações sociais do bairro desde o início da sua ocupação, nos aponta o seguinte entendimento:

Foi muito rápido a tomada da facção no bairro - rapidamente a gente via as escritas nos muros, as pessoas falando... Foi muito fácil dominar o Caiçara porque não tinha uma política pública (Inês Costa, entrevista semiestruturada, 2023).

Como já foi explicado, quando inaugurado, o Nova Caiçara só contava com os blocos de apartamentos e a escassa estrutura urbana construída entre eles. As pessoas começaram a chegar para morar no residencial sem ter acesso digno aos serviços que garantem o efetivo direito à cidade. Portanto, com base no entendimento de que as facções se beneficiam das condições de vulnerabilidade social da população - o que fortalece as suas estratégias de recrutamento de novos membros - , o contexto de desamparo institucional e violação de direitos parece ter de fato favorecido o estabelecimento da facção no bairro.

O Caiçara, na linha do tempo, foi inaugurado em 2014 só com os apartamentos, sem nenhuma outra política pública, nem escola, nem posto de saúde, e tinha só uma praça. E aí a juventude ocupava essa praça. Aí depois de um assassinato que aconteceu nessa praça, a galera recuou e a praça ficava abandonada (Bruna, Grupo Focal, 2023).

A partir de 2017, o Residencial Nova Caiçara foi constituído como um novo bairro e, com o acirramento entre as duas facções criminosas que disputavam territórios em Sobral, a situação de conflito com o bairro Terrenos Novos se intensificou. As dinâmicas sociais dos bairros sofreram profundas transformações com a consolidação dessa rivalidade territorial entre as respectivas facções dominantes. Desse período em diante, as organizações criminosas impuseram limites de circulação territorial para toda a população, não somente para aquelas pessoas ligadas às facções. Isso acarretou um agravamento da conjuntura de violação de direitos, de limitação de acesso a serviços públicos e de isolamento socioespacial da população.

Diante dessa realidade, há de se considerar a negligência institucional do poder público, em suas diversas instâncias responsáveis, pois além de ter promovido a ocupação volumosa de um novo bairro com uma população extremamente vulnerável sem garantir a efetividade de serviços de proteção social, ainda não conseguiu intervir com inteligência policial qualificada o suficiente para conter o estabelecimento das facções nessas áreas.

(...) foi só jogar pessoas de vários espaços da cidade com várias vulnerabilidades diferentes no mesmo espaço, e sem equipamentos públicos. E dois anos depois, ainda não tendo acesso a esses equipamentos, chegaram as facções. E aí reduz mais ainda os espaços dessas pessoas. Porque teve pessoas do Caiçara, pivete que tava com problema odontológico que não conseguia acessar o CSF porque era de outro bairro. Tem muita gente lá no Caiçara que não pode circular no bairro onde nasceu porque existe esse conflito (Leo, Grupo Focal, 2023).

Nesse contexto, muitas pessoas passaram a não poder mais sequer visitar seus familiares porque moravam no bairro vizinho. O cenário de segregação socioespacial e de exclusão social no qual viviam os bairros foi reforçado pelo modo de funcionamento das facções, aprofundando o sofrimento histórico das populações que residem nessas áreas.

Teve vários desafios dentro da quebrada pra gente poder ter o mínimo de acesso, aliás o acesso à política pública ainda é difícil lá no Caiçara (Leo, Grupo Focal, 2023).

Nesse processo, muitas pessoas foram expulsas de ambos os bairros por manterem relações com pessoas de outro território. No caso do Nova Caiçara, como algumas pessoas que moravam nos apartamentos eram originárias do Terrenos Novos, em alguns casos, elas acabavam passando informações sobre os fluxos do tráfico de drogas e da facção. Isso tem provocado a expulsão de famílias inteiras do residencial, que saem ameaçadas de morte e sem poder levar seus pertences.

Teve gente que foi espirrada do Caiçara porque estavam conversando com o outro lado, porque passavam informações sobre como funcionava o fluxo de tráfico de drogas no território, a galera que tava como X9 na quebrada. Você saía de lá com uma mão na frente e outra atrás, porque a galera ficava com tudo seu. Se você tinha uma casa mobiliada, beleza, mas você escolhe: você sai ou você morre. E nessa onda teve gente que não tinha nada a ver com facção mas que foi espirrada porque simplesmente a filha se relacionava com um cara

que era sobrinho de um cara que era faccionado de outro bairro (Leo, Grupo Focal, 2023).

Então, em relação ao território de pesquisa, a situação de limitação de circulação territorial e de isolamento socioespacial é ainda mais problemática para quem reside no Nova Caiçara. Isso se dá em função do cenário geral das facções em Sobral, pois o grupo que domina o Residencial (PCC) ocupa apenas 3 bairros da cidade: Nova Caiçara, Sumaré e Dom Expedito. Esses bairros se configuram como três extremos geográficos da cidade, o que dificulta muito a circulação urbana dos seus moradores devido ao alto risco relacionado à dinâmica de dominação territorial das facções. É uma conjuntura que agrava ainda mais o cenário de violação do direito à cidade para essas pessoas, pois o uso e a acessibilidade aos espaços públicos ficam sujeitos à lógica do crime.

Além disso, a estrutura urbana do Nova Caiçara acaba tornando o bairro mais vulnerável a ataques externos de outras facções, uma vez que ele se configura por uma área muito aberta e ampla, cujo controle de acesso é difícil de ser mantido pelo poder do crime local. Apesar de outros bairros também vivenciarem contextos similares de disputas entre facções, o Residencial vivencia uma conjuntura particular e bastante grave, pois é alvo frequente de invasões violentas que provam homicídios de pessoas que, muitas vezes, nem são ligadas à facção.

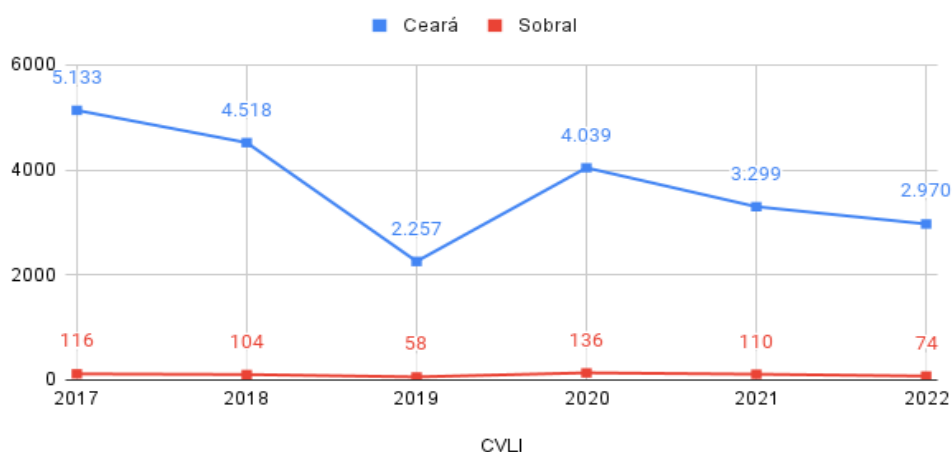
Esse cenário de instabilidade e alto risco à violência vivenciado pelo Nova Caiçara tem causado o esvaziamento dos blocos de apartamentos do bairro. Em muitos casos, a própria população decide abandonar suas unidades habitacionais em decorrência do medo e do trauma de situações violentas vivenciadas no local. Esse processo agrava o nível de vulnerabilidade dessa população, uma vez que muitas famílias não têm para onde ir e acabam indo morar em condições de extrema precariedade.

O Caiçara hoje tem muito apartamento vazio, próximo à Rua Bela Vista, que é a fronteira com o TN. Esses prédios que não tem mais nada tá tudo pichado de CV, que são as entradas - onde é mais fácil de invadir. Rolou muita invasão ali nesse espaço próximo à Bela Vista, a galera chegou até a colocar uns portões grandes na frente do bloco, mas isso acabava não funcionando. Teve um dia que os pivetes fizeram umas pessoas de refém dentro do prédio, e aí no outro dia o prédio ficou vazio, inteiro vazio. Fora as outras invasões que acontecem pelo açude, a galera do TN vai muito de canoa pra lá. Por

ser um bairro muito aberto, é muito fácil de transitar. Então geralmente quem ia invadir lá era os pivetes que já moraram no Caiçara, já conheciam as rotas de fuga, sabiam todo esse fluxo (Leo, Grupo Focal, 2023).

Para analisar os dados quantitativos da violência em Sobral, foi considerado o período de 2017 a 2022, já que o ano de 2017 corresponde ao início da intensificação das disputas entre as facções na cidade. Em todo o período, segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS), o município de Sobral registrou 598 casos de CVLI, o que representa 2,69% dos casos registrados no estado, conforme apresenta o Gráfico 01. Os dados de CVLI do período em destaque apontam que Sobral acompanhou a tendência do estado do Ceará em relação à redução do número de casos entre 2018 e 2019, voltando a apresentar um aumento significativo no ano seguinte, quando registrou o maior número de ocorrências do período em análise.

Gráfico 01 – CVLI ocorridos em Sobral e no Ceará (2017 a 2022).



Fonte: Elaborado pela autora, 2023. Dados: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do estado do Ceará (SSPDS).

Através dos relatos coletados nas entrevistas, na pesquisa de campo e na pesquisa documental, a alta de casos de CVLI em 2020 em Sobral é atribuída a dois principais fatores: primeiro à greve da Polícia Militar em fevereiro daquele ano, contexto conflituoso em que o senador Cid Gomes chegou a ser baleado numa tentativa de resolução da situação, e segundo à pandemia de Covid-19, quando muitas pessoas que estavam presas passaram a responder criminalmente em regime

aberto e muitas voltaram a cometer crimes, além do agravamento do contexto de vulnerabilidade social.

Pela análise dos dados de CVLI (2017 a 2022) de Sobral registrados pela SSPDS, em 86,8% das ocorrências a arma de fogo foi utilizada e a maioria dos casos se concentraram na sede urbana da cidade. Além disso, ao observar as informações de caracterização do perfil das vítimas de CVLI em Sobral no período mencionado, foi concluído que 92,9% eram do sexo masculino, 51,1% eram jovens entre 18 e 29 anos - sendo a faixa dos 18 aos 24 anos a mais vulnerável à violência letal, representando 33,9% do número total de vítimas do período. Além disso, 77% dos casos em que foi informada a escolaridade, as vítimas possuíam baixo nível de escolaridade, com até o Ensino Fundamental completo.

Em relação às informações de raça, entre 2017 e 2022, em 71,9% dos casos de CVLI em Sobral a raça não foi informada, o que aponta o alto percentual de subnotificação desse tipo de informação pelos órgãos da Segurança Pública. Porém, do total de casos em que a raça da vítima foi informada, 89,8% eram pretas ou pardas. Assim, podemos concluir que a população masculina, jovem, de baixa escolaridade e negra⁹ é a mais vulnerável às ocorrências de CVLI em Sobral, acompanhando as estatísticas nacionais, conforme aponta o Atlas da Violência (2020).

Com o intuito de analisar a ocorrência desse tipo de crime nos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara, de modo a compreender como a dinâmica de violência se comporta no território da pesquisa, foram utilizados alguns estudos diagnósticos realizados pela Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção à Violência (UGP-PV).

No âmbito do Observatório da Violência de Sobral, a UGP-PV desempenha um trabalho sistemático de compilação e análise das informações sobre violência a partir do cruzamento entre os dados da Segurança Pública (CVLI) e os dados de mortes violentas provenientes do SIM¹⁰. Através dessa perspectiva mais ampla, torna-se

⁹ O IBGE classifica a população negra como a soma dos pretos e pardos.

¹⁰ O Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) foi desenvolvido pelo Ministério da Saúde em 1975, é um produto da unificação de mais de quarenta modelos de instrumentos utilizados, ao longo dos anos, para coletar dados sobre mortalidade no Brasil. O SIM trabalha com variáveis que permitem, a partir da causa mortis atestada pelo médico, construir indicadores e processar análises epidemiológicas que contribuam para a eficiência da gestão em saúde.

possível alcançar uma compreensão mais fidedigna do cenário de violência urbana do município de Sobral. Além disso, a UGP-PV realiza as análises dos dados de violência com base numa abordagem territorializada, ou seja, visando a compreensão sobre a distribuição dos homicídios na cidade e os aspectos relacionados à concentração de mortes violentas nos territórios periféricos.

Desse modo, apesar da SSPDS não divulgar mais as informações de localização dos casos de CVLI, a equipe da UGP-PV consegue alcançar esse dado por meio das informações do SIM. Por isso, considerou-se fundamental para o presente trabalho utilizar os estudos realizados pela referida Unidade, conforme aponta o Quadro 05.

Quadro 05 - Número de CVLI em Sobral e nos bairros de estudo.

Área	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total	%
Sobral	116	104	58	136	110	74	378	100
Terrenos Novos	8	18	9	15	8	4	62	16,4
Nova Caiçara	5	5	4	12	12	6	44	11,6

Fonte: Elaborado pela autora, 2023. Dados: SSPDS e UGP-PV.

Entre os anos de 2017 e 2022, o quantitativo de homicídios ocorridos no território de estudo (106 em número absoluto) representa 28% do total de casos ocorridos em Sobral (378) no mesmo período, o que significa que o território de estudo concentra quase $\frac{1}{3}$ do total de homicídios do município. Em outras palavras, dos 35 bairros de Sobral, apenas 2 bairros, juntos, concentram quase $\frac{1}{3}$ do total de homicídios da cidade. Essa informação nos sinaliza o quanto os bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara se configuram como territórios de alto risco à violência e o quanto a violência letal vitimiza comunidades específicas na cidade de Sobral.

Segundo a UGP-PV, do total de homicídios ocorridos nos dois bairros da pesquisa em 2022, 89% foram de homens e 100% foram de pessoas negras. Isso demonstra que o perfil de vítimas de violência no território de estudo segue os mesmos padrões sociais de gênero e de raça das estatísticas municipais gerais. No entanto, se diferencia no que diz respeito à idade da maioria das vítimas de CVLI, pois as faixas etárias mais vulneráveis aos homicídios no território de estudo, em 2022, foram a

juventude entre 20-29 anos e as pessoas entre 30-39 anos, representando uma faixa de idade um pouco maior do que a referente ao município.

Segundo o relatório da UGP-PV de 2022, essa diferenciação no parâmetro de idade da maioria das vítimas no território da pesquisa pode indicar o impacto de algumas políticas públicas municipais implementadas nos anos de 2021 e 2022. Após a pandemia de Covid-19, a Prefeitura Municipal de Sobral fortaleceu medidas de prevenção à evasão escolar e, por meio de parceria com o Governo do Estado do Ceará, implementou o Projeto Virando o Jogo¹¹ nos bairros Terrenos Novos, Nova Caiçara e Vila União.

4.4 Sínteses e Discussões do Capítulo

Compreende-se, então, a atual faceta da violência urbana como um fenômeno social que está atrelado às transformações das práticas criminosas produzidas por um novo modelo de organização das condutas do crime, o qual ficou conhecido como facção. Ao observar a incidência espacial desse fenômeno nas cidades brasileiras, de maneira geral, podemos identificar padrões comuns entre os espaços urbanos mais vulneráveis aos conflitos violentos incitados por esses grupos. Dessa maneira, a violência urbana ganha contornos específicos em territórios particulares.

Com base na identificação dos padrões de desigualdade, segregação e precariedade desses territórios, aponta-se para a relação entre o modelo de urbanização implementado pela hegemonia econômica do sistema capitalista e o processo de territorialização da violência, uma vez que ele se ancora nas condições de vulnerabilidade agravadas pela segregação socioespacial. Ainda que os dois bairros de estudo apresentem similaridades estruturais no que diz respeito aos fatores urbanos e sociais preditores de violência, os impactos das atividades criminosas das facções se diferenciam em alguns parâmetros, conforme resume o Quadro 06.

¹¹ O Virando o Jogo é uma política pública criada em 2019 pelo Governo do Estado do Ceará voltada para adolescentes e jovens (15 a 19 anos) que não estudam e não trabalham. O Projeto oferece o benefício de bolsas mensais de até 300 reais, enquanto realiza ciclos formativos com atividades de cunho social e de qualificação profissional com cursos técnicos. Além disso, o Projeto desenvolve estratégias de promoção do retorno ao ambiente escolar.

Quadro 06 - Síntese dos aspectos divergentes relacionados à territorialização da violência nos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara.

Aspectos divergentes	Terrenos Novos	Nova Caiçara
<p>Nível de limitação de circulação territorial e de isolamento socioespacial na cidade</p>	<p>A facção que domina o bairro é a mais antiga no Ceará e tem o maior poder territorial na cidade de Sobral, ou seja, está no comando do crime na maior parte dos bairros que vivenciam esse contexto. Desse modo, a população que reside no Terrenos Novos possui restrições menores de acesso a outros territórios. Além disso, a rede viária do bairro é mais integrada ao tecido urbano de Sobral, permitindo um transitar mais fluido e espontâneo para outros bairros. De tal maneira, apesar de se constituir como um bairro segregado frente aos aspectos de sua formação, o Terrenos Novos está mais incorporado à cidade.</p>	<p>A facção que domina o Residencial Nova Caiçara está no comando de apenas mais dois bairros, que se localizam no outro extremo da cidade. Desse modo, a população que mora no Nova Caiçara está praticamente sitiada pela lógica do crime, uma vez que não pode se deslocar livremente pela cidade sem o risco de sofrer quaisquer retaliações simplesmente por morar nesse conjunto. Para algumas pessoas essa realidade é tão inflexível que há famílias que não podem sair sequer para buscar atendimento médico. A estrutura urbana rígida do Residencial favorece e reforça ainda mais essa conjuntura de isolamento e de baixa fluidez no tecido urbano, evidenciados pelos limites do dentro e do fora.</p>
<p>Nível de vulnerabilidade do território ao risco de invasões violentas</p>	<p>Como a morfologia urbana do bairro é mais densa, sendo suas ruas mais estreitas e suas casas mais próximas das vias, o deslocamento interno no bairro tem maior grau de controle. Por isso, no contexto dos conflitos entre as facções, invadir o Terrenos Novos se torna uma tarefa mais difícil.</p>	<p>Por ter uma morfologia esparsa, com ruas muito amplas e edifícios dispersos a grandes distâncias, o Residencial Nova Caiçara tem um nível mais alto de vulnerabilidade a sofrer invasões, pela menor capacidade de controle do acesso e do deslocamento dentro do bairro. Além disso, pelo atual estado de abandono de muitos prédios, principalmente nas imediações do Terrenos Novos, o bairro fica bastante vulnerável aos ataques violentos, que já têm acontecido com certa frequência.</p>
<p>Nível de estigmatização social</p>	<p>Por ser um bairro mais antigo e, novamente, mais bem integrado ao tecido urbano da cidade, o Terrenos Novos vivencia um nível mais baixo de estigmatização social relacionado à violência. Em relação a isso, acredita-se que o</p>	<p>Desde a sua implantação, quando a população chegou para habitar no território e foi direcionada a utilizar os serviços públicos de outros bairros, o Nova Caiçara foi sistematicamente estigmatizado e</p>

<p>sistema de usos mais variado do bairro também favorece um maior nível de aceitação da sociedade, uma vez que o território possui atividades de comércios e serviços.</p>	<p>a sua população sofreu graves consequências sociais dos rótulos impostos pela mídia local. Essa estigmatização social amplia e reproduz a negação do direito à cidade para os moradores do bairro.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Evidentemente, o surgimento desse novo tipo de sociabilidade violenta pode ser analisado por perspectivas multissetoriais, desde a ótica jurista e criminal até a compreensão ambiental. Nesse sentido, o presente trabalho visa reforçar a análise socioespacial do fenômeno, levantando os elementos teóricos e empíricos que apontam que a apropriação espacial exercida por tais grupos criminosos na cidade de Sobral se apoia no contexto de vulnerabilidade econômica, social e urbanística vivenciado pelos territórios de estudo. Em relação a isso, destacam-se a escassa rede de oportunidades de qualificação profissional e de empregabilidade para os jovens, a precariedade, insuficiência e ausência de serviços públicos, a inexistência ou fragilidade de equipamentos urbanos e a negligência institucional histórica associada à baixa inteligência preventiva do poder público.

Então tudo contribui pro conflito, desde o espaço, o ambiente, a forma que foi feita, a distribuição das políticas públicas, a ausência da política pública, tudo contribui pro conflito e pra amenizar o conflito eu mando o que? O braço armado, mais conflito, mais violência (Beto, 2023, Grupo Focal).

De tal maneira, em relação ao cenário de violência, identifica-se alguns aspectos comuns aos dois bairros da pesquisa, como a presença ativa de facção criminosa. Isso quer dizer que ambas as comunidades vivenciam uma conjuntura social local imposta pelo poder do crime, com alto nível de controle e ordem estabelecidos pelas pessoas que ocupam os lugares de comando nos territórios. Desse modo, a dinâmica social e urbana nesses espaços obedece a regulamentos instituídos por tais organizações, passando a imperar o poder do crime em função do desamparo institucional cometido pelo poder público.

A vida social, econômica, urbana e até familiar e afetiva da população, de maneira geral, passa a ser vigiada, controlada, restringida e, é claro, violentada pela dinâmica de poder exercida pelas facções. Isso se traduz em altos níveis de letalidade violenta das pessoas que residem nesses territórios, em comparação ao total da população da cidade. Diante disso, normalmente, os marcadores sociais que caracterizam a vitimização pela violência são os mesmos entre bairros distintos que apresentam os mesmos padrões de urbanização.

Percebe-se, então, que o processo de territorialização da violência urbana é favorecido e, ao mesmo tempo, reproduz a condição de violação do direito à cidade à qual as populações desses territórios historicamente sofreram em decorrência do modelo excludente de urbanização. Além de viverem em espaços segregados, sem facilidade de acesso aos serviços básicos de manutenção da vida, essas pessoas passam a ter uma limitação ainda maior de circulação e de uso dos serviços e dos espaços públicos, o que promove a retroalimentação de um ciclo de vulnerabilidades e violências. Diante desse panorama, se faz necessário abordar com maior profundidade, no próximo capítulo, os aspectos relacionados ao direito à cidade.

5 DIREITO À CIDADE: UM CONCEITO TANGÍVEL OU À DERIVA?

Apresentação do capítulo

Neste capítulo, abordaremos o conceito do direito à cidade e o contexto histórico e social da institucionalização desse direito no Brasil, apresentando os principais marcos na legislação brasileira. O capítulo analisa em que medida o direito à cidade, tendo amparo constitucional, de fato tem ganhado contornos práticos no cotidiano de territórios urbanos segregados.

No âmbito da cidade de Sobral, o capítulo aborda os aspectos gerais das duas administrações municipais enquadradas na pesquisa, referentes ao período de gestão do Veveu Arruda (2011-2016) e do Ivo Gomes (2017-2023). Nesse sentido, a política urbana municipal é retratada com base na construção de diferentes planos diretores de Sobral ao longo do referido período. A conjuntura social de acesso ao direito à cidade nos bairros de estudo é analisada a partir dos relatos sobre intervenções urbanas realizadas no território, de modo que os impactos delas nas dinâmicas sociais podem ser associadas ao processo de territorialização da violência.

5.1 O direito à Cidade no Brasil: Referencial Teórico e Marco Legal

O conceito do direito à cidade foi criado pelo sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre ainda na década de 1960, tendo se difundido por outras obras internacionais e nacionais ao longo dos últimos anos. Para Lefebvre (2008), o direito à cidade é uma utopia, uma ideia política a ser formada e conquistada através de lutas populares contra a lógica capitalista, cujos meios de produção mercantilizam o espaço urbano e o transformam em uma engrenagem do capital.

Segundo Souza (2010, p.318), o direito à cidade idealizado por Lefebvre se refere a um modo de vida diferente em uma sociedade estruturalmente distinta, onde a lógica de produção do espaço urbano esteja subordinada ao seu valor de uso e não ao seu valor de troca. Desse modo, a conquista efetiva do direito à cidade exigiria, necessariamente, o rompimento com o sistema capitalista de produção do espaço. Portanto, o direito à cidade seria o direito:

(...) à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais. (...) A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) (Lefebvre, 2008, p.139).

Nesse sentido, o direito à cidade tem um aspecto de luta pela apropriação do espaço pelos seus habitantes, na superação do modelo de cidade como lugar de acumulação de capital. Em relação a esse contexto, Harvey (2012) aborda a temática do direito à cidade a partir da reflexão sobre a formação de cidades com os avanços do capitalismo e dos processos de urbanização que são associados à concentração social e geográfica de produção do capital. No contexto do sistema neoliberal, a administração urbana deixa de ser provida pelo Estado, sendo alterada pela aplicação de mecanismos como a privatização dos serviços e dos equipamentos coletivos, o financiamento público em infraestrutura urbana para atrair capitais estrangeiros, estimulando um cenário de concorrência entre cidades em função de um empreendedorismo empresarial na gestão urbana (Harvey, 2001).

Nesse mesmo sentido, Ana Fani Carlos (2017, p. 34) se refere como “espaço-mercadoria” o espaço urbano subordinado à produção capitalista e à circulação de mercadoria, o que produz exclusão e segregação nas cidades, criando as condições socioespaciais para a violência urbana. A autora considera que as políticas públicas também são responsáveis pela reprodução da desigualdade social, em decorrência das necessidades de acumulação do capital. Assim, tanto David Harvey como Ana Fani Carlos apontam para as práticas individualistas da atual sociedade capitalista, como a defesa da propriedade privada e o controle do Estado pelo capital, que são a base do projeto neoliberal. Esse modelo está associado à flexibilização do trabalho, à privatização de serviços, à participação mínima do Estado e à diminuição dos direitos sociais.

Portanto, para ambos os autores mencionados, o direito à cidade corresponde a um direito coletivo de lutar pela transformação e pela reinvenção das cidades segundo os desejos e necessidades da classe de trabalhadores urbanos. Por esse ponto de vista, Luiz César Queiroz Ribeiro (apud Carlos, 2017, p. 50) aponta que o direito à cidade é “uma condição fundamental para a construção de uma sociedade menos desigual, baseada na ampliação da cidadania e cada vez mais democrática”.

O direito à cidade é referenciado por documentos produzidos em agendas internacionais, como a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (Fórum Social Mundial Policêntrico, 2006), a Carta-Agenda pelos Direitos Humanos nas Cidades (Cidades e Governos Locais Unidos, 2009), a Carta da Cidade do México pelo Direito à Cidade (2009), entre outros. Assim, compreende-se o direito à cidade como a luta da sociedade pelo acesso da população às políticas sociais responsáveis pela manutenção da vida, sendo o direito à habitação, à educação, à saúde, ao saneamento ambiental, ao transporte público, à alimentação adequada, ao trabalho, à renda suficiente para suprir as necessidades básicas de uma família, entre outros direitos sociais.

No Brasil, o direito à cidade ganhou reconhecimento legal e institucional em meio a um contexto paradoxal da realidade urbana, diante da conjuntura de negação de direitos vivida por grandes parcelas da população. O processo da rápida urbanização brasileira, associada à fragilidade, insuficiência e negligência históricas do planejamento e gestão urbana no país, reforçou desigualdades sociais e fundamentou a estrutura urbana das cidades em um panorama limitado de acesso aos recursos urbanos para a população mais pobre.

Ainda que o Brasil seja reconhecido como referência em legislação nacional de proteção do direito à cidade, a realidade enfrentada por parcelas volumosas da população nas cidades brasileiras é constituída por fatores como exclusão, segregação, informalidade, ilegalidade e desamparo institucional. É por isso que, segundo Rolnik (2016), existe um “déficit de cidade” no Brasil. A institucionalização do direito à cidade no Brasil teve origem com a ascensão da bandeira pela reforma urbana, termo cunhado pela primeira vez no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, realizado no Rio de Janeiro em 1963. Na época, algumas mobilizações sociais buscavam estabelecer uma nova linha política para o país, tendo sido nesse contexto que os problemas urbanos brasileiros foram inseridos como temáticas de discussões, com o propósito de diagnosticar e elaborar propostas para o enfrentamento deles. No entanto, as ideias de reforma urbana foram suprimidas pelo regime militar, após o golpe de 1964.

Anos mais tarde, em meados de 1970, os movimentos sociais urbanos voltaram a ter força retomando a questão urbana e reivindicando a função social da

propriedade, em meio ao contexto de desgaste do regime militar e do fortalecimento dos movimentos populares que visavam o restabelecimento da democracia no Brasil.

A mobilização pela reforma urbana provocou a constituição do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) em 1987, motivado pelos debates realizados na Assembleia Nacional Constituinte, agenda que pautava a redemocratização do país. Assim, desde sua criação, o MNRU apontava para a institucionalização do direito à cidade (ainda sem o uso desse termo), através da inserção de novas regras e regulamentos no arcabouço jurídico e legal para resolver as questões urbanas do país.

Assim, com a participação de várias entidades e movimentos organizados em torno do MNRU, foi redigida uma emenda popular, cujas propostas deram origem ao Capítulo II - da Política Urbana, composto pelos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988. Esses artigos se fundamentam na noção da função social da cidade e da propriedade, a partir do reconhecimento dos direitos de moradores das favelas e periferias urbanas em pertencer plenamente às cidades e do fomento à participação social nos processos decisórios sobre o planejamento e a gestão das cidades.

Tais dispositivos constitucionais da política urbana e as funções sociais da cidade descritas por eles foram posteriormente regulamentados através da Lei Federal nº 10.257 de 2001, chamada Estatuto da Cidade, que dispõe sobre o direito a cidades sustentáveis. Com essa lei, o direito à cidade ganha maior abrangência institucional e incorpora o direito à terra urbana, ao saneamento, à infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

O Estatuto da Cidade estabeleceu o Plano Diretor como principal instrumento urbano de efetivação do direito à cidade para todos os municípios com mais de 20 mil habitantes. Assim, os planos diretores são leis municipais que devem ser elaborados com a participação da sociedade e têm como objetivo orientar o crescimento e o desenvolvimento urbano dos municípios, de modo a garantir a melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, embora a realidade dos espaços urbanos brasileiros ainda seja profundamente desigual, constata-se os avanços conquistados no Brasil no início dos anos 2000, em relação ao reconhecimento e à legitimação do direito à cidade. Em 2003, no primeiro mandato do presidente Lula, foi criado o Ministério das Cidades

(MCidades) que passou a concentrar o financiamento e a execução de políticas públicas de infraestrutura urbana no Brasil.

Dentre alguns exemplos de avanços da política urbana brasileira, destaca-se dois grandes programas de financiamento que destinaram volumes expressivos de recursos para o investimento nas cidades: em 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contemplou projetos na área de infraestrutura social e urbana; e em 2009, foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com o objetivo de reduzir o déficit habitacional brasileiro.

No entanto, é importante reforçar que a institucionalização do direito à cidade através das leis e instrumentos mencionados não se refletiu em efetivas transformações urbanas necessárias para reverter os processos provocados pela urbanização capitalista no Brasil. A associação de políticas setoriais no Ministério das Cidades, por exemplo, não significou maiores níveis de integração de serviços sociais nos territórios.

5.2 Sobral: Política Pública Municipal e Direito à Cidade

É importante salientar que Sobral teve três planos diretores nos últimos 23 anos: o primeiro de 2000 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU); o segundo de 2008 (Plano Diretor Participativo - PDP), que passou a obedecer aos preceitos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade; e o terceiro, sendo a revisão do PDP de 2008 iniciada em 2020, o Plano Diretor de Sobral - PDS, que passou por audiência pública e foi aprovado na Câmara Municipal em novembro de 2023.

Diante dos aspectos apresentados a respeito da institucionalização do direito à cidade, consideramos fundamental elencar e refletir sobre os principais parâmetros urbanos de atuação da gestão municipal de Sobral frente ao contexto de segregação socioespacial em que se encontram os dois bairros de estudo. Para tanto, decidiu-se tomar como referência as duas últimas administrações municipais – a do Prefeito Veveu Arruda (2011-2016) e a do Prefeito Ivo Gomes (2017-2023) –, em razão da maior proximidade temporal com a consolidação do território formado com a construção do Nova Caiçara e com o período de transformações das práticas criminosas nos territórios de Sobral.

Ao assumir a gestão em 2011, o ex-prefeito Veveu Arruda dedicou esforços políticos de articulação para fomentar parcerias que pudessem viabilizar ações municipais voltadas para o atendimento do déficit habitacional de Sobral, que havia sido diagnosticado pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), cuja elaboração foi realizada ainda na gestão do seu antecessor, entre os anos de 2009 e 2010.

Naquele período, vigorava o Plano Diretor Participativo (PDP) do Município de Sobral de 2008, cujo perímetro urbano passou por sucessivas ampliações por meio de leis complementares dos anos 2010, 2012 e 2014. A expansão da cidade ocorrida a partir de 2000 foi contraditória com a demanda real da população, uma vez que a mancha de ocupação urbana não acompanhou o avanço do perímetro durante os referidos anos. Segundo o relatório de diagnóstico do atual plano diretor de Sobral, as consecutivas ampliações realizadas no perímetro urbano entre 2000 e 2014 representaram um aumento de quase 200% na área da zona urbana em 14 anos (Sobral, 2020).

Nesse contexto, de acordo com o que foi coletado pelas entrevistas e observando documentos oficiais, pode-se concluir que a política urbana e habitacional na gestão do ex-prefeito Veveu Arruda (2011-2016) tinha como foco central a valorização cultural e urbana do centro histórico de Sobral e, em segundo lugar, o atendimento à demanda habitacional existente na cidade.

Diante disso, vale ressaltar que apesar de ter representado um avanço significativo em relação ao cumprimento dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade, o PDP/2008 se tornou uma lei isolada no contexto de Sobral, pois não foram realizadas revisões das leis que regulamentavam as suas diretrizes. Desse modo, leis antigas do PDDU/2000 continuaram vigorando e não acompanharam as mudanças propostas pelo então novo plano diretor de 2008, tendo como consequência a produção de inúmeras emendas tanto por parte do poder executivo como do legislativo municipal (Sobral, 2020).

Esses remendos normativos prejudicaram muito a cidade, principalmente no que diz respeito ao zoneamento urbano, ocasionando no espraiamento exagerado com os sucessivos acréscimos de área no perímetro urbano, o que agravou a fragmentação da cidade, aumentou a quantidade de vazios urbanos e reforçou a

segregação socioespacial, quando as populações mais pobres continuaram sendo compelidas a ocupar áreas distantes das regiões nobres da cidade.

Enquanto isso, os esforços municipais voltados para a requalificação das praças e dos passeios do centro histórico, bem como da limpeza e padronização visual das suas fachadas, ganharam maior nível de prioridade na gestão, em função da intenção política de aumentar os investimentos privados em Sobral. Paralelamente a isso, o atendimento ao déficit habitacional por meio da realização do PMCMV se tornou uma marca dessa gestão pelo grande dimensionamento da produção nesse período.

Como gestora na época, a gente trabalhava muito com a demanda habitacional. (...) O foco da gestão estava tão forte no centro histórico, todas as praças do centro histórico foram requalificadas, a gente teve a reformulação de todo passeio do centro histórico, a limpeza da publicidade no centro histórico. Do ponto de vista urbano, a gente não tinha um plano específico. (...) Até porque o esgotamento sanitário já não era um problema. O que realmente a gente precisava focar era na questão social, então para o urbanismo o foco era mesmo a habitação (Gizella Gomes, 2023, entrevista semiestruturada).

Porém, é importante destacar que o atendimento do déficit habitacional nessa gestão teve um caráter contraditório, pois ainda que tenha realizado a oferta de grandes números de unidades residenciais e tenha promovido o reassentamento de famílias que viviam em áreas de risco ambiental, a produção habitacional de interesse social se deu na lógica do mercado e, ainda, promoveu e reforçou o contexto de segregação socioespacial. Então, como é comum nos residenciais do PMCMV na maioria das cidades brasileiras, para atender a demanda de moradia das populações de baixa renda, o poder público municipal procurou os terrenos periféricos e economicamente desvalorizados.

Não tem prefeito no mundo que diga não para 3.500 habitações, não tem! Em uma cidade com déficit! Então, quando eu penso em um contexto de gestão - inclusive desde a implantação do Caiçara - eu digo que era muito tentador para o prefeito. Na verdade, veio errado de cima, já por uma decisão do governo federal. (...) Existia a necessidade de reposição de estoque, mas o problema mesmo eram as melhorias habitacionais. (...) E eles assumiram essa responsabilidade da habitação só com reposição de estoque. E as consequências foi tudo o que a gente viu né... o aumento do valor da terra urbana, mais segregação porque as habitações sociais eram produzidas longe dos centros, ampliação dos perímetros urbanos das cidades para conseguir mais terra barata para construir mais. Mas é

muito tentador para uma cidade como Sobral não aceitar, mesmo que tenha sido um problema, mesmo que várias pessoas no começo já identificavam que seria muito problemático. Inclusive o Campelo falou que eles tentaram pegar o Caiçara e colocar em vários lugares da cidade, mas não podia, tinha uma série de regras que não dava pra fazer essa disseminação, tinha que ser naquele lugar, daquela forma (Úrsula Nóbrega, 2023, entrevista semiestruturada).

Na sequência, logo que assumiu a gestão municipal em 2017, o Prefeito Ivo Gomes aprovou a iniciativa da Secretária Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente em propor a redução do perímetro urbano, que foi aprovada ainda no primeiro ano da nova administração. O atual perímetro urbano dialoga com as diretrizes do Estatuto da Cidade e considera as tendências atuais de urbanização, se baseia na otimização das infraestruturas existentes e na ocupação das áreas vazias com infraestruturas para privilegiar o adensamento populacional nas proximidades dos serviços e para estimular um maior equilíbrio ambiental na cidade.

A atual administração fez uma coisa muito correta que foi a limitação do perímetro urbano. Não se pode brincar com o poder do capital. O capital imobiliário só tem um desejo: reproduzir-se o tempo todo. E se reproduzir com o apoio do poder público para manter a mesma apropriação da mais-valia urbana. Então quando a administração pública diminui a influência do capital imobiliário, reduzindo o espaço do mercado, eu acredito que a administração está no caminho certo. Primeiro vamos resolver os problemas e expandir depois. A consequência imediata dessa decisão da gestão foi não ter mais loteamento fora do limite urbano em Sobral (Edilson Aragão, 2023, entrevista semiestruturada).

A atual administração municipal de Sobral, que foi iniciada em 2017, tem um perfil de gestão progressista e democrático, e tem demonstrado dedicar esforços em busca da equidade social na cidade, ainda que a conjuntura socioeconômica capitalista seja em si própria um grande desafio para isso. Em 2018, por meio de parceria com o Governo do Estado do Ceará, no âmbito do Pacto por um Ceará Pacífico, a Prefeitura Municipal de Sobral tomou a prevenção à violência como uma prioridade da gestão. Essa agenda intersetorial em Sobral foi construída com base no protagonismo municipal exercido pelo próprio Prefeito Ivo Gomes, o qual implementou medidas de proteção social para a população mais vulnerável à violência.

Diante de um cenário geral no qual a violência era vista como problema exclusivo relacionado à polícia e, portanto, uma responsabilidade apenas do poder

executivo estadual, a Prefeitura de Sobral dedicou atenção para as políticas públicas municipais visando o atendimento de vulnerabilidades sociais associadas à violência na cidade. É importante ressaltar que a atual gestão tem alcançado avanços significativos no sentido da priorização dos territórios periféricos, no que diz respeito à ampliação das infraestruturas urbanas. Por uma decisão do Prefeito Ivo Gomes, os bairros populares têm recebido investimentos em saneamento básico, pavimentação viária, iluminação pública, arborização e criação de linhas de ônibus, como até então não tinham recebido.

Outro marco importante da atual gestão municipal no que diz respeito à atuação frente ao direito à cidade, foi o processo de revisão do Plano Diretor. A área de estudo, composta pelos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara, foi novamente reconhecida como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), representando uma oportunidade fundamental para o território ser fortalecido juntamente à sua população. Essa caracterização como ZEIS garante a priorização do tratamento da área frente a viabilização de ações de urbanização, regularização fundiária e habitação, implantação de equipamentos urbanos de interesse social e promoção de melhorias das condições para a permanência da população local.

5.3 Sobral: Políticas Públicas de Intervenção Urbana em Territórios de Violência

Apesar de terem suas particularidades históricas, os processos de formação e as respectivas transformações socioespaciais vivenciadas nos dois bairros de estudo estão intimamente relacionadas entre si. Ao longo da história de produção do Terrenos Novos e do Nova Caiçara, alguns processos decorrentes da intervenção do poder público marcaram e transformaram as dinâmicas sociais dos bairros com maior intensidade e, assim, possuem grande expressividade em relação à situação de segregação socioespacial, ao processo de territorialização da violência e ao quadro de negação do direito à cidade.

Vale ressaltar que este trabalho não objetivou realizar avaliações das políticas públicas incidentes nos bairros de estudo, mas apresentar como o poder público tem atuado historicamente nos referidos territórios. Assim, a exposição das intervenções realizadas ao longo dos últimos anos visa constatar alguns processos que as comunidades vivenciaram, e como eles transformaram suas dinâmicas, na medida em

que o poder público ainda não tem conseguido resolver as problemáticas apresentadas, mas continua atuando e intervindo de alguma forma.

Assim, de acordo com os relatos das entrevistas e com o Grupo Focal realizado, os casos que mais impactaram na vivência dos bairros foram os seguintes:

- ***Construção do Centro Socioeducativo Dr. Zequinha Parente (2014)***

Em 2014, foi construído o Centro Socioeducativo Dr. Zequinha Parente no bairro Terrenos Novos, que é a unidade de internação de adolescentes do sexo masculino, autores de atos infracionais, para o cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado. Esse equipamento é vinculado à Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) e possui quase 4.000 metros quadrados de área construída, tendo a capacidade de atender até 40 adolescentes e jovens (12 a 21 anos) para o cumprimento de medidas ressocializadoras.

A chegada desse equipamento marcou fortemente a história do bairro porque ele foi construído no terreno onde, anteriormente, se localizava um espaço que era utilizado pela comunidade para lazer, popularmente conhecido como Galpão. Segundo os relatos, era uma estrutura similar a uma quadra, porém com o chão de areia, que estava abandonado há muitos anos.

Tendo em vista a ausência histórica de espaços e equipamentos públicos para lazer no bairro, esse espaço do Galpão foi apropriado pela comunidade ao longo dos anos para a realização de encontros, de atividades esportivas como capoeira e jogos de futebol e funcionava como um local de apoio e divertimento para a população. Porém, em 2014, sem nenhum diálogo por parte do poder público, o Galpão foi demolido para a construção do Centro Socioeducativo Dr. Zequinha Parente. Para a comunidade, isso demonstrou a indiferença dos agentes públicos em relação às necessidades das pessoas em ter espaços de lazer e em relação à história daquele bairro, vivenciada e construída pelos seus moradores.

Muitos jovens moradores do Terrenos Novos se reportam a esse acontecimento, por meio de suas poesias, músicas e rimas, lamentando que a única área de lazer existente até aquele momento tenha sido substituída por uma "cadeia" para adolescentes. Para a maioria dos jovens, isso demonstrou, subjetivamente, o destino esperado para os adolescentes do bairro, já que o investimento do Governo

do Estado foi direcionado para a construção desse equipamento, em detrimento da tamanha ausência de espaços de lazer.

Lá no TN, por ser um bairro muito denso, a gente tem algumas particularidades. Por exemplo, a gente tem um morro e a galera do morro não se vincula em outros lugares do próprio bairro. Então eu acho que por não ter um equipamento de lazer, isso acaba limitando alguns processos da comunidade e nisso o crime organizado se aproveita. Porque o crime tem aquele jovem ali direto, já é uma facilidade de chegar no jovem, por não ter espaço de lazer o jovem fica ocioso e nessas decisões, que nós que é de comunidade precisa tomar às vezes, o crime organizado se aproveita dessas situações. Como um bairro tão populoso como o TN, eu acredito que se relaciona também com uma coisa, por exemplo, eu não sei se é de propósito ou se isso acontece historicamente por conta do destino, mas antigamente no TN o único equipamento de lazer que tinha era um local chamado Galpão, era o espaço de lazer que tinha, era um lugar extraoficial. Depois o núcleo de menor foi construído nesse local de lazer, onde era o único local de lazer foi construída uma cadeia. Isso é bem simbólico, porque destruíram o único local de lazer e construíram uma prisão para adolescentes, no bairro mais populoso de jovens e adolescentes de Sobral (Moisés, 2023, Grupo Focal).

Nesse caso, percebe-se com nitidez a violência simbólica cometida pelo poder público com a população do bairro Terrenos Novos. Ressalta-se que os moradores já viviam em condições de violação de direitos, visto a ausência de muitos equipamentos, dentre eles aqueles voltados para lazer. Considerando as necessidades de espaços de realização da vida social do bairro, a comunidade passou a exercer, na prática, o direito à cidade, se mobilizando e utilizando informalmente um espaço abandonado, conferindo à terra urbana uma função social e coletiva. Contudo, o poder público intervém em um dos poucos espaços que gerava sentimento de pertencimento para a comunidade, por meio de um processo autoritário e tecnocrático, sem construir meios de diálogo e sem considerar as demandas e as memórias da população.

É importante ressaltar que esse tipo de intervenção do poder público expressa o tipo de violência institucional que reproduz as vulnerabilidades sociais de territórios que já são, em sua gênese, vulneráveis. Assim, a segregação socioespacial é reforçada, o direito à cidade da população é mais uma vez violado e o território passa a ser ainda mais vulnerável à apropriação do crime.

- ***Requalificação da lagoa e construção do parque José Euclides***

Em 2013, em meio ao levantamento das famílias que seriam priorizadas para serem beneficiadas com as unidades habitacionais do Residencial Nova Caiçara, a Prefeitura Municipal de Sobral reconheceu a situação degradante e o alto nível de risco da ocupação da área no entorno da Lagoa José Euclides, no bairro Terrenos Novos. Era uma área ocupada por famílias de baixa renda, que não tinha infraestrutura de esgotamento sanitário adequada, ou seja, além da situação de vulnerabilidade a alagamentos, a população vivenciava um contexto crítico de poluição ambiental.

Dessa forma, a Prefeitura de Sobral conseguiu o recurso necessário junto ao Governo do Estado do Ceará para a realização de um projeto para promover a recuperação ambiental da área da Lagoa e proporcionar as melhorias do espaço público para a população. Para tanto, foi necessário fazer o reassentamento das famílias que moravam em maior situação de risco e vulnerabilidade ambiental no local.

Na época que a gente tava fazendo o levantamento das famílias para a migração para o Nova Caiçara, surgiu uma demanda específica que era a lagoa dos Terrenos Novos, que era um projeto, a gente tinha conseguido recurso, o projeto já tava pronto. E aí uma das missões que a gente teve na Secretaria na época, foi fazer o levantamento daquelas famílias. Foi um trabalho muito difícil. E naquele momento, quando a gente ia conversar com as famílias, a gente dava duas opções pra elas: se elas tivessem o perfil, a gente ia dar uma casa pra elas - porque todas elas estavam na área de preservação da lagoa, então ali elas não podiam ficar - só que algumas casas eram muito grandes, já estruturadas, mas elas iam ter que sair. Então a gente deu a opção de uma casa para cada núcleo familiar - porque às vezes tinham 3 ou 4 famílias na mesma casa - e a opção da indenização. E a gente sempre tentava induzir as pessoas a escolherem pela casa, pelo benefício que a gente ia dar pras pessoas. Se elas recebessem o dinheiro, não necessariamente elas conseguiriam adquirir uma casa. (Gizella Gomes, 2023, entrevista semiestruturada).

Segundo os relatos coletados, pelo menos 50% das famílias que ocupavam o entorno da Lagoa foram reassentadas no Residencial Nova Caiçara. A equipe técnica do setor de Habitação da Prefeitura de Sobral teve a iniciativa de alocar essas famílias nos blocos residenciais mais próximos ao bairro Terrenos Novos, de modo que elas pudessem continuar convivendo próximo ao seu território de origem. Porém, ainda que tenha havido algumas tentativas por parte do poder público de mitigar possíveis danos sociais com o processo de reassentamento dessas pessoas, como a iniciativa

de alocação de famílias em blocos comuns, muitas foram as consequências vivenciadas por essas pessoas em função da realização desse projeto.

A urbanização da lagoa foi um processo muito doloroso pro território. Isso impactou e impacta na vida de muitas pessoas até hoje. Pela forma como foi colocada, mexeu na dinâmica, na história daquelas pessoas, na memória daquelas pessoas. E às vezes a gente acha que porque as pessoas moram numa casa de taipa, eu vou dar um apartamento pra ela e ela vai viver melhor. Não vai, porque ela teve uma história toda naquele lugar, então morar numa casa de taipa às vezes não é miséria em si (Raiana, 2023, Grupo Focal).

A Prefeitura de Sobral apresentou o projeto de requalificação da Lagoa para a população do Terrenos Novos em meio à agenda municipal do Orçamento Participativo, em 2013. A apresentação do projeto foi feita pelo arquiteto Campelo Costa, que estava prestando serviço especializado para a gestão municipal nos projetos de maior porte.

Até então muito massa o projeto. Quando se falou que seria necessário demolir tais casas ao redor, gerou-se na comunidade aquele burburinho que iam tirar pessoas dali. Isso gerou um caos. O prefeito na época era o Veveu, ele precisou criar uma agenda de urgência na Associação, porque gerou-se o caos no bairro por conta disso (Raiana, 2023, Grupo Focal).

Por meio do engajamento das lideranças comunitárias da Associação dos moradores do Terrenos Novos Benedito Tonho, a população conseguiu pressionar os gestores municipais para a realização de escuta das pessoas sobre os aspectos do projeto proposto. Nesse momento de escuta da comunidade, a Prefeitura de Sobral se comprometeu em diminuir o número de casas que precisariam ser removidas para a realização da obra de requalificação e recuperação ambiental da lagoa.

Ainda que tenha conseguido estabelecer um diálogo com a comunidade em um primeiro momento, a Prefeitura de Sobral começou a intervir no local por meio de visitas de assistentes sociais que chegaram nas casas das pessoas apenas informando que elas deveriam sair. Segundo os relatos de moradores, não houve uma reunião para comunicar o início do projeto e a abordagem das assistentes sociais foi invasiva e rigorosa quanto às condições que as famílias tinham para desocupar suas casas.

O que se compreende em relação a esse processo é que a Prefeitura de Sobral não ofereceu outra opção para as famílias além da baixa indenização, como o valor mencionado de R\$ 8.500 por casa, ou a mudança para um apartamento no Residencial Nova Caiçara, que simbolizava uma profunda transformação na maneira de viver dessas pessoas. Então, o processo de saída das famílias foi bastante conturbado, uma vez que as obras começaram antes mesmo de todas as pessoas aceitarem sair daquela área, o que se considera uma medida violenta de forçar a retirada das casas. Nesse processo, algumas casas chegaram a ficar ilhadas em meio ao canteiro de obras da Prefeitura, tornando a continuação das famílias naquele lugar insustentável.

Essa urbanização da lagoa é uma coisa que mexe muito comigo quando eu falo sobre, porque de fato a gente vivenciou muito. Algumas pessoas deram certo, tem pessoas que se adaptaram, tem pessoas que receberam a indenização do apartamento, entraram com comércio e estão bem, mas outras pessoas não se adaptaram a isso. Então é muito difícil quando a política pública chega achando que sabe o que é melhor pras pessoas, e desce goela abaixo e mexe com a dinâmica, e não respeita a história e a memória desse bairro (Raiana, 2023, Grupo Focal).

É importante ressaltar que o processo de remoção das famílias se deu entre os anos de 2013 e 2014, mas apenas em 2018 o Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura de Sobral assinaram a ordem de serviço para dar início à urbanização da área. Até então, a obra iniciada era voltada para a demolição das casas existentes no local. Além disso, apenas no final de 2022 foi realizada a inauguração do Parque que, paradoxalmente, ainda estava com as infraestruturas inacabadas.

A intervenção na área da lagoa compreendeu os serviços de drenagem, terraplanagem e limpeza da lagoa, construção de equipamentos urbanísticos, instalação de infraestruturas sanitárias e elétricas e pavimentação das vias do entorno para criação do Parque José Euclides. A obra teve o objetivo de promover a recuperação ambiental da área e melhorar as condições de vida da população do bairro, ainda que estes tenham sido alcançados através de um processo conflituoso e paradoxal.

Então nessa desocupação da lagoa, pegaram pessoas que tinham uma vida inteira ali, que já eram idosas, inseriram num território que não fazia sentido pra essas pessoas. Eu acompanhei de perto o sofrimento das pessoas. De pessoas que foram pra lá e venderam seu

apartamento por dois mil reais por questão de conflitos territoriais e hoje estão morando, por exemplo, numa tapera feita toda de palha, vivendo em condições de sobreviver um dia por vez. E isso é um reflexo da forma como essas pessoas foram tiradas da sua casa, colocada num espaço que ela não se identificava, e ela ter vivenciado conflito territorial lá e por medo dessa violência, ela se desesperou e vendeu um apartamento que foi uma indenização, que tinha um valor de 120 mil, mas ela não ia recuperar esses 120 mil, não existe esse valor pra vender, os apartamentos do Caiçara todo mundo sabe que são vendidos por 2.500, 2.000, a galera troca até numa moto (Raiana, 2023, Grupo Focal).

O que se pode perceber é uma conjunção de fatores que culminaram em processos sociais que afetaram a dinâmica do bairro. Historicamente aquela população que morava no entorno da lagoa foi excluída do processo formal de produção do espaço urbano de Sobral, o que causou a necessidade de ocupação ilegal e irregular da área. Na perspectiva histórica, isso demonstra o duplo descaso estrutural do poder público: primeiro quanto ao direito à cidade e à moradia digna para a população de baixa renda e, segundo, quanto à preservação dos recursos ambientais da cidade. Ao mesmo tempo, esse processo também aponta para a ação da própria sociedade civil como agente produtor do espaço urbano.

O poder público aceita que a população polua, degrade o ambiente, e ainda aceita as condições de vida subumanas. Então há dupla violência nesse processo. Então esse é um segmento social que faz a cidade, que faz os territórios (Edilson Aragão, 2023, entrevista semiestruturada).

Por outro lado, quando a gestão municipal decide agir em prol da recuperação ambiental da área e da qualificação da moradia para a população, ela o faz sob uma lógica massificada, pouquíssimo singularizada em favor das subjetividades, das memórias do território formado e das histórias e individualidades das pessoas. Isso acarreta maior distanciamento e estranhamento entre a implementação das políticas públicas de formação do espaço e a realidade vivenciada nos territórios.

A ocupação das unidades habitacionais do Nova Caiçara se deu entre os anos de 2014 e 2016, coincidindo com o "surgimento" das facções em Sobral, que aconteceu ao final do ano de 2016. Esses dois processos estão estreitamente intrincados com os processos decorrentes da desocupação das famílias que moravam no entorno da lagoa José Euclides. Assim, o território vai sendo moldado pelas

complexas relações estabelecidas ao longo do tempo e pela composição diversa de forças atuantes nas suas transformações físicas e sociais.

- ***Militarização da Escola Jarbas Passarinho***

No ano de 2020, um processo de mudança no modelo pedagógico da então escola estadual de ensino médio Jarbas Passarinho marcou a história do bairro Terrenos Novos e provavelmente alterou a trajetória de muitos jovens. Por meio da publicação do Diário Oficial no dia 10 de janeiro de 2020, a Polícia Militar do Ceará (PMCE) se tornou responsável pela administração da então escola estadual, com a criação do 4º Colégio da Polícia Militar Ministro Jarbas Passarinho (4ºCPM-MJP).

O modelo de funcionamento e a proposta pedagógica da escola seguiu os padrões disciplinares das escolas estaduais militares já existentes. Esse novo formato de gestão e ensino escolar limitou a democratização do acesso à educação para os adolescentes e jovens do bairro, afinal de contas a escola conta com um rígido processo seletivo.

Esse acontecimento foi bastante comentado na realização do Grupo Focal desta pesquisa, considerado um símbolo da negação de direitos básicos para a juventude, uma vez que o bairro não possui nenhuma outra escola regular de ensino médio. Ou seja, a militarização do ensino da Escola Jarbas Passarinho resultou na evasão escolar de muitos adolescentes e jovens, que ficaram sem alternativas possíveis para darem seguimento aos estudos. Tal fato demonstra o quanto o direito à cidade, nesse caso sendo representado pelo acesso à educação, impacta nas dinâmicas que favorecem o agravamento da violência urbana.

E também aconteceu isso recentemente com o Jarbas né. Que era uma escola de ensino médio e foi transformada em escola militar e assim a evasão escolar explodiu altamente. E agora essa escola não acessa os jovens do TN. É um modelo que não contempla a maioria dos moradores do bairro, e os outros espaços (escolas de outros bairros) também não contemplam porque o jovem vai ter que sair do bairro e aí não tem dinheiro pro transporte e a evasão a gente sabe que é um reflexo dessa violência. Quanto mais a juventude tiver pouco espaço de lazer, tiver o mínimo de incentivo de praticar alguma arte, algum esporte, estudo, alguma coisa, o crime organizado vai chegar na galera, porque a galera sempre vai estar lá, e eles estão lá também (Moisés, 2023, Grupo Focal).

A juventude precisa de acesso à cultura e à educação... A gente tava falando do Jarbas, onde estão os jovens que estudavam no Jarbas hoje?! Estão fora da escola. Para que lugar esses jovens vão se existe

um conflito territorial? Se existem os casos de às vezes a escola não querer receber por causa do perfil do jovem? Então como que eu não tô ajudando pro crime organizado ter acesso a essa juventude? Porque é o que ele tem de referência, não tem outra coisa, é muito desafiador. Só uma escola de ensino médio no território já seria de grande ganho inicialmente. A gente pode olhar também que a gente tá regredindo, né... porque existia uma escola pública e ela foi tirada pro ensino médio, e é como se a gente tivesse voltado umas casas e aí a gente continua sem esse espaço pra juventude enquanto política pública (Raiana, 2023, Grupo Focal).

Então, algumas ações de agentes públicos são vetores de transformações e de aprofundamentos nas dinâmicas conflituosas do território. Um conjunto de fatores se sobrepõem e impactam no desenvolvimento social de uma população com alto nível de vulnerabilidade, como ocorreu no caso desse processo de militarização da única escola de ensino médio que existia no bairro Terrenos Novos. Então, o estado de negação do direito à cidade continuou prevalecendo e limitando a população em usufruir de direitos básicos, tornando o campo social cada vez mais vulnerável à territorialização da violência.

- ***Espaços Criativos: intervenções urbanas para prevenção à violência***

No âmbito das articulações do Pacto por um Ceará Pacífico, por meio da parceria entre a Prefeitura Municipal de Sobral e o Governo do Estado do Ceará, em 2018, foram realizados projetos de intervenção urbana nas áreas mais degradadas dos bairros que tinham os maiores índices de violência naquele período. Essas intervenções foram denominadas como Espaços Criativos pela gestão municipal, em prol do objetivo de ressignificar os usos e a imagem associados à violência naqueles espaços. A realização dessas intervenções foi inspirada nos princípios do Urbanismo Social, baseada na experiência de Medellín voltada para o fortalecimento da agenda urbana para a prevenção à violência em territórios vulneráveis.

Os projetos priorizaram os lotes subutilizados e/ou abandonados nos bairros Vila União, José Euclides (Terrenos Novos), Sumaré, Dom José e Padre Palhano. Essas intervenções objetivaram a requalificação urbana desses espaços, de modo a oferecer mais qualidade de vida urbana para a população e a integrar a política de prevenção à violência nos referidos bairros. Os Espaços Criativos foram classificados em quatro tipos diferentes: Jardim, Infância, Alameda e Movimento. Cada uma dessas categorias conceituais remete ao tipo de uso definido para os respectivos espaços

públicos. A criação dos Espaços Criativos contemplou a instalação de mobiliários urbanos, a requalificação das áreas verdes, a pavimentação dos espaços públicos, a instalação de iluminação pública e a estruturação de equipamentos de lazer e de atividades físicas ao ar livre.

Ainda que tenha significado um expressivo aporte de recursos públicos para a requalificação urbana de espaços públicos no Terrenos Novos, a criação dos Espaços Criativos nesse bairro ainda não foi suficiente para atender integralmente as necessidades de estruturação urbana do território. Além disso, o que se percebeu ao longo do processo de pós-ocupação dessas áreas, é que algumas delas foram mais apropriadas pela comunidade do que outras, resultando em diferentes níveis de utilização, cuidado e conservação dos espaços.

- ***Implantação da Base policial no Nova Caiçara***

No dia 2 de janeiro do ano de 2018, após a ocorrência de um homicídio no bairro Terrenos Novos, cuja repercussão na comunidade sinalizava grande probabilidade de haver retaliações no Nova Caiçara, a Polícia Militar implantou uma base móvel da Unidade Integrada de Segurança (UNISEG) no residencial. Esse equipamento de segurança pública já estava previsto para ser implantado no referido território, porém ele foi antecipadamente instaurado em função do acontecimento dessa morte violenta que causou grande impacto em ambas as comunidades do Terrenos Novos e do Nova Caiçara, além de ter sido muito explorada pela mídia local. Dessa forma, no intuito de dar uma rápida resposta para a sociedade, a Polícia Militar, por meio do comando local de Sobral, acelerou o processo de implantação da base no Nova Caiçara para impedir que houvesse novas ocorrências como consequência daquela.

Esse fato marcou a história de formação do bairro, pois foi o primeiro equipamento público implantado no Residencial. Quando foi instalada a base da Polícia Militar no local, o bairro ainda não tinha escola, nem posto de saúde, nem centro de referência de assistência social, existia apenas a estrutura do conjunto com os blocos habitacionais, os centros de convivência e a praça central. Tal fato demonstra a relação processual entre a situação de segregação socioespacial, a negação histórica do direito à cidade para uma população com alto nível de vulnerabilidade social e a territorialização da violência. Então, quando o poder público

promove a ocupação volumosa de um bairro sem os serviços que garantem a manutenção da vida para uma população de baixa renda, há uma violência institucional e um reforço da desigualdade social pelas políticas públicas.

Além disso, esse caso representa o quanto a presença do Estado nesses territórios está atrelada quase exclusivamente às formas de controle ostensivo da força policial, de modo que o bem-estar da população parece ter menor valor frente aos riscos que os moradores supostamente provocam à segurança da cidade. Há de se considerar que, sendo o primeiro equipamento público instalado no Nova Caiçara uma base policial, isso reforçou a estigmatização social vivenciada por esse bairro.

5.4 Sínteses e Discussões do Capítulo

Sabemos que o contexto de segregação socioespacial priva a população de acessar direitos previstos na legislação brasileira. O direito à cidade é assumido formalmente como universal, mas a realidade urbana de territórios vulneráveis à violência, como os bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara, representa a violação histórica desse direito a uma parcela volumosa da população. A negação do direito à cidade, pensado como direito de cidadania, implica a negação de todos os demais direitos (Maricato, 2014).

O reconhecimento legal e institucional do direito à cidade no Brasil contrasta com esse severo contexto de negação de direitos sofrido pelas populações de baixa renda que ocupam territórios segregados. Nesse sentido, segundo Cafrune (2016), a institucionalização da participação social nas políticas urbanas, legitimada no Estatuto da Cidade, não foi suficiente para promover efetivas transformações nos processos dominantes de urbanização e de produção da segregação socioespacial.

Na verdade, a instituição de mecanismos e instrumentos legais de direito à cidade, muitas vezes, até contribuiu para camuflar políticas excludentes e tecnocráticas com o uso de linguagens inclusivas. O caso apresentado do projeto de requalificação da Lagoa José Euclides, no bairro Terrenos Novos, demonstra bem essa tendência, quando a Prefeitura de Sobral anunciou o projeto de requalificação da lagoa em uma agenda do Orçamento Participativo, inicialmente passando a mensagem de que estava aberta para ouvir as demandas da população. Porém, como já vimos, o processo de remoção das famílias que moravam no entorno da lagoa foi bastante conturbado, conflituoso e até violento com os moradores.

Por outro lado, no âmbito da institucionalização de políticas de desenvolvimento urbano sustentável da Lei federal do Estatuto da Cidade, a normatização de mecanismos e procedimentos que visam garantir a função social da propriedade e o direito à cidade trouxeram para o arranjo jurídico nacional a perspectiva fundamental da democratização do acesso à terra urbanizada.

Esses avanços democráticos na legislação urbana brasileira favoreceram o reconhecimento da legitimidade dos assentamentos informais, representados, neste trabalho, pelos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara. Em Sobral, um exemplo disso foi a demarcação dos dois bairros de estudo como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) na recente revisão do Plano Diretor, o que estabelece uma proteção dos direitos de ocupação dessas áreas. Essa validação legal da existência de territórios precários e informais contribui para a legitimação dos seus moradores como cidadãos que precisam ser escutados e incluídos nos processos de produção das cidades.

No entanto, o processo histórico de produção da cidade de Sobral se constituiu, fundamentalmente, pela segregação socioespacial, cujo agravamento se percebe pela fragmentação do tecido urbano e social, o que se reflete no rompimento do acesso ao direito à cidade, uma vez que a separação funcional impossibilita a apropriação dos espaços pelas trocas e interações sociais. No caso dos modelos de moradia dos conjuntos habitacionais, tais como o Residencial Nova Caiçara, o aspecto funcional e a rigidez estrutural substituem a dinâmica de bairro com qualidade de vitalidade urbana, com a participação das pessoas em uma vida social aquecida pela diversidade de funções do mesmo espaço e pela multiplicidade de possibilidades de apropriação pelos habitantes.

Segundo Lefebvre (2008, p.24), a rigidez desses conjuntos desprovidos de outros elementos e conteúdos típicos da vida urbana também representa um esvaziamento das histórias dos moradores, das memórias coletivas da comunidade e das relações afetivas com o território. Esse processo de esgotamento do sentido de vida social no bairro é intensificado pela localização geográfica distante dos locais de trabalho, dos equipamentos de lazer e de outros serviços, o que é fruto da produção capitalista de cidades.

Além disso, outro exemplo da evidente violação do direito à cidade nos bairros estudados é a ausência absoluta de equipamentos educacionais de ensino médio. Esse elemento agrava profundamente a situação de risco dos adolescentes e jovens

residentes de ambos os bairros, uma vez que a escola é, fundamentalmente, fator de proteção na rede de prevenção à violência. Como já foi discutido, toda a população dos bairros dominados pelas organizações criminosas sofre as limitações e as retaliações por desobediências da ordem imposta pelo crime, não apenas aquelas pessoas que têm direto envolvimento com as redes criminais.

A maioria dos adolescentes e jovens não podem acessar escolas de outros bairros, tanto pela dificuldade de deslocamento como pela limitação de circulação territorial imposta. Essa situação vem produzindo altos números de evasão escolar, o que torna esses jovens ainda mais suscetíveis e vulneráveis ao engajamento nas práticas criminais, haja vista a necessidade de ocupação e renda. A negação do direito à cidade torna as comunidades mais vulneráveis à apropriação da criminalidade, que muitas vezes passa a exercer um papel de controle e manutenção da ordem local que deveria ser efetuado pelo poder público com políticas afirmativas de garantia de direitos.

Ambos os bairros apresentam aspectos espaciais que demonstram o processo de negação do direito à cidade nas suas histórias de formação, como a localização distante do centro da cidade e a precariedade das infraestruturas urbanas. Porém, eles possuem algumas diferenças em aspectos específicos, como apresenta o Quadro 07 a seguir.

Quadro 07 - Síntese dos aspectos divergentes relacionados ao direito à cidade nos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara.

Aspectos divergentes	Terrenos Novos	Nova Caiçara
Acesso à habitação	A formação do bairro se deu a partir de um loteamento público, cujos lotes foram distribuídos sem dispor de infraestrutura adequada à habitação digna, como rede de saneamento básico, pavimentação viária e iluminação pública. Além disso, o poder público não fez nenhum controle sobre a ocupação do solo e não prestou nenhum tipo de assessoria técnica. As moradias foram autoconstruídas pela população, o que acabou	A construção de um conjunto habitacional pelo PMCMV deu origem ao bairro Nova Caiçara, inserindo-o em um contexto histórico, social e político diferente do bairro Terrenos Novos. No entanto, ainda que tenha sido originado por uma política pública federal formalizada em um governo democrático, este modelo ainda apresentou os mesmos padrões de contradição na atuação do poder público no provimento

	<p>agravando o contexto de precariedade e inadequação das habitações. Então, nesse caso, percebemos a contradição da atuação do poder público em relação à garantia de habitação, pois apenas a distribuição de lotes desprovidos de infraestrutura não resolve o problema do déficit habitacional.</p>	<p>de moradia popular. A construção do Residencial Nova Caiçara visou o atendimento do déficit habitacional existente na época na cidade de Sobral, porém isso se deu na lógica do mercado privado, tendo sido escolhido um terreno fora da malha das redes de infraestrutura. Além disso, o processo de remoção de famílias que moravam em áreas de risco e seu deslocamento para o residencial foi marcado por conflitos e violências institucionais.</p>
<p>Acesso à mobilidade urbana</p>	<p>A população moradora do bairro vivenciou um longo processo histórico de negligência institucional e de isolamento da cidade, uma vez que se passaram mais de 32 anos, desde a formação do bairro, para começar a funcionar o sistema de transporte público na área.</p>	<p>Apesar do bairro ter vivenciado um tempo mais curto em relação à inexistência de transporte público até 2019, a comunidade do Nova Caiçara vivenciou um processo de estigmatização social tão profundo que chegou a impactar no acesso à mobilidade urbana. Aconteceram mudanças nas rotas do Transporte Urbano de Sobral (TranSol) para evitar transitar em algumas vias internas do bairro. Há relatos de ônibus que já foram parados dentro do Terrenos Novos, com ordem para a população do Nova Caiçara descer do transporte.</p>
<p>Acesso a serviços públicos</p>	<p>Pelo maior tempo de existência do bairro, o que significa considerar também o processo contínuo e organizado de luta dos moradores, o Terrenos Novos já conta com uma rede de equipamentos públicos mais diversificada do que o Nova Caiçara. Ainda não corresponde ao padrão adequado para garantir pleno acesso a direitos básicos como saúde, educação e assistência social, inclusive não tem escola regular de nível de ensino médio no bairro, o que repercute gravemente na dinâmica de violência.</p>	<p>As unidades habitacionais do Nova Caiçara começaram a ser entregues para a população sem ter sido implantado nenhum equipamento público no bairro. Isso gerou consequências muito impactantes na vida das pessoas. A ausência de qualquer política pública atuante no bairro acarretou uma situação grave de violação de direitos. Por muito tempo, os moradores do Nova Caiçara precisaram ser divididos para serem atendidos em equipamentos de outros bairros. Atualmente, apesar de já terem sido construídos alguns equipamentos, a rede de serviços públicos ainda é bastante precária, pois não há escola de</p>

		ensino médio e não há equipamento da Assistência Social.
Acesso ao trabalho, lazer e cultura	<p>O contexto de acesso às oportunidades de trabalho e renda é sensível em ambos os bairros, mas como o Terrenos Novos é mais antigo e possui uma diversidade de usos maior, além de estar socialmente mais bem inserido na cidade, compreendemos que a população desse bairro consegue ter mais acesso à renda, por meios formais e informais, do que a população do Nova Caiçara. O acesso ao lazer e à cultura é limitado, não há equipamentos públicos ou oferta de políticas públicas voltados para a juventude, mas o bairro possui um bom nível de mobilização social que promove alguns eventos locais entre os jovens, como os encontros de batalhas de rima.</p>	<p>O contexto do Nova Caiçara é mais vulnerável ainda, uma vez que a estigmatização social do bairro é tão grande que há casos de empresas que não aceitam a participação de moradores do bairro em processos seletivos. Além disso, como o nível de limitação de circulação territorial é maior e o bairro não possui estrutura que facilite a diversidade de usos das unidades, as pessoas têm mais dificuldade de acessar a cidade e diversificar fontes de renda, ainda que informalmente. Além disso, a situação de maior isolamento socioespacial também dificulta ainda mais o acesso ao lazer e à cultura.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como vimos, os crimes de letalidade violenta se concentram em territórios periféricos ocupados pelas populações de baixa renda, mas isso se deve a um conjunto de fatores. É preciso afirmar que não é a pobreza que causa a criminalidade violenta, segundo Zaluar (2020, p.2), “essa criminalidade aumenta a pobreza e os sofrimentos dos pobres, na medida em que impede o acesso aos serviços e instituições do Estado (...)”. Portanto, com o processo de territorialização da violência urbana, a população é, mais uma vez, destituída do direito à cidade. O cenário de insegurança e de risco à violência leva à restrição de circulação e de uso dos espaços e dos serviços públicos.

A identificação dos territórios de pobreza e a vitimização ocorre de forma paralela à demarcação de locais de moradia de populações cujos direitos não **são reconhecidos na prática cotidiana pelos próprios membros das** instituições estatais que agem nas margens do Estado (Rivero, 2020, p. 5).

Portanto, é razoável afirmar que a garantia efetiva do acesso e do exercício do direito à cidade pode exercer um papel substancial como fator de proteção e de prevenção contínua contra a violência. É o direito à cidade que pode garantir o pleno exercício da cidadania, na perspectiva da construção de cidades democráticas, onde todos os grupos sociais possam usufruir de espaços urbanos e serviços públicos de qualidade.

Dessa forma, o direito à cidade deve ser alcançado à luz da promoção dos direitos humanos, compreendendo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Isso nos aponta para uma direção mais humanista das políticas de segurança pública e de prevenção à violência, considerando a necessária inclusão social da juventude e a garantia do direito de habitar, usar e participar da produção de cidades mais justas, democráticas, inclusivas e sustentáveis, fundamentadamente ancorado na perspectiva do direito à vida.

Como diz Vinicius de Moraes, "a vida é a arte do encontro". E onde é o lugar do encontro? É a rua, o espaço livre, o espaço público. Então, se a vida é a arte do encontro e o encontro é na rua, a rua é o lugar da vida. Mas se essa rua é maltratada, é sonegada, se não há espaço de circulação, se não há espaço de encontro, então eu estou favorecendo a "não-vida". Então, eu tenho um bairro que não tem praça. Daqui a 3 anos vai ter praça, então só vai ter vida lá, agora vai ter violência (Edilson Aragão, 2023, entrevista semiestruturada).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou responder às seguintes perguntas: Como o processo de produção do espaço urbano de Sobral influenciou o processo de territorialização da violência nos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara? De que modo o contexto de segregação socioespacial vivenciado nesses bairros favoreceu a apropriação de tais territórios por grupos criminosos? Em que medida a violação histórica do direito à cidade nesses bairros contribuiu para o aumento e agravamento das práticas criminais locais? E de que forma a atuação das facções criminosas em territórios de segregação socioespacial impacta no exercício do direito à cidade?

O contexto pesquisado diz respeito a uma experiência social, histórica e política bastante complexa e repleta de contradições. Não seria possível – e nem era objetivo deste trabalho – abordar o tema estudado em suas diversas dimensões de análise, pois são muitas as nuances e as facetas de um problema estrutural da sociedade brasileira. Considerando que a realidade não é segmentada, nos interessou compreender como o fenômeno das facções criminosas se sustenta em uma realidade de violação generalizada do direito à cidade. Neste sentido, a definição das categorias de análise aqui discutidas foram fundamentais para direcionar a investigação de uma problemática urbana relacionada ao contexto da desigualdade social e do espraiamento de organizações criminosas em territórios populares com baixos níveis de acesso a direitos básicos.

Primeiramente, consideramos alguns dos principais aspectos relacionados à formação do espaço urbano brasileiro, através da reflexão sobre o processo capitalista de produção de cidades, tendo como resultado o quadro evidente de segregação socioespacial e de desigualdade social. Tal resultado se dá pela concepção do espaço das cidades como lugar de acumulação e de reprodução do capital, ou seja, a terra urbana como mercadoria. A estrutura urbana das cidades passa a ser fruto da ação do mercado imobiliário, operado pelos interesses das classes sociais de alta e média renda, agindo na perspectiva de exclusão das classes de baixa renda para fora das áreas de interesse do capital. Desse modo, como consequência da ausência de oportunidades formais de ocupação urbana para a população mais pobre, se formam territórios informais, irregulares e precários nas periferias urbanas.

De modo a analisar como a segregação socioespacial está articulada ao processo de territorialização da violência urbana, no contexto da negação do direito à cidade, foram definidos dois bairros da cidade de Sobral para o desenvolvimento de uma análise da sobreposição e da articulação desses diferentes processos sociais e urbanos. Os bairros estudados conformam um território diverso e múltiplo em suas relações históricas, sociais e urbanas. O aspecto da violência é ressaltado no trabalho em função da necessidade da pesquisa de compreender o processo de territorialização da mesma, mas compreende-se que esse fenômeno não reduz o significado social e cultural do território pesquisado.

A malha urbana formada pelos dois bairros de estudo apresenta diferentes aspectos formais, sociais, históricos e ambientais, o que concedeu à pesquisa um amplo e rico espaço para investigação e análise. De tal maneira, o trabalho buscou construir um caminho de conhecimento sobre o território, desde o contexto político e histórico que lhe deu origem com a formação do bairro Terrenos Novos, até os processos de construção, ocupação e esvaziamento do Residencial Nova Caiçara.

Para compreender os aspectos relacionados às dinâmicas de violência e as vivências comunitárias nesse contexto, foi fundamental para a pesquisa ouvir relatos de pessoas moradoras do território, que tiveram suas trajetórias de vida construídas nos referidos bairros. Essa coleta de informações qualitativas sobre os processos vividos pelas comunidades permitiu relacionar conceitos e referências teóricas com o plano dos fatos, com o exercício da vida. De tal maneira que se alcançou um maior nível de clareza sobre os elementos envolvidos nos processos sociais investigados no trabalho.

O fenômeno da violência foi estudado com base nas atividades das organizações criminosas, que formam a conjuntura atual do agravamento de indicadores de mortes violentas nas cidades brasileiras. O trabalho visou o entendimento dos processos que levam à territorialização da violência a partir da análise social e urbana do território, considerando o cenário de negação do direito à cidade e de ausência de oportunidades para as populações que residem nos referidos bairros.

Assim, compreende-se que as vulnerabilidades socioespaciais associadas aos altos níveis de risco à violência, como a evasão escolar, a precariedade das moradias e a ausência de equipamentos urbanos, são resultados das falhas históricas

do poder público em garantir a proteção social e o pleno exercício do direito à cidade em bairros populares, no contexto do sistema capitalista de produção de cidades.

Os resultados alcançados na investigação apontam para a urgência de políticas públicas que garantam e fortaleçam a legitimidade de assentamentos precários e informais, considerando a existência de instrumentos e mecanismos de democratização do acesso à terra urbana e de direito à cidade. Para tanto, é necessário superar a reprodução de iniciativas excludentes que se camuflam realizando ações com "reuniões participativas", que dizem ter o objetivo de escutar as demandas da população, mas não inserem efetivamente os cidadãos nas tomadas de decisão.

No contexto do planejamento urbano hegemônico e conservador, a atividade cidadã acaba sendo limitada ao acompanhamento das políticas urbanas já previamente definidas pelos setores técnicos, especialistas e burocráticos das instâncias de gestão. O papel ativo na participação das decisões é substituído pela simples condição de espectador da implementação das políticas urbanas e do exercício de poder político nas cidades.

Para enfrentar essa condição de pseudoparticipação, os gestores urbanos devem ser capacitados e preparados para inserir a participação popular na agenda de construção das políticas urbanas, de modo que as demandas reais das comunidades possam ser de fato acatadas e possam subsidiar a implementação de intervenções urbanas. Acreditamos que a transformação social e urbana desejada para esses territórios deve ser originada no protagonismo dos próprios moradores, enquanto cidadãos ativos, sujeitos de ação na produção das cidades. Nessa perspectiva, a alteridade do sentimento de pertencimento comunitário e o empoderamento cidadão, respaldados por políticas públicas efetivas de garantia do direito à cidade, seriam capazes de impactar positivamente na formação do espaço social desses territórios populares, como forma de prevenção à violência.

Sabemos que o contexto de segregação socioespacial e de negação do direito à cidade nos bairros estudados proporcionou o ecossistema social favorável para a dominação territorial das organizações criminosas. É claro que a gestão municipal de Sobral não é exclusivamente responsável por esse fato, visto que a integração de políticas sociais no território depende de um arranjo institucional que ultrapassa as competências municipais. Outros fatores mais amplos de uma conjuntura nacional e

internacional, de ordem econômica e cultural, estão relacionados com o fenômeno das organizações criminosas e com o agravamento das práticas criminais.

Todavia, queremos chamar atenção para as competências municipais frente à prevenção social na gestão local dos territórios urbanos. Reiteramos a perspectiva sistêmica sobre o tema, na qual a violência é compreendida como um problema de todas as instâncias de gestão pública, da iniciativa privada e da sociedade civil. Apontamos que as gestões municipais devem ter um papel ativo e operante na prevenção à violência, principalmente no que diz respeito ao ordenamento territorial democrático e sustentável.

Além da garantia efetiva da participação cidadã na agenda das políticas urbanas, acreditamos que iniciativas de integração entre os diferentes setores da administração municipal, no âmbito territorial, podem gerar possibilidades de soluções para fortalecer o direito à cidade nesses territórios. Como exemplos disso, podemos citar: articulações de fluxos de atendimento entre os serviços da rede de proteção social (saúde, educação e assistência social); incentivos culturais para uso e ocupação dos espaços públicos; inserção e engajamento da juventude em ações de fortalecimento territorial com fomento ao acesso à renda; intervenções urbanas de microescala para melhor tratamento de calçadas, passeios, cruzamentos e vazios urbanos; ações de conscientização ambiental com crianças e adolescentes; e iniciativas de qualificação urbana dos espaços no entorno das escolas. Essas iniciativas, entre tantas outras possibilidades, podem influenciar positivamente no sentimento de pertencimento e no fortalecimento do tecido social de territórios de baixa renda.

Além disso, é fundamental que novas pesquisas sejam desenvolvidas de modo a aprofundar o conhecimento sobre a realidade apresentada. Destacamos a necessidade de maior aprofundamento científico quanto ao modelo de conjuntos habitacionais promovidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida, considerando a garantia de moradia digna para as camadas populares e as dinâmicas contemporâneas de apropriação das organizações criminosas nesses espaços. O desenvolvimento de trabalhos técnico-científicos nesse âmbito pode contribuir para o aprimoramento das políticas urbanas e habitacionais, bem como para a articulação delas com as políticas de proteção social, de segurança pública e de prevenção à violência.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In **Sociologias**, ano 4, n.8, p. 84-135, 2002.
- ADORNO, S., & NERY, M. B. Crime e violências em São Paulo: retrospectiva teórico metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras. In **Cadernos MetrÓpole**, v. 44, n. 21, p. 169-194, 2019.
- ALMEIDA, E. N. **Violência urbana**: territorialização da violência na cidade de Mossoró/RN. **HOLOS**, ano 37, v.7, 2021.
- ARAGÃO, F. E. P. **A estruturação do ordenamento territorial e o território intencionalmente de risco: pelo direito à cidade**. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.
- ARANTES, O.; VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002.
- BARCELLOS, W.S. & BARRETO, A.C.J. Violência urbana: criminalização da pobreza e a disputa territorial do tráfico de drogas. In **CSONline - Revista eletrônica de Ciências Sociais**, n. 25, Juiz de Fora, 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BOSCHI, Renato Raul. **Violência e cidade: debates urbanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.
- CARLOS, Ana. Fani A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- CARVALHO JÚNIOR, José Raimundo de Araújo; COSTA, Rodolfo Ferreira Ribeiro da; ALENCAR, Frederico Augusto Gomes; SILVA, Tiago Monteiro da. Impacto da Gestão para Resultados nos Indicadores Criminais do Ceará. In **Revista Ciências Administrativas**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/e9867/pdf> . Acesso 20/05/2023.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2.ed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, p. 15-30, 2000.
- CÔRREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª. Ed. São Paulo: Ática. 1989.
- COUTINHO, R. Violência, Vulnerabilidade e Exclusão Socioespacial: uma revisão conceitual. In **Simpósio I Enanparq**, Rio de Janeiro, 2010.
- DANTAS, S. C. O direito à cidade e uma reflexão sobre a violência urbana. In **Resgate**, v. 19, n.21, p. 97-102, 2011.

FERREIRA, I. C. B., PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. In **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n.18, p. 155-168, 2005.

FERRER, E. e SOBRINHO, F. L. A. O ordenamento territorial e o território intencionalmente de risco: pelo direito à cidade. In **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n.3, Curitiba, 2021.

HARVEY, David. O direito à cidade. In **Lutas Sociais**, n.53, p. 73-89, 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, V; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. In **Estudos Avançados**, v.17, n. 48, p.151-166, 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJ-f4kyjqfBw9PyLxBxbNRbf/>. Acesso 14/05/2023.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. In **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.4, p. 21-33, 2000.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

ROCHA, Herbert. **O lado esquerdo do rio**. São Paulo: Hucitec, 2003.

SAMPAIO, R. A. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana**. Dissertação de mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, José Vicente Tavares. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. In **Sociologias**, Porto Alegre, vol. 4, n. 8, p. 16-32, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. São Paulo: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES; P. C. C.; CORRÊA, R. L. A. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, M. L. As drogas e a “questão urbana” no Brasil: a dinâmica sócioespacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In I. E. Castro, P. C. C., Gomes, & R. L. Corrêa (Orgs.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 419-468, 2005.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. In **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n.3, p. 777-796, Rio de Janeiro, 2009.

VIANNA, P. V. C., GOMES, C., NOVAES, R., & ALBERGARIA Jr., A. Territórios de violência: análise socioespacial dos homicídios em São José dos Campos, SP. In **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, São Paulo, 2021.

VIEIRA, A. B.; MELAZZO, E. S. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. In **Formação**, v. 1, n. 10, p. 161-173, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel / Fapesp, 2001.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso. Violência e crime no Brasil da redemocratização. In **São Paulo em Perspectiva**, 13(3) 1999. Disponível em <https://www.scielo.br/j/spp/a/YtDsTzWVBr8g3KRP5bCy3gs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso, 20/03/2023.

APÊNDICE A

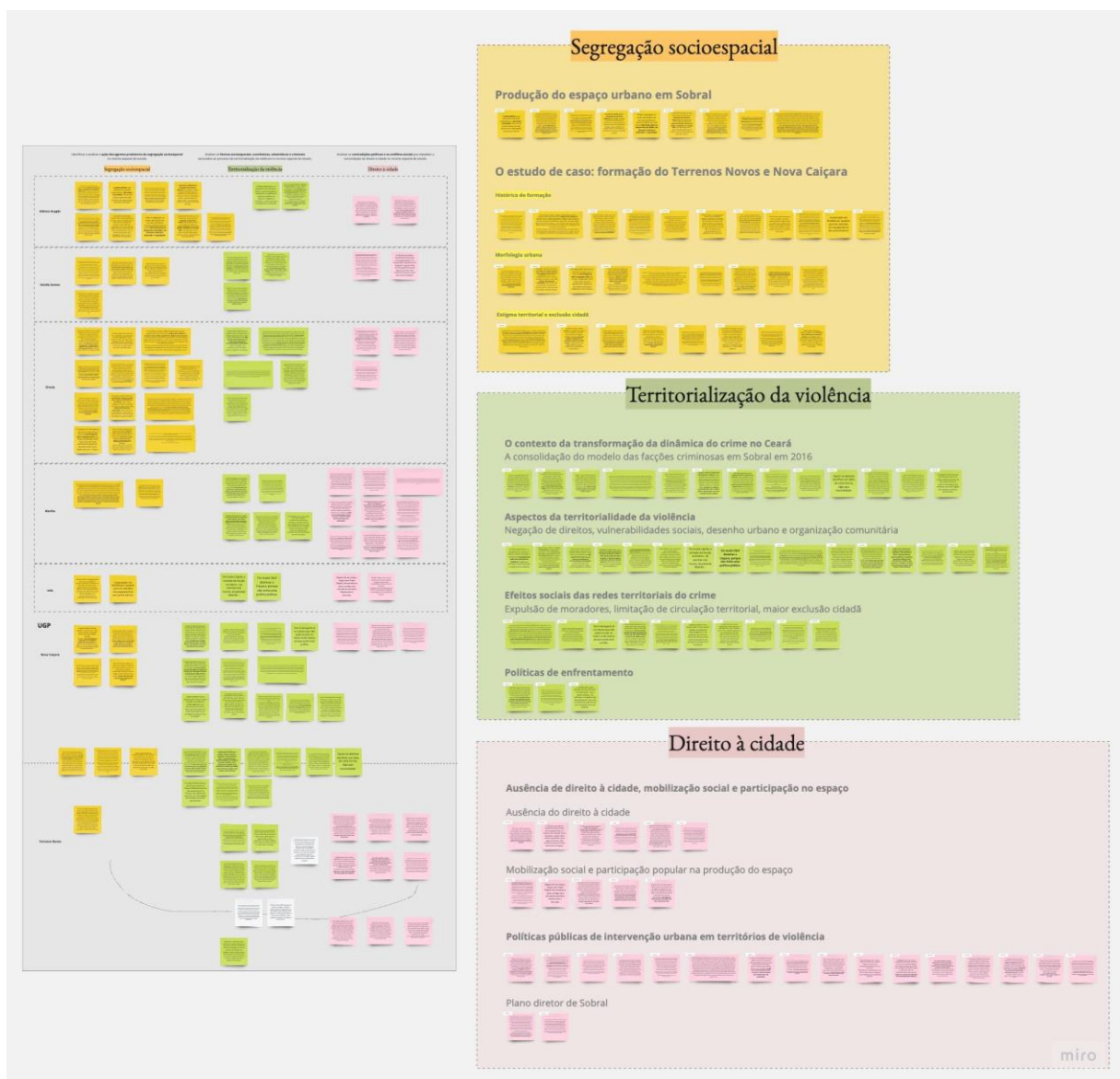
ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Roteiro I - Entrevistas Semiestruturadas	
1	Qual a análise que você faz em relação à produção da segregação socioespacial em Sobral?
2	Como você avalia a atuação da gestão municipal diante desse contexto de segregação socioespacial?
3	Como você avalia a relação da formação dos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara com a territorialização da violência nesses espaços?
4	Como você compreende a concentração dos indicadores mais graves de violência nesses dois bairros?
5	Na sua visão, de que forma as políticas urbanas implementadas nessa área reforçaram o isolamento urbano e a exclusão cidadã? E quais avanços podem ser reconhecidos no sentido da garantia do direito à cidade?
6	De que forma o contexto de violência interfere na gestão urbana?

Roteiro II - Entrevistas Semiestruturadas	
1	Como foi a sua chegada para morar nesse bairro? O que mais lhe marcou no processo de vir morar nesse bairro?
2	Na sua opinião, quais são as maiores potências e os maiores desafios do bairro?
3	Como você enxerga a questão da violência no bairro? Como ela influencia na vida das pessoas?
4	Quais aspectos você acredita que tenha favorecido a dominação do crime organizado no bairro?
5	De que forma o crime organizado influencia no modo de habitar, circular e usar o espaço público no bairro?
6	Como você avalia o alcance das políticas públicas no bairro?

APÊNDICE B – ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS

Depois de serem transcritas na íntegra, as informações qualitativas coletadas nas entrevistas e no grupo focal foram sistematizadas e analisadas por meio de uma plataforma digital (Miro), que permite a criação de painéis de trabalho para integração de dados e análise de conteúdo.



APÊNDICE C –

OBJETIVOS E ROTEIRO DE PERGUNTAS DO GRUPO FOCAL

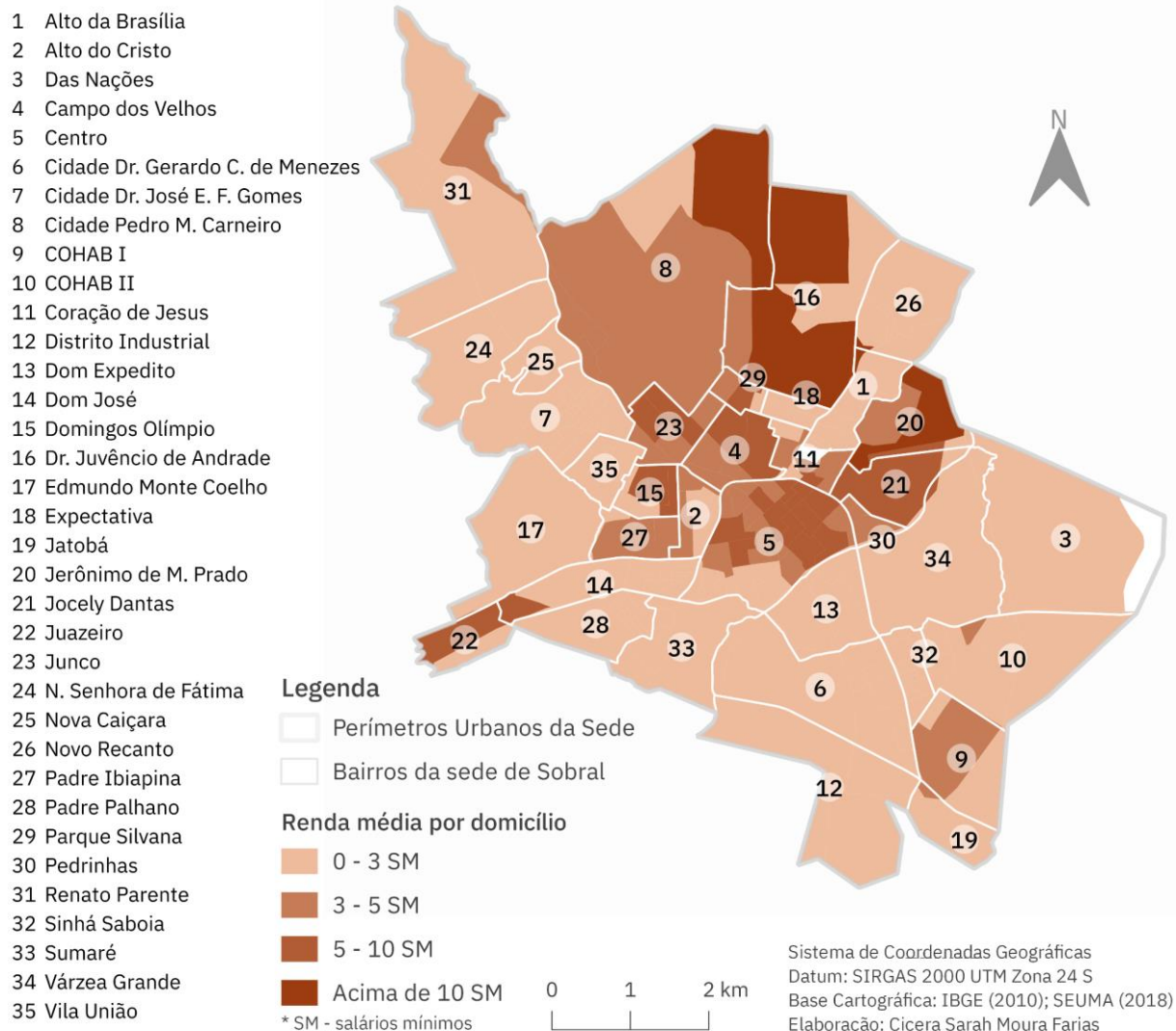
Os objetivos do Grupo Focal realizado foram os seguintes:

- a) Compreender a percepção de moradores sobre o processo de formação territorial dos dois bairros de estudo;
- b) Compreender como as dinâmicas da violência determinam as formas de habitar, circular e usar o espaço público dos bairros;
- c) Compreender os impactos sociais das políticas públicas e intervenções urbanas implementadas no território nas últimas décadas, bem como os impactos das suas ausências;
- d) Compreender a atuação das redes de mobilização social na busca por melhores condições de vida nos bairros.

Roteiro de perguntas do Grupo Focal	
1	O que é o território para você? Como você vivencia esse lugar?
2	Como você enxerga a questão da violência no bairro? Como ela influencia na vida das pessoas?
3	Quando chegaram projetos urbanos para serem executados no território, como se deu a comunicação com a política pública?
4	No momento de instauração do modelo de organização criminosa em Sobral, quais eram as facções e como elas se territorializaram na cidade e nos bairros Terrenos Novos e Nova Caiçara?
5	Entre a formação do bairro Terrenos Novos, a construção do Residencial Nova Caiçara e a configuração atual das facções nesses territórios se passaram 40 anos. Quais foram as principais transformações no modo de vida nesses bairros durante essa linha do tempo, considerando a chegada das facções?

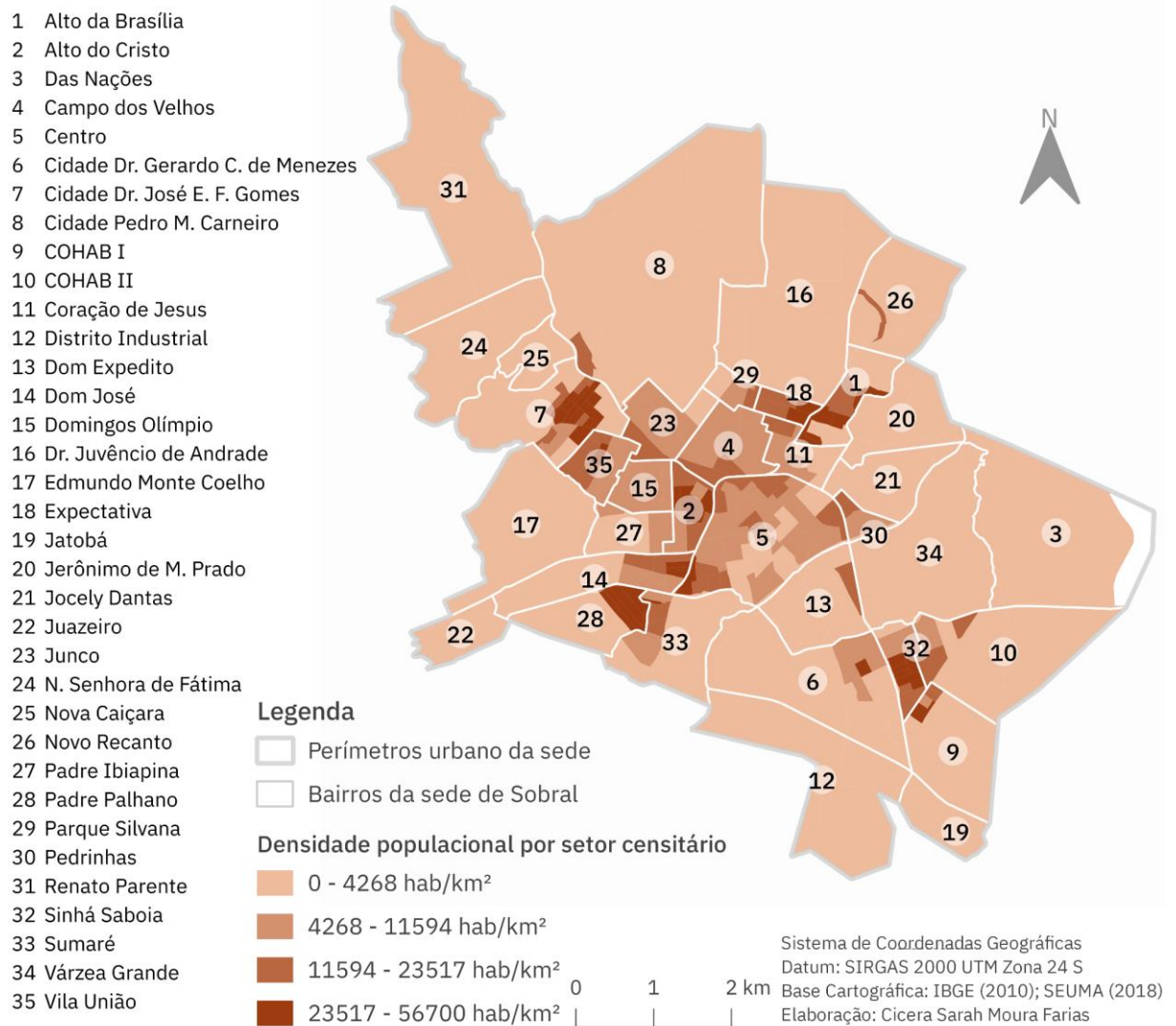
APÊNDICE D – MAPAS TEMÁTICOS

Mapa 01 - Renda média por domicílio (IBGE, 2010)



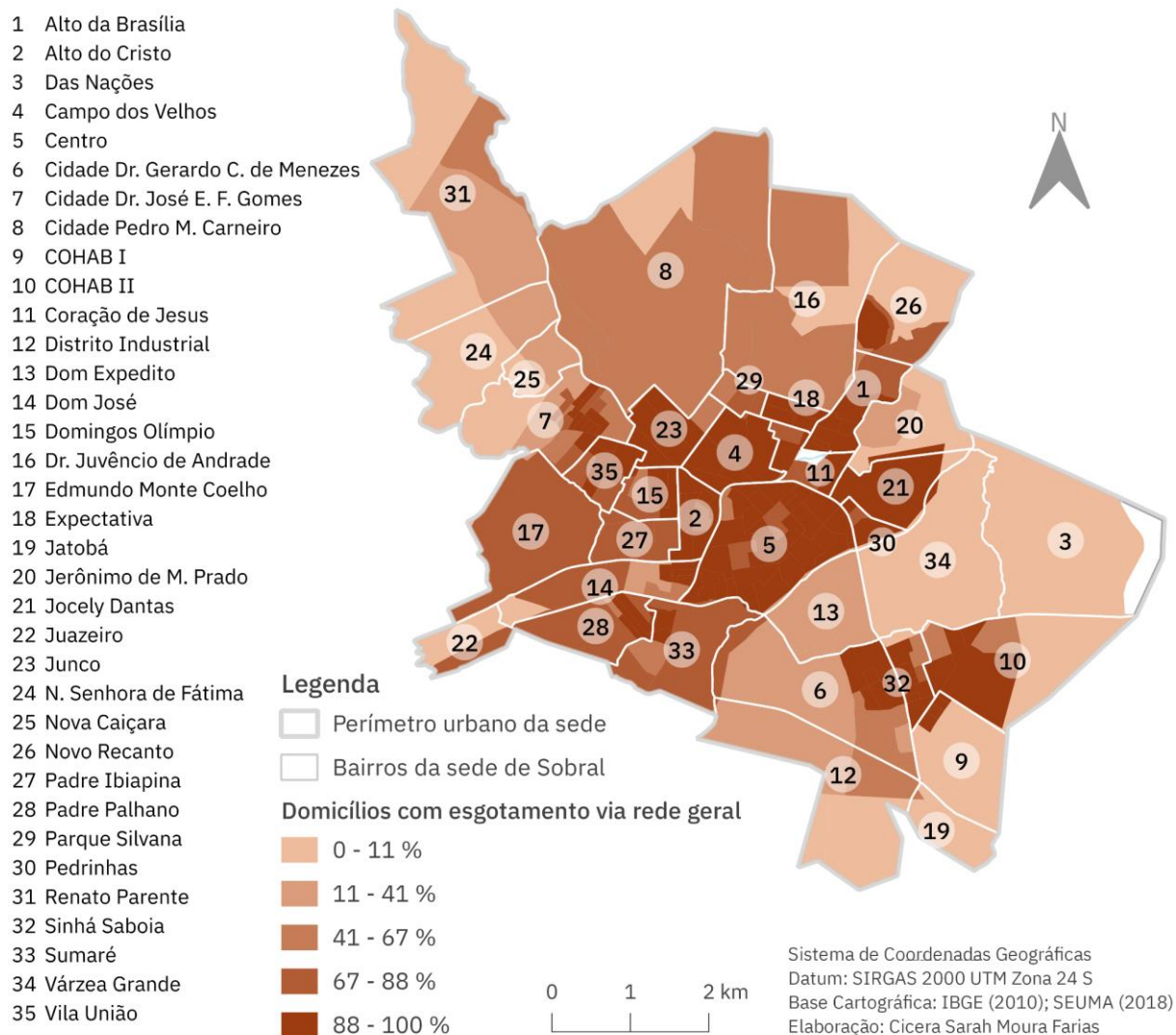
O território de estudo, formado pelos bairros 7 e 25, conforme numeração indicada, é formado por uma população que possui, em média, entre 0 e 3 salários-mínimos de renda mensal. Esse aspecto demonstra o perfil de vulnerabilidade econômica que predomina no território.

Mapa 02 - Densidade populacional (IBGE, 2010)



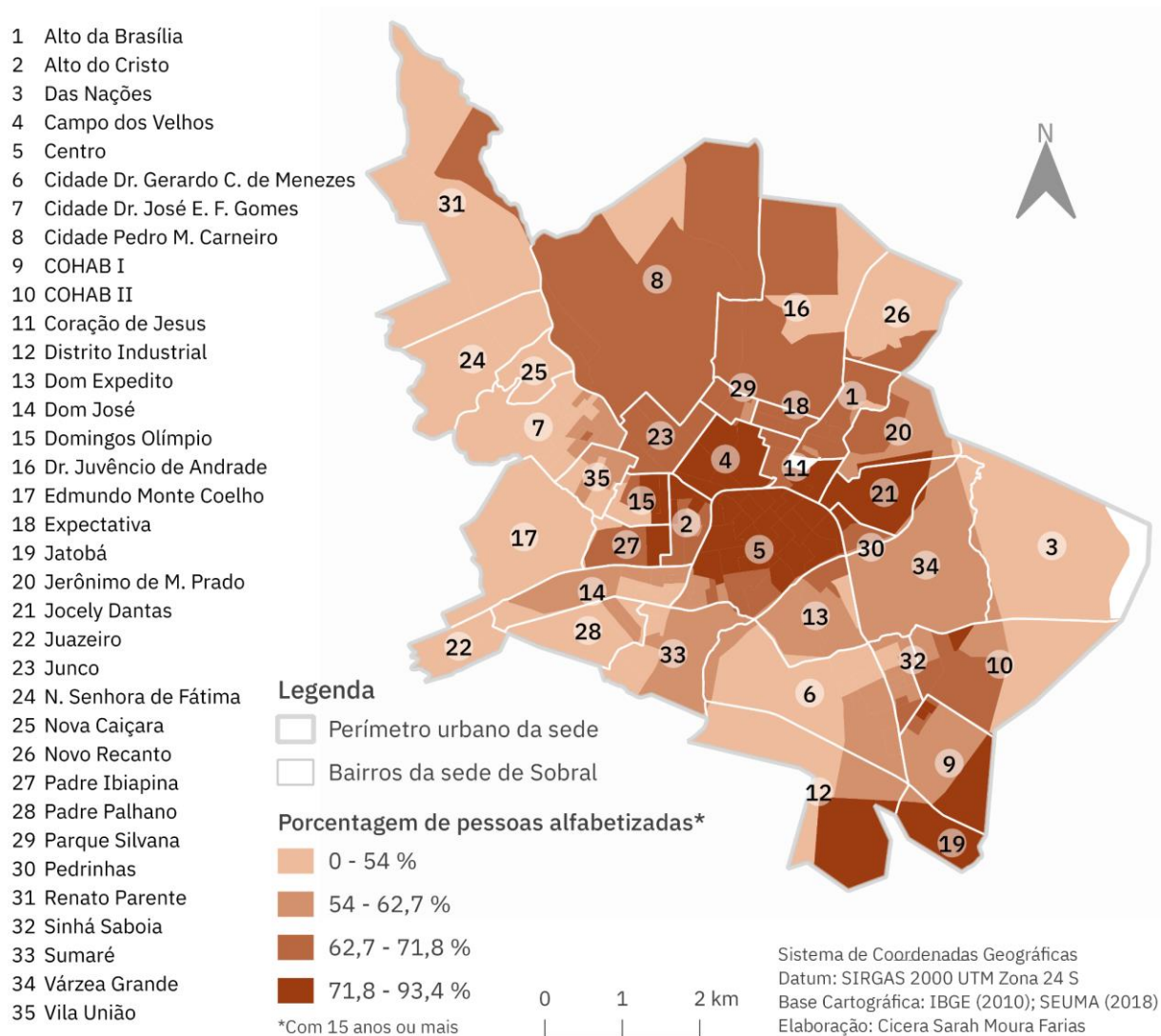
De acordo com os dados do Censo de 2010 do IBGE, o território de estudo apresentava uma alta densidade populacional na área que corresponde ao bairro Terrenos Novos, especialmente concentrada nos lotes originais. A área correspondente ao bairro Nova Caiçara aparece com o mais baixo nível de densidade populacional, isso se dá porque no ano de 2010 o Residencial Nova Caiçara ainda não tinha sido construído, e seu território era configurado como uma área ainda rural.

Mapa 03 - Acesso a esgotamento via rede geral (IBGE, 2010)



O mapa apresenta a desigualdade no acesso à rede formal de esgotamento sanitário em Sobral. Por outro lado, alguns bairros periféricos apresentam porcentagens de ligações de domicílios à rede geral relativamente satisfatórias, como é o caso do bairro Cidade Dr. José Euclides (Terrenos Novos).

Mapa 04 - Porcentagem de pessoas alfabetizadas (IBGE, 2010)



O mapa evidencia o baixo nível de escolaridade da população no território de estudo, o que é considerado um fator de vulnerabilidade à violência, frente às estatísticas de vitimização por crimes contra a vida.